



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas - LIP

Programa de Pós-Graduação em Lingüística

SUSANA SOUSA BRITO

SE passivo?

**Pela derrubada da concordância com a qual
ninguém concorda.**

BRASÍLIA
2007

**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas - LIP
Programa de Pós-Graduação em Lingüística**

SUSANA SOUSA BRITO

**SE passivo?
Pela derrubada da concordância com a qual
ninguém concorda.**

**Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística, Português e Línguas Clássicas,
da Universidade de Brasília – UnB – como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestra em Lingüística.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bagno

**BRASÍLIA
2007**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno (UnB)
Orientador

Prof^a Dr^a Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ)

Prof^a Dr^a Maria Marta Pereira Scherre (UFRJ/ UnB)

Prof^a Dr^a Orlene Lúcia Sabóia de Carvalho (UnB)
(suplente)

A Deus,
meu Pai,
meu Irmão,
minha Graça,
meu Amigo,
meu Caminho,
minha Verdade,
minha Vida.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus, só Você sabe o quanto precisei de Você (e pude contar com Sua ajuda) durante todo o processo de produção deste trabalho e em minha história.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro a essa pesquisa.

Ao meu querido orientador Prof. Marcos Bagno, pela paciência, generosidade, compreensão e solidariedade intelectual, pela cessão de textos, doação de livros, coleta de textos para o *corpus*, explanação de dúvidas, enfim, sou muito grata a você. Foi uma honra para mim.

À professora Marta Scherre (UFRJ/UnB), pela cessão pronta e generosa de textos muito importantes para essa pesquisa e por fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

Às professoras Orlene Lúcia Sabóia de Carvalho e Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília, por me ensinarem, me incentivarem e me fazerem gostar de pesquisas. À Orlene, em especial, obrigada por fazer parte da banca examinadora desta dissertação e por ter sido sempre uma professora tão companheira.

À professora Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ), por fazer parte da banca examinadora dessa dissertação.

À Jacinta, secretária da Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília, pelo tratamento gentil e por todas as providências tomadas que me beneficiaram, desde cuidar de toda a burocracia referente à bolsa a mim oferecida pelo CNPq até a defesa de um prazo maior para a conclusão da dissertação, que seria um direito nosso por você descoberto.

Aos meus colegas de projeto, os outros orientandos de meu orientador: Paula Cobucci (também por algumas dicas com relação a atividades didáticas), Tayana Tormena, Liv Chamma, Rejane Matias e Sóstenes Lima pela digitação cuidadosa dos textos do *corpus* do projeto IVEM, e aos dois últimos, em especial, por coletarem textos para o *corpus*.

Aos meus pais, Maria Anete de Sousa Brito e Sebastião Olívio Brito, por absolutamente tudo que vocês fizeram por mim, mas, em especial, por terem me incentivado desde sempre a prosseguir nos estudos e me darem todas as condições necessárias para tanto, desde as afetivas até as materiais.

Ao meu irmão, Bruno, são-paulino como eu, por me aturar de madrugada — é a hora em que consigo melhor me concentrar — no minúsculo quarto dele, usando o computador.

À minha tia e madrinha, Francisca, por me ensinar sempre a ter atitudes positivas diante da vida e das pessoas, pelo carinho para comigo em todos os sentidos, desde lavar o meu uniforme de trabalho a presentinhos sem datas especiais.

Aos meus “gamigos”, irmãos queridos, companheiros e cúmplices: Ciro (meu comparsa, amigo pra vida toda, padrinho dos meus futuros filhos), Nara (minha cunhada), Zuka (minha guarnecedora de livros), Hugo (meu xuxu), Weuller (meu irmão caçula), João Paulo (meu super amigo “roots”), Thiago (meu companheiro de empreitadas), Fábio (meu namoradinho de brincadeira), Roberto (meu comprador de livros e intrometido em aniversários alheios), Laura (minha agenciadora de empregos, obrigada mesmo!), Érica (a chatinha mais que adorável) e Anderson (o mascote da turma), por me fazerem feliz, condição necessária a qualquer um que queira empreender qualquer atividade com sucesso.

Enfim, à minha inesquecível amiga de graduação e de Mestrado, Liv Chamma, por todo o companheirismo em todos os trabalhos que fizemos juntas e por compartilhar comigo todas as angústias de trabalhos a realizar e pelos momentos alegres e descontraídos que constroem o “valer a pena” estar numa universidade.

A todos vocês,

MUITO OBRIGADA!

E viu Deus todas as coisas que tinha
feito, e eram todas muito boas. (Gn 4, 31)

A língua real – sistema transmitido de geração em geração em circunstâncias naturais – é de riqueza e de complexidade ímpares, que ainda não se deixou descrever nem explicar, na sua totalidade, pelos lingüistas mais brilhantes. (Scherre, 2005: 43)

Resumo

Esta dissertação busca contribuir com os estudos sociolingüísticos na descrição dos usos lingüísticos que fazem parte da língua eminentemente brasileira, com base em dados empíricos e reais. Dentre tais usos, ela estuda as construções chamadas pela tradição gramatical de “passivas sintéticas”.

O *corpus* para a realização da pesquisa é composto de textos escritos mais monitorados do gênero argumentativo escritos por professores de português do Distrito Federal e Goiás e estudantes de Letras da Universidade de Brasília.

O presente estudo faz um breve percurso diacrônico de evolução dos usos do pronome SE até chegar ao seu uso contemporâneo como – essa é a postura aqui assumida – sujeito da oração, o que tem por consequência a não-concordância entre o verbo e o sintagma nominal tradicionalmente classificado como sujeito da oração e que, na verdade, é identificado como objeto da oração por parte dos falantes da língua. O uso indeterminador do pronome SE é uma variante mais identificada com escolarização, sendo rara a concordância entre verbo e SN, na fala, e, como veremos, até em textos escritos monitorados, inclusive em construções com verbos transitivos diretos, fruto da pressão exercida pelo conhecimento da norma-padrão.

Além disso, esta pesquisa também contempla fenômenos relacionados ao uso do pronome SE como pronome indefinido de referência indeterminada: o apagamento do pronome em orações finitas e a sua inserção em orações infinitas, além do enfraquecimento da concordância do paradigma flexional do português brasileiro, sua orientação para o tópico e preenchimento cada vez mais obrigatório da posição de sujeito.

Os resultados desta pesquisa constituem-se em evidências empíricas para a inclusão do SE sujeito dentre as estratégias que estão à disposição dos falantes quando estes precisarem expressar a indeterminação do agente.

Palavras-chave: pronome SE, sujeito, concordância, sintagma nominal, pseudopassivas sintéticas, norma-padrão, gramática normativa.

Abstract

This dissertation seeks to contribute with the sociolinguistic studies in the description of the linguistic uses that make part of eminently Brazilian language, based on empirical and real data. Among such uses, it studies the construction called “synthetic passives” by traditional scholars.

The *corpus* for the realization of the research is composed by written texts more monitored of the argumentative genre written by Portuguese teachers, from Distrito Federal and Goiás (Brazil) and Letters students from University of Brasília.

The present study makes a brief diachronic evolution course of the pronoun SE uses till arriving to its modern use such as – this is the point here defended – the clause subject, that has by consequence the non-agreement between the verb and the nominal phrase (NP), traditionally classified as the subject clause that, really, is identified as the clause object by Brazilian Portuguese native speakers. The undetermining use of the pronoun SE is a variant more identified with escolarization, being the rare agreement between the verb and NP, even in constructions with direct transitive verbs, fruit of the pressure by the knowledge of the main norm.

Besides this, this research also contemplates phenomena linked to use of the pronoun SE as indefinite pronoun of indetermined reference: the erasement of the pronoun in finite clauses and its insertion in nonfinite ones besides of the weakness of the agreement of Brazilian Portuguese flexible paradigm, its orientation to the topic and fulfillment more and more obligatory of the position of the subject.

The results of this research constitute in empiric evidences to the inclusion of the SE subject among the strategics that are at the disposal of the speakers when they need to express the indetermination of the agent.

Key-words: pronoun SE, subject, agreement, nominal phrase, false synthetic passives, main norm, normative grammar.

Sumário

0. Introdução	1
1.0. Que visão de língua assumimos?	4
2.0. O <u>SE</u> no tempo.	15
2.1. O <u>SE</u>	15
2.2. O <u>SE</u>: passivo?	20
2.3. Um breve percurso diacrônico	23
2.4. A reanálise do <u>SE</u>	33
3.0. Por que e como o <u>SE</u> é sujeito hoje?	36
3.1. Preenchimento do sujeito	38
3.2. O <u>SE</u> também preenche o sujeito	40
3.3. Há controvérsias	44
3.4. Reflexões sobre o provável percurso seguido	47
4.0. Fenômenos relacionados	56
4.1. Apagamento do <u>SE</u>	56
4.2. <u>SE</u> sujeito de infinitivos	66
5.0. Análise do <i>corpus</i> e metodologia	79
5.1. O <i>corpus</i>	79
5.2. <u>SE</u> usado com verbos transitivos diretos - as “pseudopassivas sintéticas”	81
5.2.1. Verbos com suposto sujeito no singular	85
5.2.1.1. Estruturas simples	85
5.2.1.1.1. Estruturas ambíguas	94
5.2.1.2. Estruturas perifrásticas	94

5.2.1.2.1. Estrutura ambígua	96
5.2.2. Verbos utilizados com suposto sujeito no plural	96
5.2.2.1. Estruturas simples	97
5.2.2.2. Estruturas perifrásticas	98
5.2.2.3. Estruturas ambíguas	100
5.3. SE sujeito de infinitivos	105
5.3.1. SE sujeito de infinitivo com preposição	106
5.3.2. Infinitivo sem preposição	111
5.4. Passivas verdadeiras	112
5.5. Outras formas de indeterminação	114
5.5.1. 1ª pessoa do plural (nós)	115
5.6. Textos de Professores (TP) X Textos de Estudantes de Letras (EL)	117
6.0. Conclusão	120
7.0. Referências Bibliográficas	124

Índice de tabelas

2.1	Posição do SN em estruturas <u>SE</u> sujeito indeterminado + verbos transitivos diretos	30
3.1	Posição do <u>SE</u> com relação aos verbos transitivos diretos em estruturas indeterminadas simples	48
3.2	Posição do <u>SE</u> com relação aos verbos transitivos diretos em estruturas indeterminadas perifrásticas	49
4.1	Frequência de uso das formas de indeterminação investigadas	61
4.2	Frequência de cada tipo de verbo em construções de <u>SE</u> sujeito indeterminado + verbo no infinitivo	72
4.3	Frequência de uso de <u>SE</u> com infinitivos com relação ao uso de preposição	74
5.1	Distribuição dos usos de SE em todo o <i>corpus</i>	81
5.2	<u>SE</u> sujeito indeterminado + verbos transitivos diretos Tipo de construção x Número do SN	82
5.3	<u>SE</u> + Verbos transitivos diretos Posição do objeto x Tipo de construção x Número do SN	82
5.4	<u>SE</u> + Verbos transitivos diretos x Tipo de construção	83
5.5	<u>SE</u> + Verbos transitivos diretos + SN no plural	96
5.6	Taxa de concordância entre o verbo transitivo direto + <u>SE</u> e o argumento interno, incluindo as orações ambíguas	101
5.7	<u>SE</u> + VTD + SN plural Concordância [menos padrão] x Posição do objeto x Tipo de estrutura	103
5.8	<u>SE</u> + VTD + SN plural Taxa de concordância [menos padrão] segundo o tipo de construção	103
5.9	Quantidade de ocorrências referentes a cada tipo de estrutura: passiva analítica X VTD + SE	112
5.10	Relação entre o tipo de construção (VTD + <u>SE</u> + SN no singular x Passivas analíticas no singular) e o índice de concordância [menos padrão]	113
5.11	Relação entre o tipo de construção (VTD + <u>SE</u> + SN no plural x Passivas analíticas no plural) e o índice de concordância [menos padrão]	113
5.12	Posição do argumento interno em passivas analíticas e em construções VTD + <u>SE</u>	114
5.13	Frequência das formas de indeterminação investigadas no <i>corpus</i>	115
5.14	EL X TP em frequência de uso de <u>SE</u> sujeito indeterminado x 1ª pessoa do plural	117
5.15	TP X EL em “Pseudopassivas sintéticas” com SN singular x Passivas analíticas no singular	117
5.16	TP X EL em “Pseudopassivas sintéticas” com SN plural x Passivas analíticas no plural	118
5.17	TP X EL em frequência de concordância [menos padrão] em estruturas VTD + <u>SE</u> + SN plural	118

Introdução

Esta pesquisa faz parte de um projeto maior, empreendido sob a supervisão do professor Marcos Bagno, da Universidade de Brasília: Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada: Mudança Lingüística e Conseqüências para o Letramento Escolar e para a Formação dos Professores de Língua Materna (IVEM).

Busca investigar usos lingüísticos discordantes da norma-padrão em gêneros escritos mais monitorados, na intenção de perceber e descrever as características do “português brasileiro de ponta”, ou seja “o conjunto formado pela intersecção dos traços lingüísticos compartilhados por todas as variedades da língua falada no país” (Bagno, 2000: 269).

Dentro dessa linha de pesquisa, procuro investigar o uso do pronome SE nas estruturas identificadas pela tradição gramatical como “passivas sintéticas”.

O *corpus* selecionado e que fundamentará empiricamente a pesquisa é um conjunto de textos escritos por professores de português e estudantes de Letras em um gênero argumentativo e mais formal. A hipótese assumida é que encontraremos estruturas em que não haverá concordância entre o verbo e o sintagma nominal (SN) tradicionalmente classificado como sujeito em tais construções ditas “passivas”, por ser esse suposto “sujeito” identificado como objeto da oração, a qual, por sua vez, já foi reanalisada pelos falantes nativos do português brasileiro como de voz ativa.

Assim, espera-se localizar a estrutura VTD singular + SE + SN plural como variante que se consolida cada vez mais no português brasileiro, de tal maneira que já é encontrada com grande frequência até na escrita mais monitorada contemporânea.

O trabalho está assim organizado:

O primeiro capítulo, intitulado “Que visão de língua e educação assumimos?”, traz os pressupostos que servem de fundamento para a pesquisa, com respeito à noção de língua e as que são a ela relativas, além da definição dos termos tais como serão usados ao longo de todo o texto e das relações entre língua e sociedade, mediadas, por sua vez, pela escola. Para tanto, baseio-me em Bagno (2000 e 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Scherre (2005) e autores que se dedicam à Sociolingüística e à Sociologia da Linguagem.

No segundo capítulo, intitulado “O SE no tempo”, apresento um breve percurso diacrônico do pronome SE, desde o seu uso original, o reflexivo, até a sua realização como sujeito, contemporaneamente. Para tanto (neste e nos próximos dois capítulos), faço uma resenha de muitos estudos e reflexões, de distintas perspectivas teóricas, cujos esforços empreendidos na busca de

compreender o funcionamento desse pronome se tornam valiosos para a ciência lingüística em geral, começando pela descrição das análises que a ele são atribuídas sincronicamente. São apresentados, especialmente, os trabalhos de Nunes (1990 e 1991) e a proposta de Bagno para um contínuo em que se pode estender os usos do SE, que vão do [+reflexivo] ao [+indeterminado].

No terceiro capítulo, busco reunir os estudos que respondem à questão “Por que e como o SE é sujeito hoje?”, no qual apresento propostas que procuram localizar a mudança de uso do pronome SE dentro da noção de “encaixamento” de Weinreich, Labov e Herzog (2006), no sentido de se procurar mudanças a ela correlacionadas, que podem tê-la implementado. Dentre elas, a principal é o enfraquecimento do paradigma flexional do português brasileiro, que levou a um preenchimento cada vez mais obrigatório do sujeito. Além disso, o SE sujeito é enquadrado dentro das inovações lingüísticas que implementaram a construção de um português verdadeiramente brasileiro, especialmente a partir do século XIX, século da proclamação da independência e instauração da República. Para tanto, baseio-me especialmente nos trabalhos de Cavalcante (2006), Duarte (2003) e Galves (1996).

No quarto capítulo, descrevo os “Fenômenos relacionados” a todo o processo de mudança envolvido no uso do pronome SE, contemplados por Nunes (1990 e 1991), que são o apagamento do SE em orações finitas e a sua “inserção” nas orações infinitas. Além de Nunes, figuram como fundamento dessa seção Cavalcante (2006) e Duarte (2003).

No quinto capítulo, finalmente, procedo à análise do *corpus* e descrição da metodologia empregada, embora já tenha colocado alguns resultados da minha análise em momentos anteriores ao longo da dissertação. Busco traçar como percentualmente e qualitativamente os usos do SE se distribuem na escrita mais monitorada contemporânea, enfatizando o uso do SE como sujeito indeterminado e localizando-o dentro do conjunto de estratégias para indeterminação do agente disponíveis aos falantes nativos do português brasileiro. Dentre tais estratégias, contemplo o uso de NÓS, A GENTE, VOCÊ, 3ª pessoa do singular do verbo sem SE, 3ª pessoa do plural do verbo, e passivas analíticas sem agente da passiva. Quanto a estas últimas, faço um paralelo entre elas e as orações ativas com SE sujeito, de maneira a mostrar que as duas construções possuem funções distintas na língua brasileira. Além de todas as contribuições das investigações realizadas ao longo da dissertação, são aqui valiosas as considerações feitas por Scherre (2005), com relação ao fenômeno da concordância.

Procedo então à apresentação das “Conclusões” feitas com base em toda a literatura visitada sobre o fenômeno estudado e os resultados encontrados empiricamente em nosso *corpus*, tentando localizar a relevância desses resultados dentro de uma busca maior de construção de um novo modelo de educação lingüística que busque a difusão de uma visão de língua embasada

cientificamente e que esta proporcione a construção de uma imagem mais igualitária de seus falantes na edificação de uma desejada sociedade mais justa para com aqueles que a compõem e para os quais tanto a sociedade quanto a língua existem.

Capítulo 1

Que visão de língua e educação assumimos?

Este trabalho repousa na certeza de que a heterogeneidade é inerente a todas as línguas, isto é, como os seres humanos (os falantes da língua) são diferentes, vivem em condições diversas e situações várias todos os dias, a língua também assim deve ser para acompanhar as necessidades de comunicação, de auto-identificação, de construção de mundo e de intervenção social por parte desses falantes. Assim sendo, a língua se divide em um contínuo de variedades¹ que, constituindo sistemas lingüísticos perfeitamente estruturados, são extremamente funcionais e suas variantes² estão disponíveis a seus falantes para que as usem adequadamente de acordo com o tipo de interação em que estarão envolvidos, incluídos aí o interlocutor, o contexto e os papéis sociais³ dos envolvidos na interação.

Dessa forma, as variedades lingüísticas não são “pedaços” discretos e inconfundíveis da língua, com fronteiras bem demarcadas entre si. Elas são compostas por vários elementos que se entrecruzam e se estendem em linhas contínuas que se concretizam no momento da interação verbal. Para efeito de estudo, Bortoni-Ricardo (2004: 51) sugere três contínuos, nos quais os diversos falares podem se estender: a) contínuo de urbanização; b) contínuo de oralidade-letramento; c) contínuo de monitoração estilística. Assim eles podem ser representados graficamente:

1. Uma variedade lingüística é um dos muitos “modos de falar” uma língua. Como já vimos, esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução etc. (Bagno, 2007: 47)

2. A *variante* é “cada uma das realizações possíveis de uma variável”. A *variável*, por sua vez, “é algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes, conforme a variedade lingüística” (Bagno, 2007: 50).

3. Os papéis sociais, segundo Bortoni-Ricardo “são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio [social]” (Bortoni-Ricardo, 2004: 23).

diversas situações vividas no dia-a-dia (e elas se encontram em graus diferentes), ninguém pode nem precisa usar a norma-padrão o tempo todo, em todas as suas atividades lingüísticas. Todos nós dominamos uma língua materna, um vernáculo:

no sentido laboviano do termo (Labov, 1975: 208) —, ou seja, da variedade de língua ‘em que um mínimo de atenção é atribuída à monitoração da fala’ —, ou seja, a variedade produzida em circunstâncias naturais, sem pressão social, sem nos policiarmos, da qual somos senhores absolutos, da qual não temos dúvida e por meio da qual temos fluência lingüística de fazer inveja ao orador mais brilhante. (Scherre, 2005:41)

Esse vernáculo — que são vários, já que, além de usarmos uma das diversas variedades lingüísticas em nível de grupos, cada um tem a sua própria forma de falar em situações diferentes — se distancia grandemente da língua idealizada descrita e prescrita nas gramáticas normativas. Podemos nos basear naquilo que sabemos de norma-padrão para monitorar nossa fala e nossa escrita, quando a situação e o interlocutor nos exigem, mas esse vernáculo acabará por aparecer em maior grau nos momentos mais informais, chegando até, em grau menor, aos estilos escritos mais monitorados. Isso porque há alguns traços (os chamados “graduais”, cf. Bagno, 2007: 142) que são comuns ao vernáculo de todos os brasileiros, o que Bagno (2007: 146) chama de *vernáculo mais geral*, composto dos “usos lingüísticos que aparecem na língua falada por **todos os brasileiros** e que constitui, assim, aquilo que é realmente *nosso* na língua, aquilo que nos identifica mais intimamente como falantes do português brasileiro contemporâneo”. Esse *vernáculo mais geral*, portanto, é onde encontraremos as características que mais representam as inovações do português brasileiro, muitas das quais não são contempladas pela norma-padrão, mas que, mesmo assim, são utilizadas inclusive em estilos escritos mais monitorados.

Por tudo isso, torna-se tão interessante estudar a língua como sistema(s) e, como tal, regido por regras, mas sempre tendo em vista que essas regras não são somente internas, mas (talvez, principalmente) também sociais. Tentar compreender como cada falante é capaz de controlar essa alternância de subsistemas de acordo com suas necessidades, desejos e intenções, além de entender as conseqüências (e causas presentes) do uso lingüístico na estrutura social, a avaliação que lhe é destinada e “políticas” de controle dessa língua, é trabalho que se apresenta cada vez mais imprescindível para o cientista ocupado em estudar a linguagem.

A partir do momento em que se assume essa visão “democrática” de língua, em que todas as suas variedades são concebidas como ordenadas e funcionais, é necessário empreender esforços de maneira que a investigação lingüística contribua para uma “democratização” que favoreça também os seus falantes. Vivemos em uma sociedade em que as avaliações que são feitas com relação aos

usos lingüísticos e todo o processo de legitimação de uma “língua oficial” são construídos de maneira a contribuir na perpetuação de uma hierarquia de poder injusta que desemboca em uma triste e desumana desigualdade social.

Na base de todos esses processos se encontra a escola, que se propõe a abarcar a todos, imagem de um país mais democrático, mas carregada de problemas que, na maioria das vezes, têm por conseqüência a marginalização (no sentido de serem deixados à margem das decisões políticas e do reconhecimento de seus direitos) de grande parte dos que por ela são abarcados.

Dentre esses problemas, podemos citar o esquecimento do Estado que faz com que as escolas enfrentem pobres condições materiais e humanas, que maltratam esse espaço que deveria ser de transformação social. No âmbito material, lembremos a ausência de computadores e televisões até cadeiras e giz, dependendo da localização geográfica da escola e do público atendido. Já no âmbito humano, falemos dos baixos salários pagos a professores, que têm que compensar essa falta, aumentando a sua carga horária, o que resulta em pouco tempo para se preparar para o exercício de seu magistério, desde as aulas diárias até cursos de formação continuada. Esses são só alguns problemas – tantas vezes citados e pouco mudados – da escola brasileira. Quando falamos do ensino de língua portuguesa – ou melhor, “educação em língua materna”, já que não podemos ensinar a um falante nativo a sua própria língua (Bortoni-Ricardo, 2004) – então, os problemas se agravam. A “educação em língua materna” se torna, na verdade, ensino formal de norma-padrão e nomenclaturas.

Por que substituí “educação em língua materna” por “ensino de norma-padrão”? Porque “língua” e “norma” não são termos equivalentes, como se faz acreditar na escola e na sociedade. Ao construto artificial, “resultado de ações humanas conscientes, ditadas por necessidades políticas e culturais” (Bagno, 2007: 37), que não é uma variedade de língua, já que não é falada naturalmente por ninguém, que me referirei todas as vezes que usar os termos “norma-padrão”, “norma prescrita”, “norma tradicional” e “gramática normativa” – esta, na verdade, é o livro no qual estão impressos os “artigos” da norma-padrão. Ou seja, se a “língua” são muitas e a “norma” é só uma, esses não podem ser termos que se equivalham. E esse é o grande problema do “ensino de língua portuguesa”: ter que colocar como uma aquilo que são muitas. Dessa forma:

A norma-padrão e seu instrumento de divulgação mais prestigiado – a gramática normativa – são, antes de tudo, portadores de um **discurso** onde o que sobressai, muito mais do que uma análise de língua ou mesmo do que a prescrição de formas “corretas” de uso da língua, é a tentativa de **selecionar para excluir**, não de selecionar umas formas lingüísticas para excluir outras, mas sim de **selecionar determinados cidadãos** e excluir a grande maioria dos outros, lançados no submundo do “falar errado”, do “não saber

pensar direito” e, conseqüentemente, do não-poder falar, o que muitas vezes é o mesmo que não-poder-ser. (Bagno, 2007: 97)

E a escola passa a ser o ambiente propício a essa seleção para exclusão. E o letramento, em vez de ser um meio de compartilhamento de conhecimento e promovedor de oportunidades de ascensão social e construção de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, capazes de repensar o seu próprio discurso e transformar tal sociedade dentro do que lhes for possível, constitui-se apenas em oportunidade de apresentação e oferecimento – de aceitação obrigatória – de uma ideologia servidora de uma estrutura de hierarquia social cuja fronteira entre ricos e pobres fica cada vez mais delimitada. Dessa forma, a educação brasileira funciona como “aquela que põe cada um no seu devido lugar”, ensinando seus alunos como se encaixar dentro de uma estrutura já existente – e que não se pretende mudar – de maneira a incomodar o mínimo possível. Para tanto, como tal estrutura é a base de uma sociedade em grande parte construída pela escrita, é necessário que o aluno saiba ler e escrever (só basicamente).

Felizmente, devido ao engajamento e ao trabalho de sérios lingüistas no Brasil nos últimos anos, o preconceito lingüístico enraizado em nossa sociedade vem sendo cada vez mais descoberto e desnudado, de maneira que muitos já ouviram falar pelo menos na inadequação da inculcação de um modelo de “certo” ou “errado” lingüísticos. A noção de “gêneros textuais”⁷ vem sendo gradativamente incorporada. Uma conquista importante, por exemplo, foi a tentativa de contemplação dos princípios dos últimos estudos lingüísticos aos Parâmetros Curriculares Nacionais e aos planos nacionais oficiais de avaliação de livros didáticos.

Entretanto, muito ainda precisa ser feito. Aliados aos problemas já citados na escola, os professores (e os alunos) enfrentam agora outro tipo de “problema”. Como colocar tudo isso em prática? Onde buscar apoio teórico para empreender uma educação lingüística diferente e mais adequada à realidade heterogênea da língua e da sociedade? Falta-lhes formação adequada (especialmente, talvez, aos que se formaram há mais tempo, já que não eram muito freqüentes nos currículos dos cursos de Letras tantas reflexões sociolingüísticas), além de sofrerem pressão de pais e diretores para um ensino tradicional e conservador. Isso porque, não há como negar que:

7. Gêneros textuais “constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas; sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente limitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função; exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras [...] etc. “ (Marcuschi, 2002: 19)

Por mais que os lingüistas rejeitem a norma-padrão tradicional, por não corresponder às realidades de uso da língua, eles não podem desprezar o fato de que, como bem simbólico, existe uma **demanda social** por essa “língua certa”, identificada como um instrumento que permite acesso ao círculo dos poderosos, dos que gozam de prestígio na sociedade. (Bagno, 2007: 80)⁸

Por um lado, a escola não pode esquecer dessa **demanda social** por uma única “língua certa”, demanda que se torna “pressão”, quando ela se concretiza na necessidade de “preparar o aluno” para que ele seja capaz de ser aprovado em concursos públicos – esperança desesperada de vida estável em um país com tantos desempregados – e vestibulares⁹. Assim, um dos objetivos da escola é realmente ensinar a gramática normativa, o que inclui a norma-padrão e os nomes dados pela tradição gramatical, nesses séculos de reflexão sobre a língua, às estruturas lingüísticas:

Uma resposta concisa e rápida seria: devemos ensinar a *norma-padrão*. Já que só se pode ensinar algo que não se conhece, cabe à escola ensinar a *norma-padrão*, que não é língua materna de ninguém, que nem sequer é língua, nem dialeto, nem variedade. Defendo um *ensino crítico* da norma-padrão. E para empreender essa crítica, é necessário despejar sobre o pano de fundo homogêneo do cânon lingüístico a heterogeneidade da língua realmente usada. Para tanto, a escola deve dar espaço ao *máximo possível de manifestações lingüísticas*, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades de língua: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não-cultas, etc. (Bagno, 2000: 157)

Ensinar gramática normativa não é ensinar a falar, não é ensinar a ler, nem é ensinar a escrever. É desenvolver reflexão lingüística sobre língua(s) materna(s) e sobre aspectos de uma ou mais segundas línguas (ou de estados de línguas diferentes). Tendo em vista que a ampliação de conhecimentos é um fato sempre positivo, o ensino de gramática normativa se reveste de especial interesse. Se bem conduzido, certamente traz benefícios ao aprendiz. (Scherre, 2005: 139)

Por outro lado, é papel também da educação lingüística prover aos alunos os recursos necessários para uma boa expressão na escrita – com a qual se entra em contato na escola – e nas diversas variedades e usos lingüísticos. Além disso, os educandos precisam ter instrumentos que lhes possibilitem ler, eficazmente, as mensagens construídas nos diversos tipos de textos, as que se

8. Embora reconheça essa “demanda social” por uma “língua certa”, para esse autor, o ideal é que não haja um padrão lingüístico, já que ele não é necessário — as línguas são “auto-reguladoras porque os falantes *querem* se entender um ao outro e ser entendidos” (Bagno 2000: 109) — e ele sempre implicará seleção e exclusão.

9. É interessante notar que as provas de processos de seleção cada vez mais abandonam as exigências por nomenclaturas e norma-padrão para contemplar privilegiadamente a capacidade de leitura e interpretação de texto e as noções de coesão e coerência tanto na leitura quanto na produção textuais. Essa exigência reflete o fracasso da escola na tentativa de ensinar norma-padrão como recurso para falar, escrever e ler bem. Essas novas demandas em provas de processo de seleção têm por objetivo o “corte” do maior número de candidatos possível e as habilidades de ler e escrever são reconhecidamente não plenamente desenvolvidas na educação brasileira, sendo mais difícil ler do que reproduzir nomenclaturas.

encontram nas suas entrelinhas, e as que provêm das condições de produção de tais textos, o que também vai implicar uma nova leitura de mundo e de si próprio na relação com tal mundo. A escola passa a ser o espaço de reflexão e descoberta de que:

A língua não é simplesmente um “meio de comunicação” – ela é um poderoso **instrumento de controle social**, de manutenção ou ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou de exclusão. (Bagno, 2007: 81)

A língua é **lugar e meio de conflito**, porque a sociedade em que vivem os seus falantes também é conflituosa. Embora o lingüista diga que NÓS VAI e NÓS VAMOS são variantes, isto é, “duas formas diferentes de dizer a mesma coisa”, o uso de cada uma delas **comunica** coisas que não são “as mesmas” para quem ouve a construção gramatical A e a construção gramatical B – comunica a origem social de quem fala A ou B, seu *status* socioeconômico, seu prestígio ou desprestígio na hierarquia da comunidade, sua inserção maior ou menor na cultura letrada, sempre mais valorizada que a cultura oral... (Bagno, 2007: 83)

Assim sendo, a postura do professor em sala de aula vai ser preponderante para que haja um desenvolvimento das capacidades de seus alunos de se expressar nas diversas situações de interação social em que se encontrarão vida afora. Essa postura deve ser a de respeito pela diversidade lingüística. Para tanto, as noções de “certo” e “errado” – embora façam parte de um fenômeno social “inerradicável”, que é o da avaliação social, já que “onde tem variação sempre tem também avaliação” (Bagno, 2007: 77) – não podem ser o norte do trabalho pedagógico. Isso porque tal avaliação não é dirigida aos usos lingüísticos em si, mas aos seus falantes, pessoas reais. Segundo Bagno (2007: 77), o estigma ou o prestígio de uma forma lingüística está distribuído em linhas contínuas de acordo com a condição social do falante, sendo mais estigmatizados os usos de um falante [+rural], com [-renda] e [-escolaridade]. Pensando nesse sentido, quanto mais próximos destes pólos estiverem os falantes em questão, mais negativamente serão julgados e, conseqüentemente, sua língua. O julgamento negativo dado a esta – por estar tão distante do padrão identificado como língua única – legitima a negligência de direitos a pessoas que os possuem da mesma forma que aquelas que socialmente são consideradas falantes superiores lingüísticamente. E uma escola comprometida com a justiça social não pode ser a mola-mestra de tal perverso mecanismo de separação social. Assim, é necessário um novo modo de fazer pedagógico:

Somos nós, professores, que podemos e devemos oferecer, revelar, mostrar os recursos que permitem ao nosso aluno poder dizer o que ele quer dizer. Mostrar ao aluno que ele *já sabe a língua*, torná-lo consciente de seu próprio conhecimento lingüístico, combater sua auto-aversão lingüística. Somos nós que devemos *educar*, no sentido etimológico desse verbo, que é “trazer para fora”, *ex-ducare*, fazer a pessoa *ex-por*, *ex-ibir*, *ex-ternar*,

extra-vascular, ex-primir seu conhecimento prévio, sua intuição de falante nativo. Somos nós que devemos mostrar as múltiplas opções de uso da língua para que o *saber dizer* sirva de roupagem adequada para o *querer* e o *poder dizer*. (Bagno, 2000: 311)

Para uma nova postura frente à língua, tornam-se importantes os trabalhos que mostram o uso de estruturas não-padrão e a sua distribuição social e o julgamento que lhe é dado como contraponto à postura adotada na escola, na mídia e nos meios sociais em geral, segundo a qual qualquer uso discordante da norma-padrão, seja na fala ou na escrita, é um crime. Tais trabalhos têm mostrado que há “erros” (de acordo com a norma-padrão) que recebem avaliações mais negativas que outros: alguns são imediatamente reconhecidos e estigmatizados – segundo Scherre (2005: 137), os que estão relacionados ao fator classe social – e outros são cometidos, sem, às vezes, serem sequer percebidos, até na escrita mais monitorada dos falantes ditos “cultos”¹⁰. Esses “erros” constantes do vernáculo e que transparecem até na escrita mais monitorada, muitas vezes, são fruto do inevitável processo de mudança de todas as línguas. Como os seres humanos e as sociedades mudam, as línguas – que só existem em função dos seres humanos – também mudam e por mais que a escrita e a normatização queiram refrear esse processo, ele transcorrerá, gradualmente (porque essa é a sua natureza), mas inexoravelmente. Essa característica da **língua** está imbricada na própria vida em **sociedade**. Assim, estudar uma implica estudar a sua condição de construída e construtora da outra. Quanto à mudança, Weinreich, Labov e Herzog (2006:122) traçam o seguinte percurso para a mudança:

A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta.

As mudanças lingüísticas, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006: 123), estão *encaixadas* na estrutura lingüística e na estrutura social, de maneira que, tanto na língua quanto na sociedade, podem ser encontrados fatores condicionadores da mudança, de maneira que uma mudança sirva também de condicionadora para outra mudança tanto em um âmbito quanto no outro. Um grande condicionante social é a avaliação que é dada à variante inovadora que, na verdade, é a avaliação dada aos seus falantes implementadores. Segundo Bagno (2007: 176), as variantes

10. Embora esse termo, por si só, já carregue uma nuance de preconceito, já que, todos pertencemos a uma cultura, o usaremos para designar os falantes urbanos, que já concluíram o ensino superior e que, portanto, são falantes das chamadas “variedades de prestígio” (termo sugerido em Bagno, 2007: 105).

inovadoras que surgem nas variedades mais estigmatizadas dificilmente chegam a ser aceitas nas variedades de prestígio, nem na escrita mais formal ou na norma prescrita, que é um âmbito muito mais difícil de adentrar:

Não pode haver dúvidas de que conjuntos de atitudes sociais bem sedimentadas são fatores poderosos na determinação do curso da história da língua em comunidades multilíngües. [...] Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo. (Weinreich, Labov e Herzog, 2006: 103)

As variantes inovadoras que chegam à escrita formal seriam as que conseguiram vencer essa etapa do julgamento social. Entretanto, quando elas aí chegam ainda são avaliadas como “erros” condenados pelos normativistas, que querem insistir na defesa de uma “língua” que, se nunca existiu concretamente, hoje é que não existe mesmo. A língua evoluiu – sem que isso tenha qualquer implicação negativa ou positiva – consideravelmente e a norma mudou muito pouco nos últimos séculos, o que criou um abismo entre as duas. Para que esse mito do “certo” e do “errado” continue a existir e esconda a tendência à mudança inerente a todas as línguas, criou-se uma dicotomia falado *vs.* escrito, sendo esse último representante da “língua certa” e “homogênea” e aquele o lugar do “erro”, que é a base da sua “heterogeneidade”. Essa idéia tem duas causas principais: a escrita tem um alto valor cultural para as classes dominantes da sociedade pela sua capacidade de registro de realidades efêmeras e ela é mais conservadora com relação às mudanças. No entanto, a partir de uma visão de língua ordenadamente heterogênea, a relação fala/escrita também está incluída em tal ordem, de maneira que são necessários novos olhares e atitudes com relação ao papel social e escolar da escrita. O propósito de investigar o uso de estruturas inovadoras na escrita mais monitorada está no fato de que “os gêneros escritos mais monitorados são o último refúgio dos usos lingüísticos mais conservadores. É nos textos monitorados que esses usos sobrevivem por mais tempo, antes de desaparecerem por completo.” (Bagnó, 2007:53)

Assim, por mais que a norma-padrão coincida até certo ponto com a escrita, já que é baseada em textos escritos literários (e muitas vezes, antigos) e realmente consiga manter um certo controle sobre ela e refrear o processo de mudança, ainda assim ela não impede que a escrita seja também inerentemente heterogênea. Temos gêneros escritos desde os mais formais aos mais informais, e neles – inclusive nos mais monitorados – podemos encontrar, em grande número, formas não aceitas pela prescrição gramatical, que são, na verdade, usos que se encontram em fase final de implementação da mudança, vencendo a disputa na frequência de uso com a(s)

forma(s) concorrente(s) e talvez entrando em um outro processo de concorrência com outro tipo de variante inovadora.

O ensino de gramática normativa na escola, ao invés de tentar destruir os usos discordantes (e conseqüentemente menosprezar e excluir seus falantes), deveria dedicar-se à reflexão lingüística – que inclua os princípios de variação e mudança – sobre as formas de realização de alguns fenômenos nas diversas variedades (sem que uma seja melhor que a outra) e também à história, função social e ideologia da gramática normativa, deixando claro que ela é apenas uma tentativa de descrição de uma língua idealizadamente superior, que se baseia em usos literários e muitas vezes muito antigos. Para tanto, Bagno (2007: 82) propõe uma *reeducação sociolingüística*, que “significa valer-se do espaço e do tempo escolares para formar cidadãs e cidadãos conscientes da complexidade da dinâmica social, conscientes das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem”.

Para que tal modelo de educação sociolingüística libertadora possa ser implementada eficazmente em nosso país, um longo caminho de tentativas e correções de estratégias deverá ser percorrido. Para tanto, nós, lingüistas, poderemos colaborar, primeiramente, difundindo por todos os meios (desde o escolar ao midiático) possíveis a *necessidade* de novos modelos de educação lingüística e, assim, fazer com que professores, alunos, pais, elaboradores de livros didáticos, editoras, elaboradores de provas de processos de seleção, autoridades políticas, ou seja, todos os envolvidos de alguma forma no processo educacional *desejem* um novo tipo de educação, que forneça os instrumentos adequados aos seus formandos para serem cidadãos cada vez mais plenos no exercício de seus deveres e, portanto, respeitados nos seus direitos.

Essa necessidade de um novo tipo de educação implicará inegavelmente uma necessidade de um novo objeto de estudo. A partir do momento em que houver pressão social por uma nova norma, ela surgirá, embora talvez gradualmente. O caminho tem de ser esse, tendo em vista que os normativistas, que já gozam de uma posição social cômoda, visto que estão do lado privilegiado dos que, com muito custo, adquiriram a norma “das mentes superiores que falam e escrevem bem”, não quererão perder essa sua posição assim tão facilmente. Quanto menos pessoas souberem essa norma, maior será o seu valor para aqueles que a possuem:

A constituição de um mercado lingüístico cria as condições de uma concorrência objetiva na qual e pela qual a competência legítima pode funcionar como capital lingüístico produzindo um *lucro de distinção* por ocasião de cada troca social. Tal lucro não corresponde exclusivamente ao custo de formação pelo fato de estar ligado em parte à *raridade* dos produtos (e das competências correspondentes). (Bourdieu, 1996: 42)

Nesta construção de um novo objeto a ser estudado, é também papel dos estudiosos da linguagem investigar e descrever seriamente as características do “português brasileiro de ponta”, para que ele contribua para a formulação de uma nova norma e colabore com os professores que estão na base do processo educacional, muitas vezes desamparados por todos os lados, a saberem o quê e como privilegiar e abordar no momento de ensinar a norma-padrão e educar seus alunos lingüisticamente. Tudo isso, é lógico, não ocorrerá em um passe de mágica, nem de uma maneira absolutamente pacífica e unanimemente agradável, mas muito já foi feito e é caminhando e unindo esforços que chegaremos cada vez mais próximos ao ideal: dotar os nossos alunos do direito de ser portador de um *discurso*:

O discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo para quê, aquilo por quê, se luta, o poder do qual a gente tenta se apropriar. (Foucault, 1971 *apud* Bagno, 2000: 310)

Capítulo 2

O SE no tempo.

2.1 O SE

Na língua portuguesa, podemos colocar a partícula SE em duas grandes categorias gramaticais: conjunção e pronome. Como conjunção, o SE pode ser integrante ou condicional. Nesses usos, o SE ainda permanece bem vivo e bastante claro quanto às regras de sua utilização em nossa língua, como em:

- (1) Ela me perguntou se eu vou à festa amanhã. [SE *conjunção integrante*]
- (2) Se eu for à festa amanhã, ela também vai. [SE *conjunção subordinativa condicional*]

Por isso, o SE pronome será o foco deste trabalho, devido à quantidade de funções sintáticas que ele pode exercer e ao processo de mudança pelo qual ele vem passando. Segundo a gramática normativa, construções com o pronome SE podem apresentar verbos nas três vozes: *ativa*, *passiva* ou *reflexiva*. Isso porque, ainda segundo a tradição normativa, o pronome SE tem como principais os seguintes empregos: índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora, objeto de um verbo reflexivo, pronome de realce e parte integrante de certos verbos ditos pronominais:

O pronome *se* emprega-se como:

a) OBJETO DIRETO (emprego mais comum):

(...)

Viu-**se** ao espelho, cadavérico.

(U.Tavares Rodrigues, NR, 107.)

b) OBJETO INDIRETO:

(...)

Perguntava- **se** a si mesma Teresa se aquela horrorosa situação seria um sonho.

(Camilo Castelo Branco, OS, I, 390.)

Emprego menos raro quando exprime a reciprocidade da ação:

Os nossos olhos muito perto, imensos
No desespero desse abraço mudo,
Confessaram-se tudo!

(J. Régio, PDD, 83.) (...)

c) SUJEITO DE UM INFINITIVO:

Virgília deixou-se **cair**, no canapé, a rir.

(Machado de Assis, OC, I, 497.) (...)

d) PRONOME APASSIVADOR:

Ouve-se ainda o toque de rebate.

(B. Santareno, TPM, 121.) (...)

e) SÍMBOLO DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO (junto à 3ª pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente):

Vive-se ao ar livre, come-se ao ar livre, dorme-se ao ar livre.

(R. Brandão, P, 165.) (...)

f) PALAVRA EXPLETIVA (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito):

As estrelas dirão: - “Ai! nada somos,

Pois ela **se morreu**, silente e fria...”

(A. de Guimaraens, OC, 258.)

g) PARTE INTEGRANTE DE CERTOS VERBOS que geralmente exprimem sentimento, ou mudança de estado: *admirar-se, arrepender-se, atrever-se, indignar-se, queixar-se; congelar-se, derreter-se, etc.*

- **Atreva-se. Atreva-se**, e verá.

(M. Torga, NCM, 48)

(Cunha & Cintra, 2001: 305-7)

Como índice de indeterminação do sujeito, o SE acompanha verbos que não sejam transitivos diretos, como por exemplo:

(3) Em Brasília, vive-se bem.

(4) Gasta-se muito com comida neste país.

(5) Falava-se de Pedro.

Entretanto, podemos perceber a emergência de outras formas de expressão da indeterminação do sujeito, tais como as formas que expressam a noção de 1ª pessoa do plural como NÓS e A GENTE, que embora expressem uma indeterminação parcial, já que incluem a primeira pessoa do singular (nós = eu + outros), podem não determinar completamente o universo das pessoas abrangidas no enunciado. Assim, temos:

- (6) Aqui em Brasília, a gente vive bem.
- (7) Gastamos muitos com comida neste país.
- (8) Precisamos de secretária.

Nesses casos, sabe-se que o falante também vive em Brasília, mas não se sabe quem são os outros que o falante inclui dentro de A GENTE, ou, como no último exemplo, que alguém precisa de secretária, mas que não se sabe exatamente quem é.

Temos ainda, em português, outras formas de indeterminação como AS PESSOAS e VOCÊ — que não se referem exatamente a pessoas conhecidas, nem à segunda pessoa do discurso, respectivamente — como em:

- (9) Em Brasília, as pessoas vivem bem.
- (10) Em Brasília, você consegue viver bem.
- (11) As pessoas falavam muita coisa do Pedro.
- (12) Você paga muito imposto neste país.

Pode-se ainda preferir, para a expressão da indeterminação do sujeito, usar o verbo na 3ª pessoa do plural. Destaquemos também essa 3ª pessoa plural do verbo ESTAR + gerúndio do verbo principal:

- (13) Desviaram o trânsito na W-3 Norte por causa de um acidente.
- (14) Disseram que amanhã não tem aula.
- (15) (Gastam/ Estão gastando) muito com comida neste país.

Outra forma usada para indeterminar o sujeito e que ganha cada vez mais espaço no português brasileiro (doravante, PB) é o uso do verbo na 3ª pessoa do singular, sem o SE. Dessa forma, temos:

- (16) Aqui tira fotocópia?
- (17) Como é que faz para chegar em Goiânia por essa estrada?
- (18) Eu não sei onde entrega a ficha preenchida.
- (19) Ali vende pilha.

É interessante observar como ficaria o exemplo (16) na forma padrão com SE: “Aqui se tiram fotocópias?” — frase que não é naturalmente produzida entre os falantes maternos do PB e com uma possibilidade de leitura reflexiva absurda semanticamente (talvez por isso não é comum). Mas isso é questão para discutirmos mais adiante.

Passemos então para o *pronome apassivador*. Este se une a verbos transitivos diretos na 3ª pessoa, os quais, portanto, segundo a tradição normativa, devem concordar em número com o sujeito da oração, que seria o objeto direto da oração ativa correspondente, como por exemplo:

(20) Roubou-se o carro.

(21) Entre os papéis, encontraram-se finalmente os documentos.

(22) No Brasil, todos os anos, consomem-se muitos litros de café.

Já para expressar que o sujeito, na verdade, não é o que “pratica a ação”, mas sim o que a sofre, ou seja, que temos um sujeito paciente na oração, prefere-se, no PB, a passiva analítica à chamada passiva sintética, vista nos exemplos acima. Assim:

(23) O carro foi roubado.

(24) Entre os papéis, os documentos finalmente foram encontrados.

(25) No Brasil, todos os anos, muitos litros de café são consumidos.

O pronome reflexivo, por sua vez, se realiza quando o pronome SE, objeto da oração, é co-referencial com o sujeito da oração, como nos exemplos:

(26) Você se machucou?

(27) Ele se olhou no espelho.

(28) Você precisa se valorizar.

Pesquisas indicam que o SE também está se perdendo nesta função, em determinadas variedades lingüísticas, sobretudo mineiras e goianas. Assim, temos:

(29) Você machucou?

(30) Ele olhou no espelho.

(31) João sentou na única cadeira acolchoada do plenário.

Esse pronome é ainda usado para expressar uma relação de reciprocidade, ou seja, quando "a ação é mútua entre dois ou mais indivíduos" (Cunha & Cintra, 2000:280). Por exemplo:

(32) Os namorados se abraçaram muito forte de tanta saudade que sentiam.

(33) Eles se encontraram no meio da multidão.

Até verbos que são chamados de essencialmente pronominais, como *admirar-se*, *queixar-se*, *decepcionar-se*, *derreter-se* e *zangar-se*, já podem ser encontrados em algumas variedades sem o clítico em orações como:

(34) A secretária queixou-se com o chefe. / A secretária queixou com o chefe.

(35) Maria se lembra do acontecido. / Maria lembra do acontecido.

Há ainda uma outra classe de construções com SE. É a das chamadas “pseudo-reflexivas” (Bagno, 2000: 221), como em:

(36) A porta se abriu.

(37) O vaso se quebrou.

(38) A janela se fechou.

Nessas construções SE tem aparência reflexiva, mas, na verdade, indetermina o sujeito da ação. Para evitar tal leitura reflexiva, também nesses casos, o SE tende a ser apagado no vernáculo brasileiro:

(39) A porta abriu.

(40) O vaso quebrou.

(41) A janela fechou.

Feito esse breve levantamento das funções e atribuições conferidas ao pronome SE, passemos à discussão referente à suposta passividade expressa a partir desse pronome.

2.2 O SE: passivo?

Começamos por um estudo sincrônico: atualmente, no PB, existe realmente esse pronome apassivador? A tese com que trabalho é que não. Não na língua materna dos brasileiros. O que, na verdade, se chama de “voz passiva sintética ou pronominal” não passa de “voz ativa”, na qual se omite o agente. Assim, o SE não é *pronome apassivador*, mas o próprio sujeito da oração. Bagno (2004: 131) diz que o pronome SE no PB vem sofrendo uma “reanálise que nos obriga a incluir o SE entre os pronomes que podem exercer a função de sujeito”. As construções “Aluga-se casas” (verbo transitivo direto), “Vive-se em Brasília” (verbo intransitivo) e “Precisa-se de secretárias” (verbo transitivo indireto) são, portanto, atualmente, expressões do mesmo fenômeno: a indeterminação do agente. O SE, na verdade, é o sujeito indeterminado das três orações e leva o verbo para o singular, seja qual for a predicação dele. Isso explica a baixíssima incidência (em nossa análise dos dados, chegando mesmo a 0% com o núcleo do argumento interno no plural) de concordância entre o que as gramáticas chamam de sujeito (doravante, argumento interno) e o verbo nessas orações ditas passivas. E as concordâncias que ocorrem, na modalidade escrita, são fruto da pressão da regra normatizada, ensinada nas escolas.

Entretanto, as diversas gramáticas normativas insistem na existência da “passiva sintética”. Por exemplo, Cunha & Cintra (2001: 385) dizem:

Exprime-se a voz passiva: (...)

b) com o PRONOME APASSIVADOR *se* e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito:

Não **se vê** [é vista] **uma rosa** neste jardim.

Não **se vêem** [são vistas] **rosas** neste jardim.

Sacconi (1977: 280), por sua vez, diz que o SE cumpre a função de pronome apassivador:

quando o verbo for transitivo direto, e na oração houver um termo que não possa praticar a ação verbal. Ex: Aluga-se uma sala. Vendem-se terrenos.

Alugar e *vender* são verbos transitivos diretos; *sala* e *terrenos* são seres incapazes de praticar as ações de *alugar* e *vender*, respectivamente: ambos os pronomes são, portanto, apassivadores.

Esse conceito dado por Sacconi merece um comentário especial. É verdade que boa parte dessas construções ocorre com “sujeitos” [-animados], mas nem sempre. O que acontece, então, com “Na igreja, amam-se os pobres”, “os pobres” não podem praticar a ação de amar? E quanto a

“Contratam-se modelos”, “as modelos” não podem contratar uma empregada doméstica, por exemplo? E em “vêm-se muitas pessoas daqui de cima”, “as pessoas” não podem ver? Esses verbos são transitivos diretos, mas seus supostos sujeitos são animados e podem exercer as ações expressas pelos verbos. É claro que, muitas vezes, o suposto sujeito será [-animado], mas isso não permite que se coloque esse fato como característica própria da passiva sintética. Essa é só uma das confusões que os gramáticos fazem com relação ao fenômeno, na tentativa de diferenciar as passivas sintéticas das orações de sujeito indeterminado, que são, estruturalmente, idênticas.

Na gramática de Rocha Lima (2000: 390), encontramos a seguinte prescrição quanto à concordância verbal:

Atenção especial deve merecer a concordância de verbo acompanhado da partícula “se” e seguido de substantivo *no plural*, em construções deste tipo:

Alugam-se casas. Regulam-se relógios. Venderam-se todos os bilhetes.

Este substantivo, representado (geralmente) por ser *inanimado*, é o sujeito da frase — , razão pela qual com ele há de concordar o verbo.

A índole da língua portuguesa inclina para a posposição desse sujeito ao verbo; aponta-se por menos comum a sua presença antes do verbo, assim como vir ele representado por *ser animado*.

Eis documentação literária de um e outro caso, na linguagem **modelar** [grifo meu] de Machado de Assis:

(...)

“Há ingratos, mas *os ingratos demitem-se, prendem-se, perseguem-se.*”

Nas variadas situações que se apresentam nos exemplos citados, o sujeito é sempre o *paciente* da ação verbal — , o que caracteriza a voz passiva.

Em seguida, ele diz que, se for transitivo indireto ou intransitivo, o verbo fica no singular. “Em casos como esses, deixa-se completamente indeterminada a pessoa que pratica a ação.” E nas chamadas “passivas sintéticas”, com verbos transitivos diretos? O agente não está indeterminado? Claro que sim. Será que o autor quis dizer que o fato de o verbo estar no singular é que faz com que o agente fique indeterminado? Na verdade, busca-se algo que diferencie as “passivas sintéticas” das orações de “sujeito indeterminado”, mas não se encontra, já que são construções estruturalmente idênticas, a não ser na linguagem *modelar* de Machado de Assis.

Em edição anterior de sua gramática, Bechara (1985: 104-105) dizia que:

a passiva pode ser *analítica* (formada com um dos verbos *ser, estar, ficar* seguido de participípio) ou *pronominal* (formada com verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, que se chama, no caso, *pronome apassivador*):

A casa foi alugada. (passiva analítica)

Aluga-se a casa (passiva pronominal)

Já na edição de 2004, Bechara (p. 223) chama a “voz passiva pronominal” de “voz reflexiva de sentido passivo” e não coloca a “voz passiva pronominal” como uma das formas de realização da voz passiva.

Entretanto, ele diz que é uma construção de sujeito indeterminado, na página 178:

Pelos exemplos acima, o *se* como índice de indeterminação de sujeito — primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto —, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = “alguém tem casa para vender”) e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo:

Vendem-se casas (= “casas são vendidas”) – *Vendem-se casas* (= “alguém tem casa para vender”) – *Vende-se casas*.

E citando Martinz de Aguiar, diz:

Vende-se casas e frita-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requiere *vendem-se, fritam-se*. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estágios diferentes de evolução. [M.A.g. 2, - 181-183]

Apesar de demonstrar uma louvável e ousada tentativa de reanalisar uma construção “imexível” da norma gramatical brasileira, que é a existência da “voz passiva sintética” e a obrigatoriedade de concordância com aquilo que seria o sujeito, Bechara, em outro ponto de sua gramática, dá uma terceira análise para a mesma construção: além da reflexiva com sentido passivo, do sujeito indeterminado, a passiva pronominal (!), na página 563:

A língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito:

Alugam-se casas.

Embora ele não diga com todas as letras, se diz que numa construção com SE, o objeto lógico é o sujeito da oração, logo, está dizendo que essa oração está na “voz passiva sintética”.

Outro fato interessante que podemos notar é Bechara dizer que “a língua padrão” pede a concordância do verbo com o suposto sujeito, como se ele não considerasse assim, mas já que a norma-padrão exige, ele tem que colocar na gramática. Mas quem é a “língua padrão”? Que entidade superior é essa? Se ele, que é o autor de uma das gramáticas mais respeitadas deste país,

não é o representante dessa língua-padrão, quem pode ser? Se Bechara fizesse uma seção com uma discussão um pouco mais profunda sobre o SE, a mudança lingüística que o envolve e o que as gramáticas normativas tradicionalmente prescreviam, mas já abonando a forma no singular, mesmo com objetos no plural, poucos ousariam contradizê-lo, muito menos os falantes nativos do português brasileiro, que já preferem a construção no singular, pelo que diz Nunes (1990: 77), desde o século XIX!

2.3 Um breve percurso diacrônico

Iniciemos as nossas próximas considerações a partir do que diz Vasco Botelho do Amaral (1938: 297):

E, posto que em autores antigos se topem construções do tipo *vende-se livros*, elas são, como ensina o erudito camonista [Dr. José Maria Rodrigues] “as legítimas herdeiras do uso que no latim popular, no da decadência, e no da Idade Média se fazia da voz passiva impessoal acompanhada de complemento direto. (2) Hoje, porém, a origem de tais redações arcaicas nenhuma influência exerce em nossa escrita. E, portanto, o idioma não se coaduna com a prática de usar *se*, **como se fôra pronome indefinido**, e proscreeve o verbo no singular, estando o complemento no plural: “*vendem-se livros*” e não “*vende-se livros*”. Na *Selecta Clássica* o filólogo João Ribeiro opina: “Vem de séculos, e não é francesia, e muito menos recente, o uso de *se* com o valor de sujeito da oração”. Apresenta exemplos do *Leal Conselheiro*, de Barros, de Francisco Manuel e de Antônio Prestes. Oportemos esta afirmação do Dr. José Maria Rodrigues: “as construções do tipo *vê-se sinais* aparecem, embora com muita parcimônia, em alguns (João de Barros, Francisco Morais, Camões, Vieira) dos nossos melhores escritores e explicam-se por uma evolução das orações passiva-reflexas... O seu uso, que aliás é dispensável, deve ser muito restrito. [negrito meu]

E, em nota, na mesma página, para o (2) acima:

No latim popular encontram-se construções semelhantes a *legitur libros*, isto é, *lê-se livros*. O português arcaico espelha tais redações, que vieram a desaparecer.

Apesar de ele também, como tantos autores, confundir língua e idioma de um lado e gramática normativa ou variedade de prestígio, de outro, quando diz “o idioma não se coaduna...” e querer mostrar a inadequação do uso do verbo no singular, podemos constatar alguns pontos interessantes nessas observações de Vasco Botelho do Amaral. Primeiramente, ele diz que no latim vulgar, do qual provém a língua portuguesa, também se registrava discordâncias no número da

passiva sintética latina, que era construída por meio de desinência verbal. Esse uso popular por ele registrado pode ser mais um indício de que usos discordantes da norma sejam excelentes fontes de pesquisa. Frei, por exemplo, nas palavras de Martelotta, (2003:21), “notabilizou-se por sua análise referente aos desvios da gramática normativa, que, segundo sua proposta, não são fortuitos, mas constituem tendências conseqüentes da necessidade da comunicação, constituindo, portanto, uma rica fonte de estudos lingüísticos.” A concordância, como diz Scherre (2005), é um dos fenômenos nos quais se verifica mais variação. O que Amaral diz que os falantes da língua latina faziam é o que continuamos a fazer hoje com o SE “passivo” (no caso de “vende-se casas”) — o fato de “desvio” de concordância por ele citado é de “passiva”. Isso pode estar associado ao que, ainda segundo Martelotta (2003: 21), alguns estudos funcionalistas da mudança vêm trabalhando — a hipótese de que ela não acontece apenas na linha do tempo e é permitida pelo sistema, mas segue ciclos que se repetem e que têm raízes na própria cognição humana:

pesquisas em gramaticalização têm demonstrado que, ao lado de fenômenos que mudam com o tempo, existem determinados aspectos que parecem manter-se ao longo da trajetória das línguas [...] Nesse sentido, pode-se dizer que o funcionalismo tende a adotar uma concepção *pancrônica* de mudança [SAUSSURE, 1916/1973], observando não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses elementos e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal, já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações.

Assim, estudos futuros associados a este presente trabalho poderão pensar se e como a reanálise do SE tem seguido tendências recorrentes nas línguas.

Outro ponto interessante destacado por Amaral é o fato de ele especificar que, **na escrita**, não se usa a construção com o verbo no singular e o **complemento** no plural. Complemento não é sujeito. Assim, embora ele queira defender a concordância normativa e essa ser justificada pelos seus defensores pelo fato de o SN (sintagma nominal) geralmente posposto ser o “sujeito passivo” do verbo, o fato é que ele deixa passar o que está em nossas intuições, de que esse SN é realmente o complemento do verbo, tanto que ele é usado posposto ao verbo. Segundo ele, usar o verbo no singular se o “complemento” está no plural é usar o SE como pronome indefinido, o que é o ponto de vista assumido nesta pesquisa. Observemos também a intuição do autor para o fato de o SE funcionar mais como pronome indefinido do que como pronome apassivador, embora ele diga que não é assim que a “língua” aceita. João Ribeiro, citado por Amaral, diz que o SE, há muitos séculos, funciona como sujeito da oração na pena de muitos escritores famosos. Nisso ele está certo, como

veremos adiante, o SE indeterminado data já (no mínimo) do século XVI. João Ribeiro ainda se defende contra a iminência de um argumento que deveria já ser comum na época, ao dizer que esse uso “não é francesia” Essa idéia de que o uso do SE e verbo no singular mesmo com SN plural é influência francesa não tem bases sólidas. Bagno (2000: 241) — comentando a afirmação de Napoleão Mendes de Almeida (1994: 506-507), de que “essas construções constituem puros francesismos; nelas o *se* está exercendo a mesma função do *on* francês” — diz:

Sobre o fato de construções desse tipo serem “puros francesismos” nem vale a pena se deter, de tão inconsistente que é o argumento, uma vez que se baseia na hipótese de que os brasileiros letrados conhecem a gramática francesa tão bem a ponto de se deixarem influenciar por ela...

Feitas essas considerações sobre o fenômeno da mudança e, em especial, sobre o que se dizia sobre o pronome SE, (já em 1938, o que demonstra que naquela época o uso natural de orações ditas “erradas” do tipo “vende-se livros” já era discutido) e continuando na tentativa da construção do percurso diacrônico do pronome SE, procederemos ao arrolamento das informações sobre tal pronome constantes em dicionários etimológicos.

Primeiramente, José Pedro Machado (1997: 167) dá a data do século XIII para as primeiras manifestações constatadas do pronome SE na língua portuguesa, portanto, ainda na fase do galego-português. Assim, é muito razoável pensar que o SE tenha vindo diretamente da base latina nas origens do português:

se ¹, pron. Do lat. *sē*, cujo *e* se abreviou devido ao uso proclítico da palavra de que faz parte. Séc XIII: “... aquesta terra, hu est a melhor/ De quantos son, e de cuio loor/ no sse pode, per dizer, acabar”, D. Dinis no C.B.N.

Por sua vez, Bueno (1967: 367), diz:

Se : Pronome átono da terceira pessoa gramatical, elemento essencial na formação das vozes passiva e reflexiva. Ex: Pedro *batizou-se* (foi batizado) em S. Paulo. Pedro *feriu-se* (voz reflexa). Do acusat. lat. *sē*. Quando a voz passiva é feita com verbos intransitivos ou relativos como *vive-se bem aqui*, *dançou-se muito*; o pron. *se* tem dupla função: a de indeterminar o sujeito que, realmente, não existe, por ser o verbo impessoal, e de indicar a voz passiva. Em hipótese alguma poderá ser o sujeito. [grifo meu]

Chama a atenção essa última afirmação de Bueno: “Em hipótese alguma poderá ser o sujeito”, já que o que se defende e se procura investigar nessa pesquisa é justamente o fato de o SE

já ter sido consagrado no PB como pronome sujeito. Veja-se também a confusão feita quando ele diz que “o pron. *se* tem dupla função: a de indeterminar o sujeito que, realmente, não existe, por ser o verbo impessoal, e de indicar a voz passiva”. Como pode o SE ser usado para indicar a voz passiva com verbos intransitivos, que não selecionam um paciente? E como pode ele indeterminar um sujeito que não existe? Essas pequenas confusões mostram o quanto já se tem tentado sistematizar o uso do SE de forma que ele possa dar conta da sua multiplicidade de usos. A partir desses verbetes, conseguimos depreender a origem do pronome SE: acusativo latino *sē*. Faria (2003: 902) dá a mesma origem e acrescenta:

1. *se*, acus. e abl. De *sui*

E na página 964:

2. *sūi, sibī (sibī), sē*, pron. reflex. Da 3ª p. do sg. e do pl. (...)

Portanto, concluímos que o primeiro SE foi o pronome reflexivo. O mesmo diz Câmara Jr. (1956: 36), ao dar a seguinte explicação para o surgimento do SE *passivo* na língua portuguesa:

A partícula apassivadora surgiu, historicamente, pela extensão da forma verbal reflexa a frases em que o sujeito (v.) é um mero PACIENTE do processo verbal. Esta extensão já se iniciara em latim; ex.: *clamor/ ...-magnus se tollit in auras* (CCXXVIII, 454/455) – “um grande clamor se eleva aos ares”

Convém distinguir dois resultados dessa extensão:

- 1) A frase fica passiva do ponto de vista lógico; mas pode ser sentida como reflexiva por uma tendência natural ao impressionismo na linguagem (v.). Assim, no verso de Vergílio, o *clamor* pode ser sentido como se erguendo por si; interpretação impressionista análoga se pode dar a – *as árvores se agitam; a porta se abriu*, etc.
- 2) A frase fica franca e exclusivamente passiva; ex.: *matou-se uma galinha (foi morta); perdeu-se um relógio (foi perdido); feriu-se uma batalha (foi ferida, ou travada)*.

Algo semelhante diz Said Ali (1966) quanto à origem desse SE dito passivo. Segundo ele, desde antes do latim, existiam o *medial sintético* e o *medial analítico*. Aquele se construía pela desinência *-r* e este pelo SE, que tinha uso restrito, mas acabou substituindo aquela nas línguas românicas, nas quais a função *mediopassiva* (que era do *medial sintético* e foi assumida pelo *medial analítico*) se desdobrou em *reflexiva* e *passiva*. A *medial* é assim chamada justamente por suas características que parecem se situar tanto no terreno da voz passiva, quanto no da voz ativa. Diz ele que essa fusão de funções tem uma origem ainda antes do surgimento da voz passiva:

Ações praticadas por seres humanos não podiam ser enunciadas pela linguagem sem a indicação do agente. Quando, porém, o agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo, a linguagem servia-se deste expediente: personalizava o objeto se era ente inanimado, e fingia-o praticar a ação sobre si mesmo. Certa mercadoria, por exemplo, devia ser vendida, ignorando-se o vendedor; dizia-se simplesmente: tal mercadoria vende-se a si própria. (...)

BRÉAL explica aquela primitiva frase, em que ainda se desconhecia a voz passiva, deste modo: *As línguas indo-européias apresentavam a frase sob a forma de um pequeno drama em que o sujeito é sempre agente. Ainda hoje, fiéis a esse plano, elas dizem: “O vento agita as árvores..”*. (p. 94-95)

Essa idéia pode ser relacionada ao *impressionismo* de Câmara, que “nos leva a descrever como seres humanos meras coisas inanimadas” (p.122). Segundo ele, esse “emprego impressionístico da voz reflexiva preparou o caminho em português e em outras línguas românicas para a voz passiva sintética com a partícula *se*”. Ou seja, se o “agente humano era desconhecido ou não convinha mencioná-lo”, quer dizer que a intenção de uso dessa construção *mediopassiva* vem da tentativa de indeterminar o agente, já que toda frase tinha que ter um agente. Assim, para indeterminar o agente (sentido ativo), os seres inanimados eram interpretados como sujeitos animados e a realizarem a ação sobre si próprios (sentido reflexivo), porém, como isso não era possível, queria-se interpretar essa construção como uma forma de enfatizar o paciente, ou seja, que “alguém era atingido pela ação”. Entretanto, Câmara e Said Ali diferem quanto ao item 2 de Câmara no que se refere à existência de frases com SE hoje com “sentido francamente passivo”. Segundo Said Ali, o SE é o sujeito da oração:

Pouco a pouco, porém, a mera forma reflexa em casos deste gênero começou a sugerir a idéia de um agente humano indeterminado. Não foi preciso alterar profundamente o enunciado; mas o substantivo, que até então figurara na categoria de sujeito, teve de abandonar este posto e passar para o lugar de objeto, que já agora lhe era designado. O pensamento não comportava dois agentes; a ação de vender não podia ser praticada por certa pessoa e, ao mesmo tempo, pela própria coisa. (p.94)

Se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só tem que ver com as idéias que as palavras atualmente simbolizam, parece impor-se a candidatura do pronome *se* ao lugar de sujeito. (p.92)

(...) mas desde o dia em que sua posição se fixou depois do verbo, fixou-se também a sua função de sujeito. (p.93)

Se considerarmos esse percurso como verdadeiro, podemos dizer que os falantes da língua acabaram por decidir o impasse: na forma analítica com o verbo SER, temos a voz *passiva*; com a partícula SE, temos a voz *ativa* com o sujeito indeterminado. E se esse SE não exerce a função de

Nesse caso, a interpretação reflexiva não é estranha. Pelo contrário, é a preferida, por causa de um outro fator que agora entra em jogo para evitar a ambigüidade de interpretação, que seria a ordem:

(45) Muitos funcionários já se demitiram da empresa este ano. [+*reflexiva*]

(46) Já se demitiu muitos funcionários da empresa este ano. [+*indeterminada*]

(47) Já se demitiram muitos funcionários da empresa este ano. [+*reflexiva?*]

Pragmaticamente, segundo Bagno, a primeira diz que os funcionários se demitiram voluntariamente; a segunda, que alguém os demitiu contra a vontade deles, e a terceira seria ambígua entre as duas outras interpretações, ficando no meio do contínuo, já que a flexão demonstra reflexividade e a ordem, indeterminação.

Dessa forma, Bagno propõe o seguinte esquema para uma análise que leve em conta a ordem, os traços semânticos dos verbos e os efeitos de tematização¹¹ dos termos no enunciado:

a) SVO → V = tema

Já se demitiu muitos funcionários dessa empresa.

S = *se* [+*indeterminado*] [+*humano*]

V = *demitiu* = verbo transitivo direto na voz ativa

O = *muitos funcionários* = objeto direto [+*humano*]

b) SOV → S = tema

Muitos funcionários já se demitiram dessa empresa.

S = *muitos funcionários* = [+*determinado*] [+*humano*]

O = *se*

V = *demitiram* = verbo transitivo direto na voz reflexiva

11. “Enquanto “mensagem”, a oração se compõe de tema – o ponto de partida da mensagem – e rema, a mensagem propriamente dita. O tema é geralmente a peça “recuperável”, ou “dada”, da informação, enquanto o rema é, em geral, a parte “nova”, a parte que o falante apresenta como de impossível recuperação, seja no texto, seja na situação. (Neves, 1997: 33)

As formas que admitem voz reflexiva são as que exigem o traço semântico [+humano] em seu sujeito e em seu objeto: *demitir-se, encontrar-se, misturar-se* etc.

O que determinaria a localização de uma dada estrutura nesse contínuo seriam a ordem e a flexão verbal, que seriam utilizadas de acordo com o que se quer tematizar.

Dessa forma, o que se chama de “erro”, que é a construção com o verbo no singular, nas chamadas “passivas sintéticas” cumpriria, na verdade, a função muito relevante de especificar qual sentido se quer dar (mais reflexivo ou mais indeterminado):

A flexão do verbo no singular ou no plural é estreitamente dependente do *significado* que se quer atribuir ao verbo e dos *efeitos* que se busca obter com ele. Verbos no singular e na ordem SVO (em que S = *se*) constroem enunciados em que SE tem o traço [+ indeterminado]. Ex: Já se demitiu muitos funcionários dessa empresa. Verbos no plural e na ordem SVO (em que O = *se*) constroem enunciados em que SE tem o traço [+reflexivo]. Ex: Muitos funcionários já se demitiram dessa empresa. (Bagno)

Quanto à relevância da ordem na análise das construções com SE, controlei no nosso *corpus* a colocação do SN em tais estruturas. Vejamos na tabela 2.1 abaixo:

TABELA 2.1: Posição do SN em estruturas SE sujeito indeterminado + verbos transitivos diretos (155)

Anteposto ao verbo	%	Posposto ao verbo	%
37	23,9	118	76,1

O que vemos, realmente, é a tendência à posposição do SN em tais construções, de maneira a deixar claro que ele é o objeto da oração. É importante destacar também que as estruturas com SN anteposto envolviam, em sua maioria, estruturas com pronome relativo, sendo evitadas construções como “o bolo comeu-se” ou, o que é ainda mais confuso semanticamente “os bolos comeram-se”. Só apareceram 5 construções desse tipo, estando 3 no mesmo texto, e que estão expressos no exemplo (48) abaixo, retirado do *corpus* desta pesquisa. Observe-se que os SN (sublinhados) estão sendo usados sem artigo, de maneira genérica:

(48) Língua não **se ensina**, língua **se fala**. aprende-se padrão e norma. Por esta razão Bortoni-Ricardo propõe uma “educação em língua materna”, valorizando as variedades dos alunos, respeitando-as e conscientizando os professores de que a língua não **se encerra** numa gramática normativa. [EL 260]

Dando prosseguimento à nossa pesquisa, se tomamos o SE reflexivo como a forma primária, qual seria a forma seguinte? O *pronome apassivador* ou o *índice de indeterminação do sujeito*?

Se considerarmos o que diz Bechara (2004: 178), poderemos pensar que o segundo SE seria o indeterminado:

Pelos exemplos acima, o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto -, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas*= “alguém tem casa para vender”) e de ligação (*É-se feliz*).

Alguns estudos, porém, como os de Naro (1976) e Nunes (1991) mostram que o SE aceito como *índice de indeterminação do sujeito* pelas gramáticas normativas é fruto do uso da passiva sintética dito “errado” pelas gramáticas normativas, com o verbo no singular e suposto sujeito no plural. A “passiva sintética”, segundo algumas pesquisas (Nunes, 1990; Cavalcante, 2006) realmente existiu, como veremos adiante. Ou seja, existiam as passivas sintéticas com concordância do verbo com o sujeito, como ocorre geralmente nas passivas, inclusive as que tinham sujeitos plurais. Essas passivas sofreram uma reanálise com o passar do tempo e a partir do uso do SE com verbos transitivos diretos no singular e argumento interno no plural é que puderam existir essas construções com outros tipos de verbo. Mais adiante voltaremos a essa questão. Procuremos agora o que dizem alguns estudiosos sobre o surgimento da passiva com SE já no latim.

Ilari (2000:107) coloca o uso do SE nas passivas sintéticas como uma das inovações do latim vulgar:

Outra função importante do *se*, na língua vulgar, foi a de partícula apassivadora: remonta pois ao período latino vulgar a construção conhecida como “passiva sintética”, que tem largo uso em português (“vendem-se casas”, “aluga-se um quarto” etc.) e está bem representada nas demais línguas românicas. [...] É possível que remonte ao mesmo período [o latim vulgar] o uso de *se* como índice de indeterminação do sujeito (port. *aqui não se vive, vegeta-se*)

Essa última afirmação de Ilari não está em concordância com a data proposta por Naro (1976 *apud* Nunes, 1990: 75-6). Segundo este, constata-se o surgimento de estruturas com SE indeterminado, seja em construções com verbos transitivos diretos (sem concordância) ou não, em meados do século XVI. Pode até ter havido o SE indeterminado no latim, mas ele não parece ter vindo diretamente para o português. Como Ilari acena apenas com uma possibilidade nessa sua

última afirmação, atentemo-nos ao SE passivo do latim. De acordo com Ilari (p. 98), a voz passiva no latim clássico era expressa apenas sinteticamente a partir de sufixos e desinências:

As vozes passivas formavam assim uma espécie de “conjugação paralela”, com desinências próprias:

ducor, duceris etc. (sou conduzido...)

ducebar, ducebaris etc. (eras conduzido...)

ducar, duceris etc. (serei conduzido...)

ducar, ducaris etc. (que eu seja conduzido...)

ducerer, ducereris etc. (que eu fosse conduzido...)

ducere, ducemini (sê conduzido...)

duci (ser conduzido...)

No latim vulgar, segundo Ilari, desapareceu a passiva sintética, ficando só a passiva analítica com o verbo *sum*.

Já Oliveira (2005: 22-24) diz, em sua pesquisa, que o latim tinha a voz passiva tanto na forma analítica (nos tempos verbais do *perfectum*) com o verbo “ser”, quanto na forma sintética desinencial (nos tempos do *inflectum*). Após o surgimento da passiva pronominal com SE, as duas passivas sintéticas passaram a concorrer até o desaparecimento da passiva desinencial. A passiva analítica se generalizou.

(49) Sic petitur caelum (Ovídio) (Carvalho, 1990: 80)

(50) Myrina quae Sebastopolim se vocat. (Plínio, Nat., 5.121) (Carvalho, 1990: 96)

(51) Puellae amatae sunt. (Garcia, 2000:135)

Houve, então, uma extensão do uso do SE, antes reflexivo, para o uso do SE passivo [com valor mais medial], já no latim. Esse SE passivo se sobrepôs à outra forma passiva sintética do latim e veio para o português. Depois, sofreu uma reanálise, passando a indeterminado.

2.4 A reanálise do SE

Jairo Nunes (1990) considera a hipótese de que o SE sofreu uma reanálise, entendida, nos termos de Langacker (*apud* Nunes, 1990: 77), numa perspectiva gerativa, como

uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve nenhuma modificação imediata ou intrínseca na sua manifestação superficial. [tradução minha].

Castilho (1997: 53-4), por sua vez, dá um conceito para a reanálise de certa forma semelhante a esse há pouco citado:

A reanálise é um processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de sua língua estão ordenados no eixo sintagmático. Essa mudança de percepção se deve a um tipo de raciocínio conhecido como *abdução*. [...] Através da abdução, apagamos os limites entre determinados constituintes, estabelecendo novos “cortes”, sem alterar a manifestação superficial da unidade sobre que estamos operando.

A reanálise, então, seria uma mudança na realização de determinado fato lingüístico que não afeta a sua estrutura superficial e visível. Essa reanálise se deu a partir do *input* de uma oração *passiva* com o argumento interno no singular (“aluga-se casa”), que tinha a seguinte estrutura:

(52) [expl] aluga-se θ_e casa θ_i .

O SE era marcado com o caso acusativo e “casa” com o caso nominativo em CADEIA¹². Pela reanálise, à posição de sujeito, que era realizada por um sujeito nulo expletivo¹³, passou a ser atribuído um papel temático de argumento externo (ou seja, ele passou a ser selecionado pelo verbo).

12. Segundo Raposo (1992:503), “Chomsky (1986b,132) propõe o termo CADEIA para designar os pares expletivo-argumento e as cadeias de movimento.” Houve então, um movimento da marcação de caso do expletivo, que se encontra em posição de sujeito para o seu par “casa”, que se encontra em posição pós-verbal. Dessa forma os traços relacionados à concordância também são transmitidos, para haver concordância com o argumento pós-verbal.

13. A partir do *Princípio de Projeção Estendido*, que diz que “Toda sentença tem sujeito.” (Miotto, Silva & Lopes, 1999: 100), quando o verbo não possui um argumento externo, o expletivo ocupa a posição de sujeito, embora não receba papel temático, já que não é selecionado pelo verbo. Pode ter realização fonológica como em “**It** rained yesterday” ou não, sendo representado como uma categoria vazia, como no português. Mais adiante veremos que ele já começa a ter realização fonológica no PB, com o uso de “você” e outros esvaziado semanticamente como em: “Você tem assalto todo dia por aqui.”

Assim, pela generalização de Burzio¹⁴, pôde-se atribuir caso acusativo ao argumento interno, que antes possuía caso nominativo em CADEIA.

Assim sendo, pelo princípio teta — não se pode atribuir o mesmo papel temático a dois argumentos (Mioto et al, 1999: 96) — ao SE não se atribuiu mais nenhum papel temático e ele então é analisado como um clítico que indetermina o elemento com o qual é co-referencial, ou seja, o *pro* (*grosso modo*, o pronome sem realização fonológica, que se difere do expletivo por receber papel temático¹⁵) que ocupa a posição de sujeito. Temos a representação da nova estrutura abaixo:

(53) $pro_{\theta e}$ aluga-se θ_0 casa θ_i .

Em outras palavras, o objeto semântico — que tinha o caso nominativo, na passiva sintética, e, portanto, controlador da concordância — passou a ser marcado com o caso acusativo, sendo também objeto sintático. O SE, conluo, passou a ser um pronome indeterminador do sujeito nulo. Feita essa reanálise na estrutura singular, ela foi estendida à estrutura com argumento interno no plural “aluga-se casas”, ficando o verbo, pois, logicamente, sem concordância com o objeto semântico e agora também sintático.

É fato evidente que houve uma reanálise; porém, acreditando que o SE atualmente é o sujeito da oração indeterminada, levanto aqui a possibilidade de o sujeito de “aluga-se casas” não ser nulo, mas sim lexicalmente expresso pelo pronome SE, apesar de ele ser um clítico e não poder, em princípio, exercer tal função. Nesse caso, o pronome SE seria detentor do papel temático de agente e de caso nominativo e a concordância seria feita com ele, que julgo ser, então, um pronome de terceira pessoa do singular. A referência indeterminada viria então da semântica do pronome, que seria agora [+lexical], e de idéia indefinida. Assim, “aluga-se casas” seria correspondente a “alguém aluga casas” ou “a gente aluga casas”¹⁶. Isso explicaria a restrição do PB a:

(54) *Os bolos comeram-se. (Nunes, 1990: 62, exemplo 106)

14. Descrita, *grosso modo*, por Jairo Nunes como “Um verbo (com um objeto) marca seu objeto com caso se e somente se marca o seu sujeito com papel temático.” (*op.cit:* 38) [tradução minha]

15. Para mais detalhes sobre as características de *pro*, ver Mioto et al. (1999, 160 e 173)

16. Essa correspondência só é feita para que se compreenda melhor a postura que quero assumir nessa pesquisa. Não quero cometer o mesmo erro dos normativistas de analisar uma construção por meio da substituição por formas “equivalentes”. Cada forma de dizer tem uma função definida e diferente da outra.

O problema semântico que a flexão plural e a anteposição do argumento interno ao verbo em (54) causariam viria do fato de que a função de sujeito é do pronome SE e a concordância com ele é no singular. No exemplo (54), haveria outro termo a ocupar a posição de sujeito, própria do SE e a concordância estaria sendo feita com o argumento interno. Dessa forma, os dois elementos que permitem identificar o sujeito – a posição e a concordância – estariam sendo controlados pelo argumento interno e não pelo que na nossa intuição é o sujeito, o SE.

Essa mudança seria facilitada por duas outras mudanças do PB: o preenchimento quase que obrigatório da posição de sujeito e a tendência à próclise pronominal.

Capítulo 3

Por que e como o SE é sujeito hoje?

Muitos estudos sobre mudança lingüística têm buscado estudar os fenômenos de mudança, relacionando-os a outros fenômenos, buscando investigá-los segundo a noção de “encaixamento” da mudança (*embedding problem*), de Weinreich, Labov & Herzog (1968). Tal noção é mencionada, por exemplo, por Duarte (*in* Paiva & Duarte, 2003¹⁷):

toda mudança implica um período de variação passível de sistematização e, uma vez propagada/implementada, produz reflexos/encaixamento no sistema lingüístico e social, isto é, propicia o aparecimento de outras estruturas associadas a ela de forma não acidental.

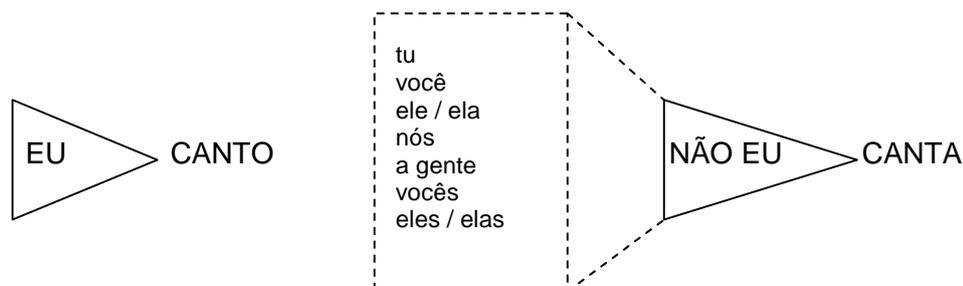
Neste sentido, muitos pesquisadores têm associado o uso do SE ocupando a posição de sujeito no PB à mudança no sistema pronominal brasileiro. Com a perda da segunda pessoa morfológica, que, no plural, já foi completamente substituída por VOCÊS e que, no singular, vem cada vez mais sendo substituída pelo VOCÊ — ambos pronomes de terceira pessoa morfológica —, segundo Galves (1996: 395), o sistema de concordância do PB passou a ser “fraco”:

Em Galves (1991), propus considerar o elemento de concordância com flexão do PB como “fraco”, definindo essa noção da seguinte maneira: é fraca a concordância que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático. É o que acontece no PB onde não se encontra na flexão verbal a oposição 1ª, 2ª e 3ª pessoas, mas somente uma oposição binária, pessoa (1ª)/ não-pessoa (3ª), articulada a uma oposição singular/plural.

Bagno (2007: 222), embora sob outra perspectiva, também propõe uma divisão binária para o sistema de concordância de muitas variedades não-prestigiadas do PB:

17. Eu tenho uma versão digital deste texto. Assim sendo, não posso dar a página específica de cada citação. Todo o artigo encontra-se nas páginas 115-128).

Assim, em muitas variedades estigmatizadas do português brasileiro, surgiu um paradigma binário de conjugação verbal: uma forma para o “eu” e uma forma para tudo o que é “não-eu”:



Aqui Bagno já fala em um uso de apenas duas formas realmente, já incluindo na mudança a concordância de número. O TU ainda pode ser encontrado, também, em algumas variedades sem que o verbo apresente a concordância clássica com -s, sendo então apenas o pronome, e não a flexão verbal, a indicar a pessoa verbal. Além disso, a primeira pessoa do plural também vem cada vez mais sendo substituída pelo A GENTE, que também faz com que o verbo fique na 3ª pessoa do singular. Assim, houve uma redução na morfologia flexional dos verbos no PB de seis formas (canto, cantas, canta, cantamos, cantais, cantam) — paradigma ainda decorado nas escolas —, para quatro (canto, canta, cantamos, cantam) — nas variedades de prestígio e em situações de maior monitoramento —, ou três (canto, canta, cantam), ou até duas (canto, canta), — nas variedades que não fazem distinção fônica entre a terceira pessoa do plural/ singular. Essa redução no sistema pronominal do PB já é fato constatado na literatura lingüística (Duarte, 1989, 1995, 1996, 2003, 2004 / Paredes Silva 2003/ Lopes, 1999 entre outros) e já foi associada a muitos outros fenômenos de mudança, como, por exemplo, ao uso dos possessivos no PB, diferente em relação ao PE (Cerqueira, 1996, *in* Roberts & Kato).

Muitos pesquisadores — especialmente aqueles ligados aos estudos do que tem sido chamado Sociolingüística “Paramétrica”, termo ainda em discussão, que engloba a idéia de que “os mesmos princípios e parâmetros deveriam dar conta da variação inter-lingüística e intra-lingüística e os conceitos de ‘encaixamento’ estrutural [Weinreich, Labov e Herzog] e ‘parâmetro’ [Chomsky] poderiam ser conciliados.” (Kato, 1996: 16) — têm relacionado esse “empobrecimento” na morfologia flexional do PB ao Parâmetro do Sujeito Nulo, que seria válido para todas as línguas. Línguas que têm marcação positiva para tal parâmetro impõem menos restrições a que o sujeito não

seja realizado foneticamente, geralmente ajudado por um sistema de concordância forte. O PB, devido à diminuição de formas verbais, não tem mais como construir a referência de um sujeito nulo (não realização fonética) apenas pela terminação verbal. Assim, o PB, ao contrário do PE e algumas das suas irmãs românicas como o espanhol e o italiano, tem sido cada vez mais analisado como uma língua que não é de sujeito nulo. Dessa forma, o PB vem seguindo a tendência de colocar cada vez mais restrições à realização de sujeito nulo, preenchendo categoricamente a posição de sujeito.

3.1 Preenchimento do sujeito

Esse preenchimento do sujeito é uma característica do PB cada vez mais atestada na literatura lingüística. Duarte (2003b) dá uma porcentagem para a fala de 80%. Esse preenchimento do sujeito está se tornando tão obrigatório no PB que já se percebe um preenchimento do sujeito até nas estruturas classificadas tradicionalmente “oração sem sujeito” (*Faz muito tempo*), principalmente com o verbo TER, que já é o preferido no PB — embora não avalizado pela norma-padrão — nas construções existenciais (*Tem mala demais no carro*), no lugar de HAVER e EXISTIR. Eis alguns exemplos, retirados de Duarte (2003a¹⁸) exemplos cuja numeração original é (5), (6):

(55)a. __ Não há/ não tem mais clientela no centro da cidade.

b. **Você** não tem mais clientela no centro da cidade.

(56) a. __ Há/Tem muito concreto na tua frente

b. **Você** vê muito concreto na tua frente.

Vê-se também o preenchimento do sujeito nas construções com PARECER que, segundo a gramática normativa, tem como sujeito uma oração subordinada substantiva subjetiva (*Parece que eu estou ficando velha*), no qual o PARECER não deveria apresentar marcas de concordância¹⁹.

18. Eu tenho uma versão digital desse texto. Portanto, não posso fornecer os números de página de cada citação. O texto todo está nas páginas 123-131

19. Uma outra estrutura possível para a norma-padrão seria um sujeito exposto em estruturas com verbo no infinitivo, havendo uma só referência ao sujeito (Eu pareço estar ficando velha.)

Porém, no PB, já são cada vez mais frequentes estruturas com tal verbo em que o sujeito da oração subordinada é deslocado para se tornar sujeito também do PARECER, o que faz que os dois verbos sejam flexionados para concordar com o sujeito expresso, como no exemplo abaixo, retirado de Duarte (2004):

- (57) a. \emptyset Parece que eu vou explodir de raiva.
 b. Eu pareço que eu vou explodir de tanta raiva.

Outros verbos também estão passando pelo mesmo processo de mudança em favor do preenchimento do sujeito, como ACABAR, DEMORAR, FALTAR, CUSTAR, LEVAR e expressões como ESTAR NA HORA, É DIFÍCIL, É IMPOSSÍVEL, É COMPLICADO e outras. Exemplos de Duarte (2004) originalmente (15), (16), (17), (23) e (24):

- (58) a. \emptyset Custou /demorou (pra) ele sair de casa
 b. Eu custo a perceber as coisas.
- (59) a. \emptyset Levou muito tempo pra eu chegar lá.
 b. Eu levei muito tempo pra chegar lá.
- (60) a. \emptyset Só *faltava* agora eles dizerem que não era culpa deles.
 b. Eles ainda *faltavam* __ receber o dinheiro do patrão.
- (61) a. \emptyset Já tá na hora da gente parar de palhaçada.
 b. O povo tá na hora de __ reagir.
 c. Quando olhei no relógio, vi que eu já tava na hora de __ ir embora.
- (62) a. ...ela era tão pobre que \emptyset era necessário os vizinhos ajudar, senão ela passava fome.
 b. Ela era tão pobre que os vizinhos eram necessário ajudar (...)
- (63) a. \emptyset É muito difícil o cara aprender as regras
 b. As regras são muito difícil do cara aprender

Segundo Duarte (2004), citando Kato (2002), essas estratégias no PB estão sendo empregadas no sentido de evitar um verbo na posição inicial, “preenchendo esse espaço com um adjunto ou com um elemento discursivo” [tradução minha].

Esses são exemplos que demonstram mais contundentemente a necessidade cada vez mais impregnada à competência dos falantes brasileiros de preencher a posição de sujeito no PB. Tal necessidade vem do fato de que, a partir do momento em que o sistema de concordância do PB foi se enfraquecendo, foi, ao mesmo tempo, perdendo a capacidade de, sozinho, identificar o sujeito da oração. A partir daí, pode-se dizer que a atribuição de caso nominativo e de papel de argumento externo (exigido pelo verbo) ao SE é fruto da necessidade crescente de preenchimento da posição de sujeito no PB.

3.2 O SE também preenche o sujeito

Entretanto, a tradição gramatical, como já vimos, não aceita essa atribuição de caso nominativo ao SE e, como ela, alguns trabalhos, como por exemplo, Nunes (1991:129), que negou a possibilidade de que possa ser atribuído caso nominativo ao SE, dando, entre outros, esse argumento:

deveria despertar estranheza o fato que um clítico fonologicamente homônimo do reflexivo (que recebe acusativo) pudesse receber nominativo. Quando o reflexivo recebe caso diferente do acusativo, como na situação em que é a preposição que atribui caso (oblíquo), inexistente homonímia (p.e. ficar fora de si).

Outros autores, buscando definir a natureza do SE, postularam outras classificações. Alguns já colocam o SE como nominativo. Por exemplo, Mira Matheus et al (2003 *apud* Cavalcante, 2006:86-89) distinguem, entre outros, dois usos do SE: o *passivo*, que é o que apresenta concordância entre o verbo e o argumento interno (o que geralmente se fala sobre o SE do PE) e o *SE nominativo*, que seria aquele que não permite a concordância entre o sintagma nominal e o verbo, e que é usado com outros tipos de verbo, que não os transitivos, e que recebe caso nominativo, restando o caso acusativo para o SN:

Estamos diante, portanto, de dois pronomes distintos: um que desempenha um papel sintático – o se-passivo – e o outro um elemento lexical – o se-nominativo. O se-passivo “transforma” o verbo transitivo em um verbo inacusativo, quando, por absorver o papel temático externo do verbo transitivo, o impede de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno. Assim, o argumento interno tem que receber Caso nominativo – como o argumento interno de verbos inacusativos²⁰. O se-nominativo, ao contrário, é um elemento lexical que contém traço [+humano, -definido] que faz com que a interpretação do sujeito da sentença seja arbitrária. [...] e] ocupa a posição de sujeito. (Cavalcante 2006: 88)

Concordo que o SE sujeito que temos hoje no PB seja lexical e [+humano, -definido], por isso, como veremos, ele está em variação com outros pronomes que são usados com referência indeterminada como A GENTE, e VOCÊ.

Buscando definir um quadro de tipologias de SE que dê conta dos usos de SE em sentenças infinitivas e que seja coerente com os dados por ela encontrados, Cavalcante (2006), apoiada em outras análises (Mateus, 2003; Dobrove-Sorin, 1998; Cinque, 1998; Raposo e Uriagereka (1996) e Martins 2003²¹), ao invés de uma oposição binária passivo/ indeterminado; passivo/ nominativo; opta por uma interessante análise tríplice para o SE na língua portuguesa, em geral: o SE *passivo*, o SE *indefinido*, e o SE *impessoal*.

O SE *passivo* é aquele que apresenta concordância entre o sintagma nominal que exerce a função de sujeito e o verbo, que é sempre transitivo. Essa estrutura pode apresentar agente da passiva, já que o SE é um morfema que muda a voz do verbo, apassivando-o. Esse é o encontrado no período clássico (segundo ela, este vai até o século XVIII) da língua portuguesa. Martins (2003 *apud* Cavalcante, 2006: 120) diz que esse SE é um “fóssil” na língua, já que hoje nem no PE encontramos mais o uso desse SE com agente da passiva, e não há mais restrições a que ele ocorra só com verbos transitivos (é permitido até com verbos de cópula e estrutura passiva).

O SE *indefinido* também apresenta concordância entre o sintagma nominal que é argumento interno do verbo e a ele posposto. Esse SE também ocorre somente com verbos transitivos. Baseada na análise de Raposo e Uriagereka (1996), Cavalcante (2006) diz que o sintagma nominal, quando anteposto, não ocupa a posição de sujeito, mas apenas uma posição de tópico, que também seria capaz de controlar a concordância do verbo. Os autores por ela citados relatam várias provas de que esse sintagma nominal é topicalizado para a posição de sujeito. Essa construção com SE *indefinido*

20. Segundo Mira Mateus (1989:214), os verbos inacusativos são aqueles que selecionam apenas um argumento, o interno, mas não pode atribuir caso acusativo a ele.

21. Mateus (2003): se-nominativo x passivo, Dobrove- Sorin (1998): se nominativo x se acusativo, Cinque (1998): se argumental x se não-argumental, Raposo e Uriagereka (1996): se impessoal x se indefinido [apud Cavalcante (2006)].

não é passiva e, sim, ativa, provando-o a repulsa à presença do agente da passiva. O SE teria caso nulo e ocuparia a posição de sujeito. Esse é o SE encontrado hoje no PE (desde o século XVIII), o que envolve concordância e que é de uso exclusivo com verbos transitivos. Essa passagem de SE *passivo* para SE *indefinido* estaria relacionada a outros fenômenos ocorridos e pode fazer parte de uma mudança maior que marcou a passagem do Português Clássico para o PE atual:

Como vimos com os trabalhos que têm sido desenvolvidos com base no Corpus Tycho Brahe, fenômenos distintos parecem sofrer mudança numa mesma data: o início do século 18. Assim, podemos dizer que as mudanças nesses fenômenos distintos podem estar associadas a uma única mudança que ocorreu do PCI ao PE. De fato, isso é observado com a associação da mudança do tipo de *se* com a mudança que ocorre na sintaxe do português. (Cavalcante, 2006: 200)

O SE *impessoal*, segundo ela, é o encontrado hoje no PB (especialmente, a partir do século XIX). Nas construções com esse tipo de SE, não há concordância entre o sintagma nominal e o verbo a que ele se encontra posposto, nas construções com verbo transitivo, porque esse sintagma recebe caso acusativo, enquanto o SE recebe caso nominativo. Ele é usado com todos os tipos de verbo e é o sujeito desse verbo. Também não pode apresentar agente da passiva, já que o próprio SE recebe o papel de argumento externo e é o agente, embora de referência indeterminada. Concordo com essa caracterização para o SE encontrado no PB. Esse SE também seria encontrado no PE atual. Seriam os usos de SE com verbos não transitivos e de verbos transitivos “sem concordância” e argumento interno, como os casos encontrados por Scherre (2005: 86), no jornal português *Diário de Notícias*:

VENDE-SE
Magníficas instalações
Loja com armazém
(p.54, coluna 1)

VENDE-SE lotes de terreno
(p.2-C, coluna2)

Entretanto, é curioso o fato de as gramáticas brasileiras não citarem o fato de que há no PE casos de SE com verbos que não concordam com o SN plural. Idealiza-se uma língua perfeita que, coincidentemente, é aquela que chegou aqui nas caravelas quinhentistas e que até hoje é falada na Europa, enquanto por aqui é deturpada e deteriorada aos poucos. É essa língua que se encontra

descrita nas gramáticas. Quando se faz menção a algum uso com discordância, só se menciona que é um uso brasileiro, embora o que é colocado como ideal seja o uso europeu. É natural que esse uso seja mais corrente no Brasil, já que ele é o único natural entre nós. Entretanto, se deveria mencionar que, entre os portugueses, também há certos usos ditos “errados”, para que saibamos que tanto lá, como cá, a língua varia no espaço físico e social e muda com o passar do tempo. Sabemos das limitações e das dificuldades de se escrever uma gramática. Não quero dizer que elas são inúteis e devam ser queimadas. É difícil colocar no papel toda a riqueza que a língua possui, as inúmeras possibilidades que ela permite para que se encaixem perfeitamente às nossas necessidades à hora em que estas aparecem. Veja-se quanto foi escrito para tentar dar conta dessa palavrinha monossílaba de apenas duas letras. Contudo, é necessário tentar. É necessário mudar a forma de descrever essa língua, tentando normatizá-la ao mínimo, “tentar aprisionar a língua é na verdade tentar cercear o espírito criador do ser humano. Felizmente, o ser humano e, conseqüentemente, a língua não se deixam aprisionar” (Scherre 2005: 87-8). Toda tentativa de “papelizar” a língua é imperfeita e tem por destino inevitável a revisão e a transformação. Porque a todo momento surgem palavras e estruturas novas, co-ocorrendo com as antigas. E assim as gramáticas devem começar a se propor: como imperfeitas e inacabadas. E isso não é um defeito. É a natureza de tudo o que é humano. Por que o medo de inovar, de ser visto como realmente se é? A gramática normativa precisa deixar de usurpar um lugar e uma natureza que não é dela: a de ser imutável, perfeita e verdade acabada. Ela será muito mais útil quando servir para dar a ver a natureza da língua e seu uso social. Será muito mais difícil do que escrever e publicar as mesmas coisas de sempre. Isso implica mudar estruturas seculares. Mexer em relações de poder. Abdicar. Começar. É necessário, urgentemente, começar um trabalho que busque confortar os usuários da língua, mostrando que, sem eles, ela não sobreviveria e que, ao invés de destruidores, eles são construtores de seu sistema. Como seria útil para a construção de uma sociedade um pouco mais igualitária dar, ao menos, indícios da riqueza e preciosidade que todos temos na mente e nos lábios e do extraordinário poder que temos ao usá-la e de como usá-la para poder extraordinariamente mais.

Voltando ao SE *impessoal*, é encontrado tanto no PE quanto no PB, entretanto, aqui, está em variação com outras formas que possam ocupar a posição do sujeito e receber, como ele, caso nominativo, como as formas pronominais A GENTE e VOCÊ, que também são usadas e, aliás, com mais freqüência que o SE, para indeterminar o agente. Isso na língua falada, porque em nosso *corpus*, escrito, foram encontrados poucos usos dessas formas pronominais como forma de indeterminação, o que veremos mais adiante:

A alternância *se /a gente /você* sugere que o *se* desempenha no PB a mesma função do que os pronomes, ou seja, ele ocupa a posição de sujeito. Desse modo, como o *se* está relacionado à posição de sujeito, podemos dizer que no PB há o *se*-impessoal. (Cavalcante 2006: 184)

Quanto a essa evolução de SE passivo para SE indeterminado, Nunes (1991) também concorda que houve realmente o SE *passivo*, embora o argumento que ele apresente seja a existência de SE *passivo* ainda hoje no PE. Se considerarmos o que diz Cavalcante (2006), no PE, hoje não existe mais SE *passivo*. A diferença principal estaria no fato de o PE moderno recusar o uso de agente da passiva. Nunes, por sua vez, encontrou estruturas com SE *passivo* com agente da passiva até o século XVI. Cavalcante (2006) encontrou esse tipo de construção também no século XIX:

os estudos diacrônicos sobre o *se* apontam o século 16 como uma data para impossibilidade de o agente da passiva aparecer nas construções com *se* (cf. Naro 1976; Nunes 1990, 1991; Martins 2003). O fato de ter encontrado somente duas ocorrências de agente expresso nas construções infinitivas com *se* pode revelar ainda um resquício de *se*-passivo presente na gramática do PCI [português clássico]. (Cavalcante, 2006 :73)

3.3 Há controvérsias

Já com relação à passagem de SE indeterminado para SE sujeito, os principais argumentos para a negação de que o SE é o sujeito da oração é o fato da impossibilidade de ele ocorrer com outros clíticos e o fato de ele próprio ser um clítico, o que não é uma característica natural dos outros pronomes-sujeito. Quanto ao primeiro argumento, o que se observa é que não é porque o SE tem forma acusativa, que ele impede outros elementos de receberem caso acusativo:

A explicação encontrada para não aparecer a seqüência *se o* em Português refere-se a uma restrição fonológica, como apontam as análises de Naro (1976), Nunes (1990) e de Martins (2003). Mas essa restrição fonológica não ocorre em enunciados com auxiliar:

(114) Pode-se alugá-las. (Cavalcante 2006: 96-7)

Por isso, Nunes (1990: 90) coloca o uso das locuções verbais como prováveis favorecedoras da reanálise do SE. Já que elas possibilitam que haja uma distância entre os dois clíticos, a restrição fonológica para o uso de SE na mesma estrutura que outros clíticos não se aplica, o que contribui para deixar clara a sua natureza não-acusativa.

Além disso, até mesmo construções contíguas com SE e outros clíticos já foram atestadas em nossa literatura (desde o início do século XX, Segundo Martins, 2003 *apud* Cavalcante, 2006: 96-7), embora não seja o nosso uso natural (não foi encontrada nenhuma ocorrência em nosso *corpus*), até mesmo porque, contemporaneamente, nem usamos tanto assim os clíticos. Martins (2003 *apud* Cavalcante, 2006: 96-7) ainda diz que:

O facto de a generalidade dos gramáticos, quer portugueses quer brasileiros, se ter empenhado na condenação das frases em que se coocorria com o pronome átono acusativo parece mostrar que as mesmas teriam sido bastante comuns. Das observações de gramáticos e filólogos pode, por outro lado, deduzir-se que seriam próprias do português brasileiro. (Martins, 2003 *apud* Cavalcante, 2006: 97)

Bagno (2000: 243) dá exemplos desse uso de SE + clíticos nas obras de Clarice Lispector:

(64) Cada coisa é uma palavra e quando não *se a* tem, inventa-*se-a*. (A hora da estrela, 1998: 17)

(65) Do Deus é no passado que *se o* soube. (Água Viva, 1998:66)

O que se vê é que, embora não seja encontrado no vernáculo, devido ao pouco uso dos clíticos no PB e a restrições fonológicas, o uso de SE + clíticos é possível em textos escritos, o que ajuda a evidenciar que o SE realmente é intuído como sujeito indeterminado dessas orações.

Quanto ao segundo argumento, o da forma clítica do SE impedir que ele seja sujeito, podemos dizer que essa é mais uma prova interessante da imensidade de caminhos que as línguas podem seguir, sem que alguém consiga freá-las. Esse argumento é especialmente interessante quando lembramos que o pronome ELE no PB pode receber caso acusativo (e o recebe com grande frequência), sem sequer necessitar de uma preposição para isso, embora seja um pronome do caso reto e, portanto, devesse receber, teoricamente, apenas caso nominativo, funcionando como sujeito ou receber outro caso se viesse acompanhado de preposição. Realmente, o único resquício que tínhamos dos casos latinos, que era o nosso sistema pronominal, parece estar sendo suprimido por

completo, em favor da ordem como principal estabelecadora de funções sintáticas. É interessante observar também o uso freqüente do CÊ (em co-ocorrência com o VOCEÊ) como sujeito no PB, que também vem sendo considerado como clítico e átono.

Por outro lado, o clítico, geralmente, é um “pronomo fraco” e como tal não pode exercer a função de sujeito, além de, tradicionalmente, ser analisado como portador do caso acusativo. Segundo Galves²², seriam diferenças entre pronomes fracos e fortes a possibilidade de os pronomes fracos remeterem ao tópico discursivo e de terem um referente inanimado.

O pronome SE não pode ser associado ao tópico discursivo, por ter referência indeterminada. Além disso, a particularidade do pronome SE estaria justamente nisso: ele recebe apenas traço [+animado] e [+humano], já que os verbos com os quais ele ocorre geralmente exigem agentes mais animados e, até mesmo, mais humanos. Assim, numa estrutura como “aluga-se casas”, o verbo seleciona semanticamente um sujeito que tenha o traço [+hum]. Esse traço então é atribuído ao elemento mais vazio semanticamente que, no caso é o SE (que antes teria sido apenas um índice, um “mostrador” de que o sujeito nulo é indeterminado). Recebendo então o papel temático de agente, ele é marcado com caso nominativo, para poder exercer a função sintática de sujeito.

Além disso, é importante lembrar que o uso de um clítico nominativo não é novidade em algumas línguas como o francês (on) e o alemão (mann).

Assim, o SE reflexivo é diferente do SE indeterminado: enquanto o primeiro é acusativo, objeto e anafórico, o segundo é nominativo, sujeito e indeterminado. Localizando essa hipótese no contínuo proposto por Bagno, teríamos:



22. Charlotte Galves: “A gramática do Português Brasileiro”, versão substancialmente revisada da comunicação apresentada na mesa redonda “Politiques Linguistiques”, no Colóquio “Cultures Langues et Patrimoine”, organizado pela UNESCO, nos dias 6 e 7 de março de 1995. Na página 82, ela cita as idéias de Cardinaletti e Starke (1994).

3.4 Reflexões sobre o provável percurso seguido

A partir dessa hipótese, seria interessante questionar se a reanálise já teria ocorrido de SE passivo acusativo para SE sujeito nominativo ou se ele passou pelo SE índice de indeterminação do sujeito, sem papel temático nem função sintática. São necessários outros estudos para a continuação dessa pesquisa. Assumo a hipótese de que ele tenha sido índice de indeterminação do sujeito e, sendo vazio semanticamente, apenas um índice, um símbolo, um indicador de que o sujeito está indeterminado, co-referencial ao sujeito nulo, esse pronome mais facilmente poderia então receber os traços [+agente, +humano].

Além disso, pode ter ocorrido a reanálise defendida por Nunes (1991) no século XVI de SE passivo para SE vazio de papel temático, co-referencial ao sujeito expletivo e indeterminando-o (índice de indeterminação do sujeito). A partir do século XVIII, quando mudanças na língua permitiram que houvesse uma posição de sujeito pré-verbal (cf. Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005) e Galves e Paixão de Sousa 2004), o SE passou a ocupar essa posição.

Isso porque até o século XVIII, de acordo com Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005) e Galves e Paixão de Sousa 2004 (*apud* Cavalcante, 2006: 188), não havia uma posição pré-verbal obrigatória para o sujeito. Segundo Berlinck (1989: 97), o fator principal para determinar a posição do SN com relação ao verbo era o seu *status* informacional. Só a partir do século XIX, é que passa a ser determinante o tipo de verbo, com um favorecimento maior para a transitividade no século XX. Ou seja, “a linha central desse processo se caracteriza pela passagem de uma orientação funcional para uma formal” (Berlinck, 1998: 98).

Dessa forma é que no período arcaico, segundo Torres Morais (1989: 276), eram prioritárias as ordens OVS e VSO. Assim sendo, o SN, que vinha geralmente posposto (dependendo da sua carga informacional), podia ser o sujeito da oração.

Já no período clássico, a ordem passa a ser mais variável, já apontando uma tendência à preferência SVO, segundo Torres Morais (1989: 280). Essa variação na ordem era ajudada pelo forte sistema de concordância da língua e pelo vigor funcional dos clíticos portadores de caso acusativo e, portanto, identificadores da função de objeto. A reanálise do SE de *passivo* para *indeterminado* se deu, de acordo com a data (séc. XVI) dada por Nunes (1990), nesse momento de transição de um período para o outro. Nesse período clássico, o SE pode ter funcionado como símbolo de indeterminação do sujeito, vazio de significado e de função.

A partir de todas as mudanças que implementaram a construção de um português eminentemente brasileiro e que, segundo Tarallo, (1996: 99) “entraram na língua no final dos anos 1800 porque circunstâncias sociais especiais aconteciam naquele momento da história externa”, a ordem SVO passou a ser cada vez mais fixada no PB como pré-requisito para a atribuição das funções de cada elemento na frase. Essas mudanças também se relacionaram com uma fixação da próclise cada vez maior que, segundo Torres Morais (1996: 294) já podia ser percebida até em 88% no século XVIII. Decat (in Tarallo, 1989: 127), por sua vez, já dá a porcentagem de 57,5% para próclise na primeira metade do século XVIII. A partir do momento, portanto, em que veio sendo cada vez mais fixada uma ordem SVO e tendo o SE a oportunidade de estar proclítico ao verbo (e cada vez com mais frequência) e, portanto, ocupando a posição de sujeito, ele passou a ser cada vez mais analisado como tal. O SE passou a ocupar a posição pré-verbal e, portanto, a posição de sujeito, que não era antes foneticamente realizada. A partir daí, o SN posposto ao verbo passou a ser interpretado como objeto.

Nessa hipótese, a sentença que teria dado origem à reanálise teria sido:

(66) (“palavra atrativa”) se aluga casa.

Ou ainda:

(67) (“palavra atrativa”) se pode alugá-la.

Ou seja, o pronome SE, estando na posição de sujeito, assim foi analisado. Lá ele recebeu o papel temático de argumento externo que era atribuído ao *pro* que, segundo Nunes (1991), estava nessa posição e o caso nominativo, o que foi determinado pela tendência do PB ao preenchimento da posição de sujeito. Por tudo isso, também analisamos no nosso *corpus* de língua escrita contemporânea a frequência de próclise do SE em construções indeterminadas. Veja-se a tabela a seguir:

TABELA 3.1- Posição do SE com relação aos verbos transitivos diretos em estruturas indeterminadas simples (125)

Próclise		Ênclise	
QTD	%	QTD	%
63	50,4	62	49,6

QTD: quantidade.

O que notamos é que, embora a regra prescrita para a escrita seja a ênclise, ela tem de disputar com a próclise a preferência de uso. Como o uso de SE indeterminado tem se caracterizado em muitos estudos como um fenômeno cada vez mais próprio da escrita, pode-se dizer que ele já tem uma espécie de fórmula relativamente cristalizada VTD+SE+SN, especialmente com verbos que pedem complemento oracional como alguns bastante utilizados em textos impessoais de opinião, como “sabe-se que”, “conclui-se que”, “entende-se que”, “supõe-se que”. Um trabalho que, futuramente, possa vir a ser associado a este é a investigação da frequência de próclises na fala com estruturas SE +VTD+SN e, portanto SVO, para que tenhamos certeza de que o SE ocupa cada vez mais a posição de sujeito, o que favorece e é favorecido pela próclise.

Talvez um bom índice para investigar quando ocorreu essa reanálise do SE para pronome sujeito fosse pesquisar quando a tendência à próclise começou no PB. Segundo Cyrino (1996: 169), num estudo com estruturas complexas (“não tinha lhe dito”, em oposição a “não lhe tinha dito”), a próclise ao verbo principal surgiu no PB no século XIX, com 10% de ocorrências e se consolidou no século XX, chegando a 100% de ocorrências, o que mostra claramente que nessa época se consolidou a próclise no Brasil. Provavelmente, a segunda reanálise do SE de co-referencial a um sujeito nulo para próprio sujeito tenha ocorrido nessa época.

Já quanto às estruturas perifrásticas, Nunes (1990:41) diz que: “é-se levado a pensar que, no processo geral da mudança lingüística, as locuções verbais devem ter contribuído significativamente para a reanálise”. A hipótese de que elas tenham favorecido a reanálise é consistente, também quanto à colocação pronominal. Na tabela 3.2, temos a distribuição da colocação pronominal em estruturas perifrásticas com SE encontradas no nosso *corpus*:

TABELA 3.2 – Posição do SE com relação aos verbos transitivos diretos em estruturas indeterminadas perifrásticas (30 ao todo)

<i>1. Próclise à perífrase</i>		<i>2. Ênclise ao auxiliar</i>		<i>3. Próclise ao principal</i>		<i>4. Mesóclise ao auxiliar</i>	
QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
13	43,3	12	40	4	13,4	1	3,3

Aqui estão listados alguns exemplos, retirados do *corpus*, para ilustrar a que construções essa tabela se refere. À frente do exemplo, tem o número correspondente a qual estrutura da tabela ele se refere:

(68) Por essa razão e pelo fato de que, logicamente, somente **se pode ensinar** a alguém aquilo que ele desconhece [EL 208] (1)

(69) **Pode-se concluir** que avaliações negativas (erros) e avaliações positivas (certas) têm relações com o poder social exercido pelo falante, [EL 213] (2)

(70) A expressão “ensino de língua materna” denota que **vai se ensinar** ao falante de língua materna a sua própria língua. [EL 249] (3)

(71) A noção de “erro” é relativa, e não absoluta, assim **poder-se-ia dizer** que existem erros mais errados que outros. [EL 256] (4)

Nessa tabela, podemos observar que, ao menos na escrita, o SE se comporta diferentemente dos outros clíticos no PB. Enquanto os clíticos tendem a ser proclíticos ao verbo principal, percebemos o seu uso reduzido na nossa amostra. Isso pode se dever a dois fatores: o fato de a forma prescrita para a escrita ser enclítico ao auxiliar ou proclítico a ele (e estas foram as formas vencedoras) e a uma distinção SE sujeito x SE reflexivo. Pode-se pensar que a posição proclítica ao verbo principal daria ao SE uma leitura [+reflexiva]. Vejamos, por exemplo, a alteração de (72) para (73):

(72) a. Neste ano, foram presas pessoas que nunca se tinha visto.
b. Maria era uma pessoa que nunca se tinha valorizado.

(73) a. Nesse ano, foram presas pessoas que nunca tinham se visto.
b. Maria era uma pessoa que nunca tinha se valorizado.

A ordem do SE, (e a concordância do verbo), além da pessoa do verbo, vai determinar a interpretação indeterminada na primeira e a recíproca ou reflexiva na segunda. Vejamos o SE da primeira frase proclítico a toda a perífrase verbal, aproximando-se mais da posição de sujeito.

Essa estrutura também entra na proposta de Bagno de que, para a localização do SE no contínuo [+reflexivo] para o [+indeterminado], a ordem e a concordância seriam fatores determinantes.

Assim, teríamos, para as perífrases, algo como:



No exemplo (74), temos uma frase dúbia, que seria sanada pela mudança na ordem do clítico em (75) e (76):

(74) Os professores não ensinam uma nova língua, os alunos já são falantes dela, eles aprenderão uma outra modalidade que **deve se apresentar** para ele como útil e não como uma segunda língua. [TPGO 338]

(75) Os professores não ensinam uma nova língua, os alunos já são falantes dela, eles aprenderão uma outra modalidade que **se deve apresentar** para ele como útil e não como uma segunda língua. [+indeterminado]

(76) Os professores não ensinam uma nova língua, os alunos já são falantes dela, eles aprenderão uma outra modalidade que **deve apresentar-se** para ele como útil e não como uma segunda língua. [+reflexivo]

Em nosso *corpus*, por exemplo, todos os usos com mais de um verbo com SE que não funcionava como sujeito indeterminado tinham o SE proclítico ao verbo principal. Eles estão listados abaixo. Note-se que na maioria deles, a mudança na ordem do clítico, do SN e da concordância faz a construção ficar indeterminada. Aliás, se poderia pensar na possibilidade de que a mudança na ordem do clítico e do SN obrigue à flexão singular do verbo e assim se tenha uma estrutura indeterminada:

(77) Mas sua espontaneidade pode entrar em choque com normas rigorosas e professores que não conheçam o processo que a criança passa até **ter se alfabetizado**. [TP 406] [... *até se ter alfabetizado a criança.*]

(78) A escola precisa de novos professores para que a língua materna **consiga se pronunciar** para a sociedade de maneira democrática, mesmo que esses novos sejam os mesmos professores, mas conscientes. [TP 410] [...*para que se consiga pronunciar a língua materna para a sociedade.*]

(79) O que se pode constatar é que o “ensino da Língua Portuguesa” **deveria se chamar** (como sugestão) “práticas e usos da Língua Portuguesa”. [TP 425] [... *se deveria chamar o “ensino da Língua Portuguesa” de “práticas e usos da Língua Portuguesa.”*]

(80) Por mudanças e transformações na sociedade a língua **tem se modificado** e temos que acompanhar esse ritmo. No Brasil, o desafio e as dificuldades, tornam-se maiores, devido a exclusão social. [TP 445] [... *se tem modificado a língua.*]

(81) (...) esconde uma realidade brasileira que vem **se tornando** cada vez mais excludente [TP 476]

(82) então as concepções da lingüística como influência no ensino de línguas está **se tornando** cada vez mais forte, [TPGO 339] [... *se está tornando as concepções de lingüística...*]

(82) O conceito de norma culta **pode se desdobrar** em duas acepções muito diferentes. A primeira acepção se refere a um caráter normativo, a um conjunto de regras que determinam a maneira, digamos, mais acertada de se comunicar em uma língua. [EL 207] [... *se pode / pode-se desdobrar o conceito de norma culta em duas acepções muito diferentes.*]

(83) a “língua padrão” falada no centro do poder para que a marginalização que afeta mais da metade da população vá diminuindo e conseqüentemente a riqueza e o poder **vá se descentralizando**. [EL 219] [...*se vá descentralizando a riqueza e o poder*]

(84) Quando a escola ensina a língua materna ela se limita a ensinar o alfabeto, a ortografia das palavras, a forma como as palavras **devem se organizar** na frase, de forma que não preocupação em avaliar se este conteúdo será útil ao aluno. [EL 249] [...*como se deve organizar as palavras na frase.*]

(85) Com apenas 5 anos de idade, qualquer criança **pode se comunicar** e construir estruturas perfeitas e complexas em sua língua materna. [EL 260]

Esse fato já mostra que o SE sujeito tem propriedades que o tornam um clítico diferente dos demais clíticos. A colocação preferida (43%) para o SE em nosso *corpus* foi a próclise à perífrase, lugar tradicionalmente ocupado pelo sujeito. A maioria dessas construções ocorreram com “palavras atrativas”, ou seja, esse uso é normativo para a escrita, logo pode-se pensar se esse tipo de construção também favoreceu a reanálise de SE passivo para SE sujeito indeterminado.

Nunes (1991: 43-53), traçando o percurso do pronome SE no PB, trabalha a hipótese de que, a partir do momento em que se consolidou no PB a reanálise de SE apassivador para indeterminador do sujeito nas construções com verbos transitivos diretos (ou seja, permitiu-se o uso de verbo no singular com “sujeitos” no plural), essa mudança se estendeu a outros tipos de verbos. Segundo ele, a seqüência deve ter sido: verbos transitivos diretos → verbos transitivos diretos usados

intransitivamente → verbos intransitivos → verbos transitivos preposicionados → verbos ergativos → verbos de ligação → verbos em construções passivas.

A conclusão de que o SE indeterminado é fruto da reanálise do SE passivo e não ao contrário vem do fato de que não existiam, até então, ao menos com frequência relevante, estruturas como “precisa-se de geladeiras.” Portanto, segundo Nunes (1991), o falante não poderia fazer a reanálise de estruturas que não existiam como *input*. Assim, de “lê-se jornal”, passou-se a “lê-se jornais”, com o verbo no singular, supostamente, por “erro de concordância”, mas que, na verdade, foi fruto de reanálise, e daí surgiram estruturas como “precisa-se de empregadas” e “vive-se bem” no singular. Se concordamos com essa hipótese de percurso, podemos nos surpreender com o fato de que a estrutura original, a grande “revolucionária” que “implementou” a inovação, que é a estrutura com verbo no singular + SE + SN plural não é aceita normativamente. Já as formas que surgiram depois, por analogia, são aceitas no singular obrigatoriamente.

Quando teria ocorrido essa reanálise? Segundo Naro (1976 *apud* Nunes, 1990: 75-6), teria sido em meados do século XVI. Essa afirmação parece ter sido confirmada por Oliveira (2005), em sua dissertação de Mestrado. Ela analisou seis textos do período arcaico da língua portuguesa, que se estende do século XIII a meados do século XVI, portanto, período anterior à data provável da reanálise do SE, segundo Naro. Das 119 ocorrências de passivas de SE (15,5% do total de passivas), ela não encontrou em seu *corpus* nenhum caso de discordância entre o sujeito e o verbo nas orações passivas sintéticas, o que nos leva a crer que nesse período, a passiva sintética com SE realmente existiu. “A maior parte delas [passivas com SE] com o sujeito lexicalmente preenchido anteposto ao verbo, tematizando, desta forma, o objeto semântico, e com baixa incidência de agente da passiva, sujeito lógico da frase, as atenções, afinal, sendo chamadas para o paciente da ação verbal” (p. 58). Exemplos retirados de Oliveira (2005):

(86) Non desêio nehũa cousa destas que **se ueem** por tal que ache Jhesu Christo. (Orto do Esposo, p.10)

(87) E porque nossa voontade é que em nosso tempo non **se mingüê** nê **se perçam** os dereytos de Deus (...) (Foro Real, liv. I, 1. 291-293)

Embora avise que não fez uma procura sistemática por construções indeterminadas com SE e com outros verbos que não os transitivos diretos, a autora diz ter encontrado apenas uma construção: com um verbo intransitivo. Ou seja, podemos concluir que no período arcaico, até o

século XVI, realmente existiam orações passivas sintéticas com concordância sistemática entre o verbo e o argumento interno e não existiam orações com SE tradicionalmente classificadas como sujeito indeterminado.

Sendo a ordem verbo-sujeito mais comum no português arcaico, o fato de os sujeitos estarem sempre antepostos nas passivas sintéticas representa uma inversão na ordem da época. Isso guarda alguma semelhança com o português moderno: nesse tipo de construções que as gramáticas normativas dizem ser passivas sintéticas hoje, a ordem tem que ser VS (pensando que o objeto é sujeito, como dizem as gramáticas normativas), o que contraria a ordem canônica, hoje, SV. Vimos que a ordem é fator determinante hoje na definição do sentido [+reflexivo] ou [+indeterminado]. Observados esses fatores, parece importante refletir se a mudança na ordem influenciou na reanálise e em que ela se relaciona com a mudança com o pronome SE.

Já com relação aos agentes da passiva, encontrados no *corpus* por Oliveira, Bechara (2004: 104), diferenciando a passiva analítica da pronominal, diz que a primeira “pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a pronominal, no português moderno, a dispensa obrigatoriamente.” Ou seja, houve uma mudança também quanto à aceitação do agente da passiva em passivas sintéticas. Teria sido porque as passivas sintéticas deixaram de ser passivas?

Não é o que pensa Câmara (1977: 56):

É certo que na linguagem renascentista encontra-se esse complemento [o agente da passiva] na voz médio-passiva – ex. “do mal que se aparelha pelo inimigo”, “o mar...que só dos feios focas se navega” (...) mas é um emprego esporádico e que foi efêmero, resultante em parte da confusão entre o complemento de agente e de meio (...) e em parte de um esforço consciente na língua escrita a equiparar a voz médio-passiva com a voz passiva-específica.

Nem Said Ali:

As preposições *de*, *per* (*por*) indicavam, entre outras relações, a de causa eficiente dos verbos passivos, e a de meio ou instrumento dos verbos ativos, quer fôsse definido o sujeito dêstes quer não o fosse (forma reflexiva). O instrumento ou meio é geralmente um meio sem vida, mas por vêzes considerava-se como tal – e este é o ponto importante da questão – um ser animado, uma pessoa ou cousa personalizada. (...) Da contigüidade das noções *causa* e *instrumento* ou *meio*, e da coincidência de preposições para exprimi-las se geraram provàvelmente as seguintes linguagens, que só por superstição deixaremos de considerar defeituosas: *Mar... / *Que so DOS FEOS FOCAS SE NAVEGA* (1966: 99)

Assim pensando, nunca se teria usado naturalmente agentes da passiva em orações passivas sintéticas. Poderíamos pensar, por exemplo, se os agentes da passiva em tais construções

encontrados por Cavalcante (2006), no século XIX podem ser resultado desse “esforço consciente”. Se considerarmos que o SE do PE atual não é passivo, como faz Cavalcante, e que não havia realmente agente da passiva no período clássico, o que poderia provar que essa passiva realmente existiu, se esses são os argumentos levantados para tanto? Essa é uma questão a se refletir. Quanto ao agente da passiva, o que afirma Câmara parece ter sido o que aconteceu com esse verso de Drummond, encontrado por Bechara (2004 :223):

- (88) “Todavia há casos em que se explicita o agente, como no seguinte exemplo de Drummond:
 (...) ao gol em si, *que se deixou fazer por Pelé.*”

Concordando com Câmara, está Nunes (1991: 42):

Fossem construções correntes no período clássico, seria ponderável esperar que as construções com *se* apassivador e sintagma agentivo perdurassem pelo menos no dialeto europeu, que mantém a preferência por construções com concordância entre o verbo e o argumento interno. [...] o português europeu, assim como o português do Brasil, não admite sintagma agentivo em construções com *se* apassivador.

Já Cavalcante (2005), como vimos, justifica essa diferença pela existência de três tipos de SE: o *passivo* (português clássico), o *indefinido* (PE atual) e o *impessoal* (PB e PE). Segundo Nunes, o que parece mais razoável é pensar que o surgimento do SE indeterminado tenha inibido o trabalho consciente de construir orações passivas sintéticas que realmente se parecessem com as passivas analíticas, podendo também ser construídas com agentes da passiva. Podemos pensar também que o fato de as passivas sintéticas não aceitarem agente da passiva com tanta frequência fazia com que a sua estrutura se constituísse em um contexto favorável para uma reanálise para sujeito indeterminado.

Essa mudança de SE passivo para SE indeterminado parece já estar bem consolidada na língua. Entretanto, uma nova mudança parece estar em curso: um provável desaparecimento do SE.

Capítulo 4

Fenômenos Relacionados

4.1 Apagamento do SE

Segundo Nunes (1990: 99), a partir do momento em que o SE indeterminador ganhou a disputa com relação ao SE passivo, ele passou a ter um outro concorrente: a elipse do SE para expressar um sujeito indeterminado, como em “No Brasil, não usa mais saia”. A hipótese é de que essa construção não provém da construção com terceira pessoa do plural, mas da construção com SE, “No Brasil, não se usa mais saia”, porque esta pode incluir o falante (enquanto que “No Brasil, não usam saia” exclui o falante). Segundo o autor, esse tipo de construção começa a surgir no século XIX, quando as construções com SE indeterminador já eram predominantes no PB. Na sua pesquisa com um *corpus* de 13 entrevistas provenientes do Banco de Dados da PUCSP, ele encontrou 78% de elisão de SE na fala do PB, atingindo, inclusive, falantes de escolaridade superior (46%) e sendo maciça com falantes de 1º e 2º graus (91 e 97%). Enquanto isso, nas entrevistas do PE, ele encontrou apenas 3% de casos de elisão de SE (só dois casos, com a expressão “diz que”).

Pelo que vemos, esse fenômeno que, veremos, na verdade, é o uso de um pronome nulo com referência arbitrária, já é comprovado no PB. Se já chegou às camadas mais escolarizadas, a mudança está consolidada. Essa afirmação pode parecer ser contraditória à análise do SE como pronome sujeito. Isso porque, se o PB tende a cada vez mais preencher o sujeito, por que então o SE estaria em processo de desaparecimento? Esse “apagamento” do SE poderia ser adicionado àquela reflexão se o SE é o sujeito da oração ou apenas símbolo de indeterminação do sujeito nulo. Numa língua como o PB, que, cada vez mais tem por obrigatório o preenchimento do sujeito, o apagamento do pronome SE, cada vez mais corrente na fala, e já surgindo até na escrita, poderia querer demonstrar que o SE não seja o sujeito, mas apenas índice (“índice”, “demonstrador”, não é bem uma função sintática, ficando mais propício a desaparecer.).

Associa-se o desaparecimento do SE no PB a uma tendência que este tem à supressão dos clíticos de terceira pessoa. O próprio SE já vem sumindo em verbos ditos pronominais e reflexivos, como já vimos em “ela sentou”, “o chefe zangou”. Essa tendência à supressão dos clíticos, especialmente os de terceira pessoa, é cada vez mais corrente no PB. Magalhães (2006),

acompanhando o processo de aquisição da língua com crianças portuguesas e brasileiras, descobriu que, enquanto os clíticos eram logo adquiridos pelas crianças portuguesas, eles simplesmente não faziam parte do repertório lingüístico das crianças brasileiras. Segundo a autora, essa supressão dos clíticos deve-se à mudança mais significativa pela qual o PB já passou, que é a mudança na proeminência de sujeito para tópico. Assim, frases como:

(89) Maria guardou *cv* na geladeira. (Magalhães, 2006:21) [exemplo original nº 26]

tem interpretação possível no PB, se, por um acaso, o tópico da conversa for “o sorvete”, por exemplo, porque a categoria vazia na posição de objeto é relacionada diretamente ao tópico.

Galves (1986; 1989) afirma que as diferenças observadas nas restrições sobre o objeto nulo entre o PB e o PE refletem a diferença no modo como as duas línguas estruturam a sentença. A reestruturação da sentença do PB em torno do tópico faz com que o objeto nulo nesta língua não obedeça às mesmas restrições verificadas para o uso do objeto nulo no PE que tem uma estrutura voltada para o discurso (cf. Duarte, 2001). A possibilidade de ligação direta do objeto nulo pelo tópico explica, ainda, o não uso dos clíticos *o/a*, cuja função é atribuir ao objeto uma interpretação determinada. Uma vez que essa interpretação pode ser dada pela ligação do objeto nulo com o tópico, os clíticos tornam-se inúteis neste sistema. (Magalhães, 2006: 22)

Dessa forma, o uso dos clíticos de terceira pessoa não é mais corrente porque eles não são mais necessários para a referência determinada da posição do objeto. Magalhães (2006:23) cita ainda Cyrino (2003):

Cyrino (2003) afirma que embora o surgimento do objeto nulo e a queda dos clíticos possam estar relacionados, a queda dos clíticos é um fenômeno independente, pois nem todos os clíticos caíram. A autora propõe ainda a existência de um princípio “*Evite pronome*” generalizado para a posição de argumento interno do verbo. Ao contrário do que acontece com o sujeito (cf. Duarte, 1995), o princípio seria aplicado a elementos mais baixos na Hierarquia de Referencialidade quando a lacuna pode ser recuperada formalmente. Isso explica o apagamento de objetos [-temáticos] e com antecedentes [-animados]¹⁹.

A teoria da *Hierarquia de Referencialidade* dá conta de explicar o não-apagamento dos clíticos de primeira e de segunda pessoas, como podemos ver em Duarte (2004: 138):

O apagamento do objeto se implementa inicialmente nos contextos em que seu antecedente é uma oração ou um predicativo, que se localizam num ponto mais baixo da hierarquia referencial proposta, atingindo mais tarde os que têm uma antecedente [-animado], para só então chegar aos de antecedente [+animado], um ponto importante de resistência (cf. Cyrino 1997)

Quanto mais humano, mais referencial. Entrariam aí a primeira pessoa, que é a que fala (por isso, humana) e a segunda. Essas são as mais referenciais. Depois viria a terceira pessoa. Essa nem sempre é humana. Aliás, segundo Benveniste, ela é a “não-pessoa”:

Entretanto, como já demonstrou Benveniste (1946), é evidente a disparidade entre as duas primeiras [pessoas] e a terceira, que constitui, na verdade, uma não-pessoa, pois é apenas um dado extralingüístico, sem relação com uma “pessoa específica”. A observação do comportamento morfológico das pessoas nas diversas línguas demonstra que a primeira e a segunda sempre diferenciam da terceira. (Castilho, 1981 *apud* Bagno: 2000: 211)

Por isso, na cadeia de hierarquia, a 3ª pessoa [+humana] é mais referencial do que a [-humana], proposições e expletivos de 3ª pessoa. Nessa cadeia, quanto mais referencial, mais preenchido lexicalmente. Assim, a queda dos clíticos teria atingido primeiramente os clíticos de terceira pessoa, principalmente os referentes a proposições, por serem menos referenciais, até a terceira pessoa [+humana], embora essa ainda seja preenchida pelo pronome ELE, que, segundo Câmara Jr (1972, *apud* Bagno, 2000: 211) e Bagno (2000: 211), tem natureza de pronome demonstrativo, o que lhe possibilita exercer todas as funções sintáticas.

Entretanto, devemos pensar se realmente o desaparecimento do SE no PB se deva a esse mesmo fenômeno de supressão dos clíticos em geral, já que os clíticos geralmente exercem a função de objeto, enquanto o SE exerce a função de sujeito, que é de preenchimento lexical cada vez mais obrigatório. Além disso, o SE tem alto grau de referencialidade, visto que ele tem um referente [+humano]. O que veremos é que, da mesma forma que os clíticos de terceira pessoa já não são mais tão necessários no PB para a referência determinada, o SE já não é mais tão necessário na fala para a referência indeterminada. Vejamos esse trecho retirado do *corpus* do NURC, no qual constam muitas ocorrências de elisão de SE:

(90) e do porco _ø faz salsi:cha... uhm: não é? a parte que eu gosto... _ø faz presun:to... _ø fa::z lingu:ça ((estala a língua)) _ø faz ba:con... fa::z... óh meu Deus _ø faz tanta coisa presunta:da Swift presuntada é isso [...] (NURC-Recife, DID 150, in Sá et al., 1996: 19)

A sentença “faz salsicha” no PE só pode ter como referência uma terceira pessoa determinada localizada no discurso ou a sentença fica agramatical. Já no PB, é impossível interpretar o sujeito de “faz salsicha” como determinado (a não ser que essa oração esteja coordenada com outra anterior, na qual o sujeito esteja expresso), porque o sistema de concordância do PB não é capaz de resgatar referentes por si só. Isso ocorreu devido ao “empobrecimento” da morfologia flexional do PB já relatado nesta pesquisa. Assim, a única interpretação possível para esse \emptyset no PB é a de sujeito indeterminado, não necessitando da presença do SE para tanto.

O segundo fator que colabora para o apagamento do SE nas orações finitas é a quantidade de outras formas de indeterminação do sujeito que cada vez ganham mais relevo no PB, como já vimos na primeira seção desse estudo, tais como A GENTE, VOCE e AS PESSOAS:

Uma mudança em direção aos sujeitos de referência definida lexicalmente expressos não se efetivaria no sistema lingüístico sem deixar vestígios. É natural esperar algumas conseqüências a ela relacionadas. Um dos aspectos observados é a tendência à realização dos sujeitos de referência indeterminada com formas pronominais nominativas, preferencialmente plenas, em detrimento do uso de “se” indeterminador/ apassivador, ao contrário do que ocorre no português europeu (cf. Duarte 1995, 2000). (Duarte, 2003b)

Constam, abaixo, exemplos desse preenchimento, o primeiro retirado do nosso *corpus* (o único encontrado) e os outros de Duarte (2003b). Exemplos de 8 a 13 na numeração original.

(91) Você gasta 50 m tentando chamar a atenção deles para a realidade social [TP 414]

(92) Você tem que sair (...) Tudo isso você tem que fazer, (cv) não pode parar assim. *Tu* não morreu, pô! (cv) Aposentou, mas *tu* “tá vivo, pô! (Jan 00)

(93) (cv) Põe um pouquinho de “Só Alho”, aí (cv) põe óleo e (cv) põe um pouquinho de cebola, (cv) pica a cebola, (cv) faz uma macarronada. (Eri 00)

(94) *A gente* tem que seguir o que *a gente* sabe e da forma que *a gente* foi criado. (Leo 80)

(95) Às vezes pelo fato da pessoa ser nascido e criado em morro, *eles* acham que é tudo mau elemento. (Isa 00)

(96) Normalmente na parte da manhã *se* faz melhor pescaria. (Ago 80)

(97) Este semestre agora que *nós* tamos: trancado de novo. (cv) Estamos vivendo em um mundo de cão. (Leo 00)

Segundo Duarte (2003b), os sujeitos indeterminados chegam a 70% de preenchimento. O VOCÊ apresenta média de 45% dos usos de sujeitos indeterminados; A GENTE, 20% e depois viriam a realização nula e a terceira pessoa do plural. As formas SE, NÓS, TU variam entre 1 e 5 %. É interessante perceber que o que a gramática normativa considera como “sujeito indeterminado” são casos de sujeito não expresso, como a terceira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular + SE. Entretanto, além de as pesquisas demonstrarem que o sujeito de referência indeterminada é, em sua maioria, preenchido lexicalmente, as formas citadas pelas gramáticas são as formas com pequeno índice de uso na fala, com variações, de acordo com a variedade analisada. Seria mais interessante ensinar aos alunos as inúmeras estratégias que possuímos para não nos referirmos ao agente da ação, para não se deixar claro sobre quem se fala e para se construir predicados genéricos. Afinal de contas, as estruturas com SE fazem parte de um fenômeno mais amplo, a indeterminação do agente. D’Alessandro (2002 *apud* Cavalcante, 2006: 90) diz:

Impersonal se constructions belong to the wider group of impersonal constructions, which are used to introduce a generic, unspecified subject in an utterance and to make general statements about groups of people¹. (Cf. D’Alessandro, 2002:36)²³

Vamos trocar o termo “impessoal” (que prescinde da existência de um agente) por indeterminado. Seria importante debater com os alunos sobre esse mapeamento das estratégias mais comuns em cada modalidade da língua (oral/escrita) e as estratégias que gozam de mais prestígio tanto na fala quanto na escrita. Segundo Duarte (2003b), por exemplo, o VOCÊ é a estratégia preferida por falantes mais escolarizados, e A GENTE, mais utilizado por falantes menos escolarizados. Os dados do nosso *corpus* mostram que o A GENTE realmente não é usado na escrita formal de falantes mais escolarizados. Uma nova forma de se abordar essas estratégias de indeterminação contribuiria para desenvolver as habilidades dos alunos tanto com relação à leitura quanto com a escrita. Para a escrita, por exemplo, eu encontrei resultados completamente inversos ao citados anteriormente retirados de pesquisa para a fala. Na tabela 4.1, observamos que o NÓS e o SE são as estruturas mais utilizadas para indeterminar o agente na escrita, enquanto são as menos utilizadas na fala.

23. As construções impessoais com se pertencem ao amplo grupo de construções impessoais, que são usadas para introduzir num ato de fala um sujeito genérico, não especificado e para fazer afirmações genéricas sobre grupos de pessoas. [tradução de Cavalcante]

TABELA 4.1 - Frequência de uso das formas de indeterminação investigadas

Formas de indeterminação	Quantidade	% com relação ao total de estratégias encontradas
<i>Você</i>	1	0,2
<i>A gente</i>	0	0
<i>Se</i>	241	43,5
<i>1ª pessoa do plural</i>	278	50,1
<i>3ª pessoa do plural</i>	8	1,4
<i>3ª pessoa do singular sem Se</i>	5	0,9
<i>A(s) pessoa (s)</i> <i>O (s) indivíduo(s)</i> <i>O (s) sujeito (s)</i>	21	3,8
<i>Total</i>	554	100

Obs: O número de ocorrências do SE é a somatória dos usos em que o SE funciona como sujeito, usado tanto com verbos transitivos quanto com os não transitivos e com infinitivo.

O que podemos observar com relação à tabela 4.1 é que as formas pronominais VOCÊ E A GENTE e o uso de verbos na 3ª pessoa do plural, 3ª pessoa do singular sem SE tiveram índices inexpressivos em nosso *corpus*. A forma predileta foi o NÓS (50,1%), a menos utilizada na fala. A segunda forma mais usada nos textos escritos foi o SE, com (43,5%). Assim sendo, essas duas formas monopolizam o uso de estratégias de indeterminação. É importante também verificar que o NÓS foi mais usado que o SE por professores e este foi mais usado que aquele em textos de alunos. Sobre as estratégias de indeterminação discutiremos mais no momento oportuno. Já quanto ao apagamento de SE que, na fala, chegou a 17% de ocorrências na pesquisa aqui citada, na nossa não chegou sequer a 1% de frequência (apenas 5 ocorrências). Isso mostra que o apagamento do SE ainda não é uma estratégia que goze de prestígio, em registros escritos mais monitorados.

Por outro lado, o uso da terceira pessoa do singular sem o SE pode suscitar dúvidas quanto ao porquê dessa construção ser tão frequente na fala, se a tendência do PB é não deixar a posição de sujeito vazia. Logo, supõe-se que haja restrições a expressão nula do sujeito indeterminado. A tendência ao preenchimento lexical do sujeito pode ter relação com o fato maior de o PB ser uma língua cada vez mais orientada para o tópico (Pontes, 1987), o que faz com que os predicados sempre busquem um tema à esquerda da oração.

Pontes (1987: 13) diz sobre o tópico:

O que caracteriza o tópico nas línguas como o chinês, segundo Chafe, Li e Thompson, é ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir. Como se vê nos exemplos acima [p.e. *O Mardônio pifou o freio de mão do carro e ele foi levar na oficina*], o primeiro SN lança o tópico, sobre o qual se faz a seguir um comentário. O importante é que o comentário é feito através de uma sentença completa, com sujeito e predicado.

O fato do PB deixar de dar proeminência ao sujeito em favor do tópico faz com que cada vez mais a língua evite construções iniciadas pelo verbo, porque o tópico é o “quadro de referência” para o comentário para o qual é construída a oração. Assim, o uso da terceira pessoa do singular sem SE é favorecido pela presença à esquerda de expressões locativas ou temporais, que funcionam como tópico da sentença, como em:

(98) Aqui vende pilha?

(99) Onde entrega a ficha?

(100) Hoje em dia, não pensa mais nessas coisas não.

(101) No Brasil não usa mais saia.

Esse fator também foi observado por Duarte (2003a), com relação às estruturas existenciais, como em:

(102) *Tem muito prédio.

(103) Em Brasília, tem muito prédio. [numeração original: 8]

(104) Brasília tem muito prédio. [numeração original: 9]

Esse último exemplo demonstraria a tendência do PB a transformar as sentenças todas em XVO, em que o elemento X geralmente tem uma tendência a ser sujeito.

Hipótese: uma vez implementada uma das propriedades das línguas de sujeito não-nulo – o preenchimento dos sujeitos referenciais – o sistema começa a caminhar no sentido do preenchimento dos sujeitos não-referenciais. Espera-se que, cada vez mais, a posição à esquerda do verbo em construções existenciais apareça preenchida, seja por SADVs e SPs locativos ou temporais, seja por SNs, seja por pronomes. Assim, o aparecimento de elementos à esquerda do verbo não é acidental (cf. Weinreich, Labov & Herzog 1968). Trata-se de um “efeito colateral” da mudança, que começa a entrar no sistema passando a concorrer com as sentenças não marcadas, que ainda mantêm o sujeito expletivo nulo. (Duarte, 2003a)

Essa tendência a transformar todas as frases para SVO também explicaria a escolha predominante pelo verbo TER ao invés de HAYER ou EXISTIR. Um exemplo interessante encontrado em nosso *corpus* coloca a ordem SVO, com S = SE inclusive com o verbo impessoal HAYER:

(105) Variante padrão designa competentemente a variedade elitizada que foi estabelecida para que fosse seguida para que se haja uma manutenção da unidade política. [EL 241]

Pontes (1987: 36) coloca frases como “Essa janela não venta muito” como representantes claras de construções de tópico-comentário. Localiza-se o assunto sobre o que se vai falar. Segundo ela, “esse tópico está-se confundindo com o sujeito e que mesmo um verbo impessoal, como *ventar*, está funcionando como transitivo” (p. 36).

Com relação ao uso de expressões locativas e temporais, poderíamos pensar se, também, não haveria fatores semânticos que lhes permitiriam favorecer o uso de sujeito nulo indeterminador. Se não temos frases como “usa saia”, mas, “no Brasil usa saia”, o sintagma “no Brasil” seria correspondente a “AS PESSOAS no Brasil”, uma outra forma de indeterminação.

Outro fator que entra em jogo com relação ao apagamento do SE é o tipo de verbo envolvido. De acordo com Dobrove-Sorín (*apud* Barbosa, Duarte & Kato)²⁴, o SE não pode ser apagado com certos tipos de verbo, como verbos de cópula e predicadores adjetivais, com a passiva verbal e com verbos inacusativos:

24. “Sujeitos indeterminados em PE e PB.” In: *Boletim da ABRALIN, II Congresso Internacional da ABRALIN, pp.405-409* (em versão digital)

(106) *Não é mais feliz aqui.

(107) *É freqüentemente traído por falsos amigos.

(108) *Chegou tarde. [Exemplos originalmente 42, 43 44]

Esses tipos de verbos são os que podem deixar mais claro o fato de o SE não ser *apassivador*, mas sim, sujeito. Principalmente o segundo exemplo, com passivas verbais. O SE é tanto um pronome sujeito, que ele pode até ser sujeito de orações verdadeiramente passivas (as chamadas analíticas).

Além disso, Cavalcante (2006), quanto ao uso da terceira pessoa do singular sem SE para expressar indeterminação, relata outro fator que favorece o uso desse tipo de construção, que está relacionado ao tempo verbal com o qual ela pode ocorrer:

Ocorre, entretanto, que essa interpretação arbitrária está restrita a predicados genéricos ou habituais, e não a predicados episódicos.

(109) a. Hoje em dia, *e* pode pagar qualquer conta sem sair de casa.

b. Antigamente, *e* não podia pagar as contas sem ter que ir ao banco.

c. ? Ontem, *e* pagou as contas no banco. (Cavalcante, 2006:147. Exemplo 192)

O quarto fator favorecedor deste apagamento do SE é a tendência no PB ao desaparecimento da voz média, aquela em que a construção tem uma aparência formal de reflexividade, mas sentido passivo: “A porta se abriu com o vento forte”, que é diferente de “o vento forte abriu a porta” (ativa), e “a porta foi aberta pelo vento forte” (passiva). Em PB, o uso mais corrente é “a porta abriu”, “o vaso quebrou”, “o pneu furou”:

O caráter marcadamente *nominativo* do SE é tão forte no português do Brasil que os falantes só admitem ele como acusativo em construções na voz reflexiva, com grande inclinação a só reconhecerem essa reflexividade quando se trata de sujeito [+animado]. Por isso, é cada vez mais freqüente o apagamento do SE nas chamadas *orações pseudo-reflexivas*, aquelas em que um sujeito [-animado] “pratica” uma “ação” que incide sobre si mesmo. (Bagno, 2000: 221)

A rejeição do PB a orações “pseudo-reflexivas” da voz média pode se dar pelo mesmo motivo pelo qual se rejeita as “pseudopassivas sintéticas”: o fato de que elas parecem reflexivas e as ações reflexivas devam ser exercidas por sujeitos animados. Quando o sujeito é animado, a reflexividade se impõe, com o uso do SE, para a construção não ficar agramatical: “o gato se lambe para ficar limpinho”. Assim, em vez de “devolve-se isso aqui?”, perguntamos “isso devolve aqui?”, e o objeto se transforma em tópico – já que não se quer dar qualquer relevância ao agente, o tópico para o comentário torna-se o objeto paciente – e até se confundindo com o sujeito (Os copos quebraram). O SE, então, nessas construções, não é necessário para a referência indeterminada, ao contrário do infinitivo, como veremos, o que pode levar ao seu apagamento nas orações finitas.

A seguir, vão listados os usos de apagamento de SE encontrados em nosso *corpus*. Observemos que todos estão no presente – mais genérico – e nenhum deles inicia oração:

(110) Claro que isso já não é via de regra, muitos professores buscam sua qualificação, superando todos os fatores sejam eles financeiros, tempo ou idade. Trabalham comprometidos com o aluno individualmente, diversificando sua prática de ensino.

Quando no trecho **cita**: “é preciso gosto, vontade e muito exercício” demonstra que temos que gostar do que fazemos e devemos inovar com novas práticas, novos textos, mudanças de atitude, tentando sempre conquistar nosso aluno. [TP 405] [*Observe-se o uso de expressão locativa anteposta ao verbo e o tempo presente e, assim, mais genérica do verbo.*]

(111) Por fim, falar da língua materna no Brasil é complexo, pois a “criação” da nossa língua é uma mistura de latim, espanhol. Em seguida, vem a formação do nosso povo que é de origens diversas. Dessa forma **dificulta** às vezes o trabalho educacional. [TP 472] [*O uso com o SE também parece não ficar muito bom, talvez esse dificulta tenha sido usado no sentido de “fica difícil”*]

(112) Depois de muitos anos de luta, tentativa de mudanças e melhoramento o ensino ainda continua como na época dos nossos pais, avós, tios, etc. Ainda se ensina gramática e ainda não **prepara** o aluno (jovem ou não) para a vida. [TPGO 335]

(113) Não **precisa** ir muito longe para analisar qual é a validade de não usar a língua padrão culta, basta ler o texto 1 de Evanildo Bechara, no qual o autor usa e abusa de uma linguagem rebuscada que causa ao leitor um certo constrangimento visto ter que ler reler e até “traduzir” o que foi pretendido pelo autor. Sabe-se que o mesmo é altamente contra a padronização de uma outra. [TPGO 336]

(114) Associa-se, geralmente, norma culta ao padrão regido pelas gramáticas normativas. Entretanto, **esconde** dois conceitos bem distintos: [EL 229] [*SN plural*]

Para finalizar essa seção, uma reflexão se faz necessária. Se o SE, como veremos, parece ser uma variante advinda da escolarização – devido ao seu uso relativamente freqüente na escrita formal, parece ser uma variante de prestígio – ao menos na fala destes, ela deveria ser mais comum. Um fator que pode também influenciar o apagamento do SE na fala seria que inclusive as pessoas mais escolarizadas e que têm algum conhecimento sobre a existência das “passivas sintéticas” quereriam evitar usar o SE. Bagno (em comunicação pessoal) refere-se à “estratégia de esquivar”, que consiste em que, já que o SE não é mais necessário para expressar indeterminação e há muita pressão gramatical quanto à “correção” de seu uso, o falante emprega a forma nula para esquivar-se de condenações quanto à sua forma de falar. Enquanto isso, ele consagra outras formas de preencher o sujeito indeterminado. O mesmo pode ser aplicado aos clíticos de terceira pessoa O/A. Quando se fala em “erros” gramaticais, uma das primeiras estruturas que vêm à nossa cabeça é a do tipo “Eu vi ele”. Por isso, já que esses clíticos não são mais necessários e o uso da forma pronominal que nos é natural para tal posição é condenada pela prescrição gramatical, então a forma preferida torna-se a realização nula para a posição de objeto. Pela nossa pesquisa, estas outras formas como VOCÊ e A GENTE para indeterminação ainda não são variantes de prestígio, especialmente na escrita. O SE ainda é. Por isso ele é tão usado na escrita (e sem concordância entre o SN e o verbo). Já o sujeito nulo não parece ser variante de prestígio, nem muito usado na escrita.

Outra mudança intrigante está em curso no PB. Enquanto No PB, o SE está sendo suprimido nas orações finitas, ele está sendo “inserido” nas orações infinitas.

4.2 SE sujeito de infinitivos

Essa “inserção” é uma forma atualmente detentora de prestígio — rejeitada, no entanto, como se esperaria, pelos normativistas — especialmente na escrita jornalística. Segundo Nunes (1991: 53): “fica patente que as construções com inserção de SE junto a infinitivos são as que têm maior prestígio dentro do que se pode estabelecer como modalidade escrita padrão.”

Segundo as gramáticas normativas, o único uso possível de SE como sujeito de infinitivos é no caso de construções causativas, como nesses exemplos, retirados de Cunha & Cintra (2001: 306):

(115) Virgília deixou-se **cair**, no canapé, a rir. (Machado de Assis, OC, I, 497)

(116) Moura Teles deixou-se **conduzir** passivamente. (J. Paço d’Arcos, CVL, 607)

Cavalcante (2006), por sua vez, considera o SE em estruturas infinitivas próprio de um uso formal da língua. Ela encontrou um índice de 50% de SE com infinitivos na escrita culta do PB. Em sua pesquisa de doutorado, ela analisou três *corpora*: um diacrônico, composto de textos de vários tipos (“desde tratados religiosos a cartas particulares”) do Corpus Anotado do Português Histórico (*Corpus Tycho Brahe*) de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX; e dois sincrônicos, um do PE escrito e falado e outro do PB escrito e falado. O do PE falado é retirado do Projeto Português Fundamental, com amostras dos anos 1980, mas apenas as referentes a falantes com escolaridade superior e o escrito é composto de jornais portugueses publicados entre 1999 e 2000. O do PB falado é retirado do Projeto Norma Urbana Culta (NURC) e o escrito de jornais brasileiros publicados em 1998. Além disso, ela apresenta dados de outras pesquisas: Nunes (1990), Cavalcante (1999), Duarte (2002) e Duarte e Lopes (2002)²⁵. É importante essa caracterização para que se compreenda melhor os dados apresentados nesta seção.

Bechara (1985: 105), por sua vez, explicando a noção de *passividade*, diz que ela “é o fato de a pessoa receber a ação verbal. [...] Portanto nem sempre a passividade corresponde à voz passiva”. Em nota, ele explica a expressão do tipo “osso duro de roer”:

Assim sendo, não se pode falar em voz passiva diante de linguagem do tipo *osso duro de roer*. Houve aqui, se interpretarmos *roer* = *de ser roído*, apenas passividade, com verbo na voz ativa.

Depreende-se dessa citação que, se a expressão já tem sentido passivo, ela não precisa ser “apassivada” com o SE, que seria o único emprego para o SE pensável para tal estrutura pela norma prescrita. Assim, não precisaríamos do pronome. Entretanto, o que vemos é que, nesses casos, o que se pretende enfatizar é que existe alguém que vai “roer o osso” e não que o “osso vai ser roído”. É fato conhecido que os falantes da língua preferem orações ativas, tematizando-se os agentes e não os pacientes:

25. A amostra de Nunes (1990) se constitui de textos produzidos no Brasil entre 1555 e 1989 de vários tipos: (1) cartas, diários e documentos; (2) entrevistas provenientes do Banco de dados da PUC-SP, com informantes paulistanos com curso fundamental, médio e superior; (3) dados provenientes da revista *Veja*. A amostra de Cavalcante (1999) já é composta de textos da imprensa carioca entre 1848 e 1998, artigos de editoriais (os mais formais), artigos de opinião e crônicas de costumes (os mais informais). Duarte (2002) analisou anúncios de jornais extraídos de jornais brasileiros publicados no século XIX em sete estados brasileiros. Duarte e Lopes (2002) contemplam textos de cartas de editores e redatores em jornais publicados no Brasil no século 19.

O equívoco da justificativa apresentada por Cipro Neto e pelo *Manual do Estadão* está, mais uma vez, na atribuição de valor *passivo* a enunciados que o falante analisa intuitivamente como *ativos*. Quando tantas pessoas (cultas) falam e escrevem *Problema difícil de se resolver*, elas não analisam o enunciado como *Problema difícil de ser resolvido*, mas sim como *Problema difícil de [alguém] [a gente] resolver*. (Bagno, 2000: 240)

Voltando a Nunes (1991:49), — que cita Galves (1987) — ele diz que essa “inserção” do clítico SE em orações infinitas surge com a função de deixar bem clara a indeterminação do sujeito, já que o infinitivo no PB é co-referencial a um antecedente na sentença ou no discurso. Assim, em orações como (exemplo 31 de Nunes):

(117) O João é difícil de pagar.

Podemos ter duas interpretações no PB:

- a) É difícil de pagar o João.
- b) É difícil de o João pagar.

No PE, ao contrário, só é possível a interpretação b) ou uma interpretação de sujeito indeterminado. Poderíamos acrescentar, com relação a esse exemplo, que a interpretação a) é ajudada no PB pela tendência cada vez mais crescente de usar o objeto nulo (cf. por exemplo Cyrino, 1996: 165) e por ele ser uma língua de tópico-comentário (Pontes, 1987). Assim, por ser comum entre nós o apagamento do objeto, sem uso do clítico – até mesmo por uma estratégia de esquiva, já que a forma mais natural para nós, com o pronome ELE, é recusada pela norma-padrão – e por esse objeto já estar expresso no tópico, a interpretação a) é possível no PB. Isso porque o tópico é independente com relação às seleções verbais, “qualquer elemento pode ser tópico” (Pontes, 1987: 23), já que “a relação que se estabelece entre o comentário e o tópico é puramente semântica” (p.13) Isso permite que “o João” possa ser tanto objeto quanto sujeito de “pagar”. No PE, ao contrário, onde existe maior preenchimento do objeto e menor preenchimento do sujeito, o elemento tópico é interpretado como o objeto, que tem menor frequência de realização nula. Já o sujeito, pode ser nulo, com um antecedente na sentença ou, não encontrando antecedente, receber interpretação indeterminada. Assim, no PE a expressão DIFÍCIL DE + INFINITIVO é impessoal. Essa

estrutura DIFÍCIL DE com SE já foi encontrada por Cavalcante (2006) no Português Clássico, com uma média de 24% de uso de SE.

Destarte, no PB, segundo Nunes (1990), com a inserção do clítico em “de se pagar”, elimina-se a interpretação de que o João é o sujeito de pagar, possibilitando unicamente a interpretação de um sujeito indeterminado para “pagar” e que “o João” é objeto.

Seguindo esse raciocínio de que o SE é usado no PB em sentenças infinitas para deixar clara a indeterminação do agente, Cavalcante (2006) diz:

Os resultados da Tabela 1.5 podem indicar que em PB as sentenças não finitas se comportam como as finitas no que se refere a esse quesito: um infinitivo flexionado com Agr defectivo no traço [pessoa]. Daí, surge a necessidade de marcar a posição sujeito com uma forma pronominal de referência arbitrária, o que impede a correferência com o sujeito da oração anterior. (Cavalcante, 2006: 42-3)

Embora ambos, PB e PE, tenham a possibilidade de preenchimento da posição de sujeito de infinitivos, graças à possibilidade de usá-los flexionados, o PB tem esse preenchimento mais categórico devido ao seu “fraco” sistema de concordância verbal a que já fizemos menção (para a autora, traço defectivo em Agr) que permite um sujeito para o infinitivo, mas não pode identificá-lo sozinho. Assim, no PB, as orações infinitivas se comportam semelhantemente às orações finitas no que se refere ao sujeito: ambas necessitam preenchê-lo com formas plenas, mesmo que de referência indeterminada, graças à não-possibilidade de identificação do sujeito nulo apenas pela terminação verbal.

Sendo assim, por que nas finitas o PB falado já dispensa o SE e as infinitas necessitam cada vez mais dele? A diferença existente entre os verbos infinitos e os finitos é que aqueles encontram-se sempre em orações coordenadas ou subordinadas, o que faz com que o sujeito nulo de infinitivo tenha sempre um antecedente na oração anterior. Já que o verbo não pode por si só, graças à sua concordância fraca, dizer quem é o referente do sujeito nulo, o PB procura esse antecedente na sentença anterior, não o encontrando, procura-o no tópico (Pontes, 1987). Por isso o SE é necessário para a referência indeterminada. A forma verbal finita, por sua vez, é a usada especialmente em sentenças básicas da língua (claro, podendo ser usada em orações subordinadas e coordenadas), as quais não têm antecedentes em orações anteriores. Assim, se não há onde buscar o referente, é dada uma referência arbitrária ao sujeito nulo:

Isso nos remete à questão do licenciamento das categorias vazias numa língua de tópico: o sujeito nulo de línguas de tópico é licenciado formalmente, mas deve estar ligado a um tópico, como é o caso do sujeito do PB. (Cavalcante, 2006: 173)

É importante ressaltar que, com relação ao infinitivo, essa deficiência da morfologia verbal de identificar o sujeito nulo da oração é maior, já que a forma verbal para a 1ª e a 3ª pessoas do singular (sendo esta usada para se referir à nossa segunda pessoa no PB) são idênticas, o que impede ainda mais a identificação de um sujeito nulo para elas: podendo ser, no PB, 1ª, 2ª ou 3ª pessoas semânticas, em quase todas as variedades do PB.

Cavalcante (2006: 37), em sua pesquisa, encontrou poucos usos de sujeito de infinitivos preenchido com pronomes plenos no PE. A maioria eram nulos e co-referenciais com o sujeito da matriz, a não ser dois usos, quando era a primeira menção feita ao sujeito ou quando se mudou o referente da oração encaixada com relação à principal:

(118) a. depois de **eu** ter acabado a minha licenciatura, fui ter com meu marido a África
(PE, M1)

b. portanto acho que, por(...) procurando um emprego base e isso como suplemento (es)tava bem, que já dava para **vocês** comprarem algumas mobílias, que eles têm mobílias e têm coisas e têm os pais que dão as mobílias e mais não sei quê, tal. (PE, M1) [Exemplo 32 do original]

Não houve casos de usos de formas pronominais com referência indeterminada, o sujeito nulo sem antecedente exercia bem essa função. Quanto ao SE, Cavalcante (2006) encontrou 8% de uso de SE com infinitivos na fala e 6% na escrita.

Já com relação ao PB, há uma posição de sujeito de preenchimento cada vez mais obrigatório, e o SE ocupa essa posição para garantir a referência indeterminada em variação com o A GENTE e o VOCÊ: “Deste modo, o *se* no PB aparece junto ao infinitivo como forma de garantir uma interpretação arbitrária à posição sujeito de infinitivo, como fazem os pronomes *a gente* e *você*” (Cavalcante, 2006:18), e sendo usado “junto ao infinitivo como mais uma estratégia de preenchimento do sujeito” (p.81). Essa também é a posição assumida neste presente trabalho. O preenchimento de SE com infinitivos na fala não é tão superior do que no PE, segundo Cavalcante (2006), estando na média de 11%, entretanto, isso se justifica porque há o uso de outras formas com

referência indeterminada que concorrem com SE no PB. Já na escrita, na qual cai a frequência de uso de outras formas pronominais de referência indeterminada, o índice encontrado foi de 50% de preenchimento de SE com infinitivos. Em nosso *corpus*, embora não tenham sido investigados todos os usos de infinitivo (só os usados com SE), para que possamos ter uma porcentagem de uso, encontramos 59 ocorrências de uso de SE como sujeito de infinitivos, o que é um número bem expressivo, se pensarmos, por exemplo, que as ocorrências de uso de SE em orações finitas com verbos não transitivos diretos (uso aceito pela gramática normativa e classificado como índice de indeterminação do sujeito) chegaram a um número de 27, nem a metade dos usos com infinitivo.

Por que então esse uso de SE com infinitivos é ainda mal-visto pelos codificadores e defensores da norma-padrão? Provavelmente porque no PE ele não é usado, a não ser como forma de desfazer uma interpretação ambígua de o sujeito do infinitivo poder ser interpretado como co-referencial à oração anterior. Assim sendo, o infinitivo no PE é realmente impessoal com sujeitos nulos. E, segundo a norma, deveria ser assim aqui também. Além disso, o uso de SE com infinitivos seria uma “inovação” do PB. Segundo Nunes (1990: 113), “o fenômeno da inserção de se (indeterminador) não deve ter surgido antes do século XIX, momento em que a construção com se indeterminador se torna majoritária no português do Brasil.” Isso porque ele considera que o SE de infinitivos é um SE indeterminador, logo, se este só passou a ter seu uso consagrado no PB a partir do século XIX, ele só deveria ser usado com infinitivos a partir dessa época.

Diferentemente, Cavalcante (2006) em sua pesquisa com o *Corpus Tycho Brahe* sobre o uso de SE em orações infinitivas, encontrou usos de SE e infinitivos desde o século XVI:

Ao contrário do que afirma Nunes (1990, 1991), o *se* aparece junto ao infinitivo desde o século 16, e sua frequência vai diminuindo até o século 19, na amostra de Portugal [...] isso se relaciona ao tipo de *se*: até 1700 temos o *se-passivo* nas sentenças infinitivas; após 1700 temos o *se-indefinido* e o *se-impessoal*. (Cavalcante, 2006: 81)

Ela percebeu que todos os usos de SE no Português Clássico, com exceção de um ocorrem junto a verbos transitivos. Além disso, era possível o uso do agente da passiva. No PE atual, segundo ela, o SE também só é usado com verbos infinitos transitivos, mas não aceita o agente da passiva. Já no PB, ele é usado com verbos transitivos e não-transitivos no infinito. Assim, ela postula que, realmente, no século XIX deve ter surgido o SE *indeterminador* (para ela *indefinido*) com infinitivos. Mas ele já era usado como *passivo* no Português clássico junto a verbos transitivos. Duarte e Lopes (2002 *apud* Cavalcante, 2006) encontraram já no século XIX o uso de SE com

verbos não-transitivos no infinitivo no PB. Vejamos na tabela 4.2 a frequência de uso de SE com verbos no infinitivo de acordo com o tipo de verbo no nosso *corpus*:

TABELA 4.2: Frequência de cada tipo de verbo em construções de SE sujeito indeterminado + verbo no infinitivo

Verbo transitivo direto	37	62,7%
Verbo transitivo indireto	8	13,6%
Verbo intransitivo	14	23,7%
Verbo de ligação	0	0%
Passiva	0	0%
Total	59	100%

Vemos que o uso majoritário ainda é com verbos transitivos diretos na escrita do PB. Entretanto, ele também é usado com verbos intransitivos (na verdade, transitivos usados intransitivamente, no nosso *corpus*).

Cavalcante (2006) encontrou dois casos de SE com infinitivos e agente da passiva no século XIX. Ela explica que poderia haver resquícios do SE passivo ainda no século XIX.

O uso de SE sujeito junto a infinitivos já parece consagrado no PB, inclusive por ser bem aceito especialmente em registros formais, em variedades de prestígio e na escrita. Quando um uso atinge o alto da pirâmide social, ele já foi consagrado na língua como um todo. Bagno (2007) inclui a análise do pronome SE como sujeito *indeterminado*, inclusive junto a verbos transitivos e junto a infinitivos (principalmente antecedido de preposição), como um dos “traços graduais” (p. 150) do PB, ou seja “aqueles que aparecem na fala de *todos os brasileiros*, independentemente de sua origem social, regional etc.” (Bagno, 2007:142).

Entretanto, o uso do SE, que nas orações finitas já vem sendo vencido por outras formas de indeterminação, é vencido também neste uso junto a infinitivos: o VOCE é a forma preferida de preencher o sujeito de infinitivos com referência indeterminada, chegando a um uso de 51% no PB falado, contra A GENTE (3%), SE (11%) e ZERO (35%). (Cavalcante, 2006). Ela relata ainda um aumento no uso de sujeito pronominal e uma diminuição no uso de sujeito nulo (de 58% para 35%) da amostra dos anos 1970 para a amostra dos anos 1990, o que mostra que as formas pronominais estão cada vez mais ocupando o lugar dos sujeitos nulos com infinitivos.

Para Bagno (2004: 131), o uso do SE com infinitivos reforça a tese de que o pronome é o sujeito de referência indeterminada:

Uma outra prova muito eloqüente da reanálise sintática que o pronome SE vem sofrendo no português do Brasil – reanálise que nos obriga a incluir o SE entre os pronomes que podem exercer a função de sujeito [...] o uso do SE entre uma preposição e um infinitivo.

E na página 132, Bagno diz:

Assim, na sintaxe brasileira, aumenta progressivamente a tendência a não se deixar nenhum verbo sozinho, desacompanhado de seu sujeito, mesmo quando esse verbo é um infinitivo tradicionalmente classificado de *impessoal*.

Já em Bagno (2000:240), temos:

Ao contrário do que alega Cipro Neto, o infinitivo já não é considerado pelos falantes da língua como “impessoal” – se é verbo, alguém está praticando, e esse alguém deve vir explicitado foneticamente (ou graficamente).

A partir das frase abaixo, podemos visualizar a diferença entre o PE e o PB:

(119) É impossível se achar lugar aqui.

(120) É impossível achar lugar aqui.

Segundo Galves (1987 *apud* Nunes, 1991:48-9), a primeira é a sentença padrão do PB e a segunda é a do PE (embora nenhuma seja impossível em nenhuma das variedades). Vemos que, na primeira, o SE é usado de maneira a garantir que há um sujeito [+humano], [+indeterminado] para o verbo “achar” e pode ser usado no PE, se for estritamente necessário para retirar a ambigüidade de referente. Já na segunda, o sujeito nulo já traz por si só a referência indeterminada. Essa sentença também é produzida no PB. Entretanto, em nosso *corpus*, não foi encontrado nenhum exemplo de frase do tipo da primeira oração, o exemplo (119). As únicas frases semelhantes são os exemplos (121) e (122) abaixo. A maioria dos usos de SE com infinitivos estavam em uma construção preposicionada. Vejamos que as duas envolvem a presença do pronome relativo “que”, que, juntamente com a preposição, é relatado por Cavalcante como favorecedor do uso de SE com infinitivos:

(121) Tanto isso é verdade que é possível **se observar** na obra de Camões os mesmos “erros”. [EL 243]

(122) Na grande maioria dos casos o que **se** é possível **observar** é a presença de professores nas aulas de português apenas para o cumprimento de um horário na grade curricular ou apenas se receber um pagamento no final do mês. [TPGO 314]

Quanto ao exemplo (122), uma observação se faz importante: provavelmente, esse uso do SE não seria ideal, pois a expressão “é possível” já seria suficiente para indeterminar o agente de “observar”, pois “observar” já seria o próprio sujeito de “é possível”, não necessitando de que fosse ocupada a posição de sujeito de tal verbo. Entretanto, o que se nota é que o falante sentiu a necessidade de que houvesse uma palavra que exercesse a função de sujeito do verbo “observar”, tendência comum no português do Brasil – como já vimos – de explicitar foneticamente o sujeito do verbo. Esse SE teria sido usado proclítico à expressão “é possível” porque esta foi interpretada como o próprio verbo “poder”. A próclise é comum em casos de perífrases verbais, como “o que se pode observar”, tendo um sentido de certa forma semelhante a “o que alguém pode observar” ou “o que a gente pode observar”.

Voltando ao uso de SE em estruturas preposicionadas, vários estudos têm mostrado que esse é um contexto favorecedor para o uso de SE com infinitivos. Cavalcante (2006), por exemplo, analisando a inserção de SE nos diversos tipos de orações em que ocorre infinitivo, diz que “Tais resultados demonstram que a preposição tem favorecido a inserção de *se* junto ao infinitivo desde, pelo menos, o século 16” (p. 70). Esse fato pode vir da própria natureza das orações preposicionadas: o seu sujeito não precisa necessariamente ser co-referente com o sujeito da oração anterior. Assim, para se garantir a referência indeterminada, insere-se o SE como sujeito da oração. Ela também diz que as completivas verbais (subjativas e objetivas) não favoreceram muito o uso de SE. Esse também foi o resultado encontrado por essa pesquisa. Vejamos a tabela 4.3 abaixo, com dados do nosso *corpus*:

TABELA 4.3: Frequência de uso de SE com infinitivos com relação ao uso de preposição

Com preposição	53	89,8%
Sem preposição	6	10,2%
TOTAL	59	100%

Esse resultado pode chegar a 100% de uso em estruturas favorecedoras se levarmos em consideração que desses 6 verbos infinitos usados com SE sujeito sem preposição, 5 estavam em construções com o “que” (2 coordenados), que também é citado na literatura como um favorecedor de inserção de SE, e a outra era a expressão “não há como”. Eles estão listados abaixo:

(123) (...) não **há como se falar** em norma para um objeto mutável como a língua. Si se concentra a primeira ambiguidade do rótulo – norma culta. [EL 241]

(124) Tanto isso é verdade que é possível **se observar** na obra de Camões os mesmos “erros”. [EL 243]

(125) Na grande maioria dos casos o que se é possível **observar** é a presença de professores nas aulas de português apenas para o cumprimento de um horário na grade curricular ou apenas se receber um pagamento no final do mês. [TPGO 314]

(126) Há que se pensar em meios de não permitir a marginalização. [TPGO 340]

(127) De um lado há que se conhecer e compreender os padrões da norma culta. Conhecer integralmente, com toda a sua complexidade para depois, como educador, *conseguir transmitir* ao educando de forma aprazível, significativa, até, eu diria, atrativa. [TP 471]

Logo, o que se pode observar é que, quando o infinitivo é claramente o sujeito de outra oração, ele parece ser, sim, ao menos na escrita mais monitorada, usado predominantemente como impessoal, sem precisar que se preencha a posição de sujeito com o SE. Aqui estão alguns exemplos de infinitivos sem SE, que funcionam como sujeitos de outras orações, retirados do *corpus*:

(128) *Discutir* criticamente a gramática com os alunos é muito mais interessante e não percebi nenhum aluno encarcerado “nos limites da potencialidade” como afirma Bechara. [TP 108]

(129) É importante *ressaltar*, entretanto, não se tratar de um discurso maniqueísta. [TP 111]

(130) *Apagar* toda a base de produção lingüística acumulada culturalmente para que esse aluno “aprenda” a escrever (e só depois falar!) a norma culta é, no mínimo, uma atitude irresponsável. [TP 111]

(131) *Privilegiar* a língua de prestígio em detrimento da língua materna é realmente uma abordagem complicada. [TP 112]

(132) *Ensinar* língua vai além do ensino de regras, é ensinar a elaborar, construir, interpretar compreender o fenômeno língua como prática oral e escrita que externaliza idéias na produção de textos. [TP 113]

(133) É preciso *viver* a L. Portuguesa. [TPGO 316]

(134) É interessante *notar* que este liberalismo possui duas faces: um disvincula-o do padrão preestabelecido pela gramática, o outro estabelece distância do fazer da norma culta ou do bom expressar-se pela escrita. [TPGO 318]

(135) É que a língua não é um fim em si mesma, logo, ela não é a mais importante disciplina vista na escola. *Considerar* isto, é, de fato, desconhecer a língua. [TPGO 319]

Duarte (2002) ainda acrescenta um outro fator na evolução de SE com infinitivos:

E o mais interessante é que o *se* nesses contextos se inseriu como *indeterminador* e vem passando a *apassivador* com a anuência dos “professores de português” em atuação na mídia. Observe-se o paradigma a seguir:

- (3) a. Para __ obter os resultados...
 b. Para **se obter** os resultados...
 c. Para **se obterem** os resultados...

Quanto a esse último fator, não encontrei no *corpus* nenhum exemplo desse tipo de concordância entre o verbo e o SN.

A gramática normativa apenas considera o SE como sujeito quando é sujeito de infinitivo e isso só em estruturas causativas (“Virgília deixou-**se cair**, no canapé, a rir”. Cunha & Cintra, 2001: 306). Entretanto, esse foi o único uso de SE sujeito que não foi encontrado no *corpus*.

Quanto ao uso de SE como sujeito de infinitivos após preposições, funcionando como complemento nominal, a norma-padrão não o admite. É o caso de expressões como “difícil de”, “duro de”, “capaz de”, entre outras. Analisa-se esse SE como inútil, um “trambolho”, já que o infinitivo já é impessoal e portanto indeterminado. Com relação aos verbos transitivos diretos, diz a norma que o infinitivo já possui, por si só, valor passivo, o que faz que “osso duro de roer” seja o mesmo que “osso duro de ser roído”. Em um e outro caso, o SE se tornaria desnecessário, fosse para indeterminar o sujeito, fosse para torná-lo “passivo”.

Entretanto, essa não é a conclusão a que chegamos, ao analisarmos os resultados da nossa pesquisa, que mostram o índice tão considerável (59 ocorrências no *corpus* de professores – maior que o índice de SE reflexivo) deste uso do SE. Pelo contrário, como diz Bagno (2004: 240):

De tudo isso se conclui que, longe de ser “nada, brisas, bulhufas, lhufas, nonada”, “desperdício de energia” ou “rococó inútil”, este SE tem função muitíssimo bem definida. Se não tivesse, não ocorreria com tão elevada frequência na língua portuguesa do Brasil em muitas de suas variedades, inclusive as [+cultas]. Afinal, como diz Pottier (*apud* Cunha & Cintra, 1985: 546, nota 1): “se existe um morfema em uma língua, ele está condicionado e, portanto, desempenha um papel na *estrutura* da língua”.

Como se vê, seja pelo ponto de vista de que o SE passivo nunca existiu, ou que ele se transformou em símbolo de indeterminação do sujeito, ou o próprio sujeito da oração, seja qual for o percurso que se trace para o uso do SE, vê-se que é consenso entre os pesquisadores que se dedicaram mais profundamente ao assunto que o SE no PB contemporâneo não pode ser passivo. É evidente que esse uso no PB de concordância entre verbo e o seu objeto semântico deve-se ao conhecimento da norma. Esse fato demonstra que estamos vivendo o percurso inverso ao esperado para a regulação lingüística. Não é a língua que orienta a norma, mas a norma que procura orientar os usos da língua. O uso das passivas sintéticas demonstra quão artificial é a norma-padrão e quão artificial ela quer tornar a língua, apegando-se a um uso que não faz parte da nossa língua verdadeira, cotidiana e construtora de identidades.

O uso do SE no PB está acontecendo de forma a desafiar os normativistas mais acirrados: estamos tirando o SE de onde ele teria de estar, segundo eles, e não fazendo concordância e estamos colocando o SE onde não poderíamos colocar, com os infinitivos.

A partir dessa pesquisa brevemente aqui realizada, pôde-se chegar ao seguinte percurso para o pronome SE:

(→ → → → reflexivo)

Reflexivo → passivo → indeterminado

→ desaparecimento em orações finitas

A mudança de indeterminado para “desaparecimento em orações finitas”, eu coloquei abaixo do restante porque não é uma mudança consolidada. Os usos com SE e sem SE co-ocorrem atualmente no PB, inclusive parecem estar em distribuição complementar com relação ao seu prestígio na fala e na escrita. Além disso, o SE não pode ser apagado com certos tipos de verbos e tempos verbais, como vimos.

Onde está escrito “indeterminado”, poderíamos incluir a possibilidade de ele próprio ser o sujeito ou a possibilidade de ele ser índice de indeterminação de um sujeito indeterminado não

realizado foneticamente ou da passagem por este primeiramente para aquele. Este uso indeterminado do SE co-ocorre contemporaneamente com o uso reflexivo (na representação encontra-se acima dos demais). Seja como for, o que se pode dizer com clareza é que, atualmente, a não ser pela coerção da gramática normativa, a passiva sintética simplesmente não existe no PB. Na língua materna dos falantes brasileiros, não se usa a passiva sintética. O que ainda hoje é classificado pelas gramáticas normativas como passivas sintéticas, na verdade, são orações na voz ativa, com sujeito de referência indeterminada.

Capítulo 5

Análise do corpus e metodologia

5.1 O corpus

Justifica-se a composição do *corpus* para esse trabalho a partir de textos de professores de língua portuguesa, quando se considera que o professor de português, além de estar na classe dos falantes chamados “cultos”, por ter concluído o ensino superior, é aquele que, teoricamente, teve um maior contato com essa norma-padrão. Além disso, são os professores de português os responsáveis pela transmissão às novas gerações da norma de concordância entre o suposto sujeito e o verbo nas chamadas passivas sintéticas, que já não existem mais na intuição dos falantes maternos do português brasileiro.

Neste capítulo, portanto, será feita a análise de dois *corpora*: um de textos de professores de língua portuguesa que atuam no Distrito Federal e no estado de Goiás e outro de estudantes de Letras da Universidade de Brasília. Os textos de professores foram elaborados especialmente para essa pesquisa, sem que fosse revelado, especificamente, seu objeto de estudo. Já os textos dos estudantes de Letras foram elaborados para avaliação da disciplina Sociolinguística do Português Brasileiro, uma das disciplinas de final do curso de Letras. Esse *corpus* faz parte de um projeto maior denominado IVEM (Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada), coordenado pelo professor Marcos Bagno, da Universidade de Brasília.

A análise do *corpus* foi predominantemente feita considerando todos os textos como um *corpus* só. O objetivo de comparar os usos de estudantes de Letras e os de professores seria ver se os anos de escolarização básica mais os anos na faculdade foram suficientes para garantir o uso da construção normativa com SE ou se esse uso ainda necessita de que os professores a tenham que ensinar para internalizá-la e usar em situações de monitoramento. Além disso, a faixa etária de estudantes de Letras é mais baixa que a dos professores.

Entretanto, a diferença mais expressiva nos dois *corpora* (de professores e de estudantes) é a diferença quanto à frequência de realização de SE. Veremos que o SE é mais usado entre os estudantes do que entre os professores.

Esse *corpus* é, pois, composto de textos que, na proposta dos três contínuos de Bortoni-Ricardo (2004: 51-70), estariam no pólo [+urbano], [+escrito] e [+monitorado]. Por interações monitoradas, utilizaremos a definição de Bortoni-Ricardo (2004: 62):

[são aquelas] previamente planejadas e que exigem muita atenção do falante [...] Nós nos engajamos em estilos monitorados quando a situação assim exige, seja porque nosso interlocutor é poderoso ou tem ascendência sobre nós, seja porque precisamos causar uma boa impressão ou ainda porque o assunto requer um tratamento muito cerimonioso.

Acredita-se que os professores tenham se monitorado no momento da escrita desses textos, já que estes foram produzidos para uma pesquisa de uma universidade federal, por ocasião da palestra de um renomado professor universitário (que, para eles, seria o provável leitor dos textos). Além disso, sempre que se fala em pesquisas sobre o ensino brasileiro, há um certo temor por parte dos professores de serem analisados quanto ao seu saber na sua área de atuação – temor decorrente de tantos e tantos trabalhos e artigos que denunciam a má formação de professores e criticam a prática de tais profissionais —, o que aumenta o grau de tensão por parte dos professores informantes. Além disso, o gênero textual utilizado, o argumentativo, também favorece o uso de uma linguagem mais monitorada e o uso da impessoalidade.

Quanto aos textos dos estudantes de Letras, o fato de terem sido realizados para uma avaliação em uma disciplina já nos mostra o grau de exigência de monitoramento.

Os textos de professores do Distrito Federal recebem a legenda de TP, os textos de professores do estado de Goiás recebem a sigla TPGO e os textos de estudantes de Letras são identificados por EL.

O *corpus* de TP é composto de 59 textos, totalizando 1.639 linhas de texto. O de TPGO é composto de 48 textos, totalizando 1.121 linhas de texto. O de EL compõe-se de 55 textos, totalizando 2.170 linhas de texto.

Foram encontradas ao todo 641 ocorrências de SE em todo o *corpus*, distribuídos na tabela 5.1 abaixo. Na 1ª coluna estão os usos de SE como “índice de indeterminação do sujeito”, para usar a distinção tradicional entre usos com verbos transitivos diretos e não transitivos. Na 2ª coluna estão os usos de SE como “partícula apassivadora”. Na terceira, como verbos nos gerúndio. Na quarta, com infinitivos e na 5ª estão os outros usos de SE: os reflexivos e pronominais, já que não foi encontrado nenhum uso de SE como “partícula de realce”:

TABELA 5.1 – Distribuição dos usos de SE (641) em todo o corpus

<i>Com verbos não transitivos diretos em orações finitas</i>				<i>Com verbos transitivos diretos em orações finitas</i>	<i>Com gerúndio</i>	<i>Se sujeitos de infinitivos</i>	<i>Outros usos (pronominal e reflexivo)</i>
<i>intransitivos</i>	<i>Transitivos indiretos</i>	<i>Passiva</i>	<i>De ligação</i>				
13	12	1	1				
27 (4,2%)				155 (24,2%)	3 (0,5%)	59 (9,2%)	397 (61,9%)

Vemos que os usos pronominal e reflexivo (ou seja, os que estão no pólo [+reflexivo] do contínuo de Bagno) de SE são os mais predominantes. Entretanto, em nossa pesquisa, focamos apenas o SE como sujeito indeterminado, que foram, ao todo 241 usos. Tampouco falaremos do SE usado com as formas no gerúndio, já que a sua frequência foi mínima e não contribuem para o enfoque principal deste trabalho. Eles estão listados entre os usos com verbos transitivos, embora não tenham entrado na contagem de tais verbos.

5.2 SE usado com verbos transitivos diretos - as “pseudopassivas sintéticas”

Nesta seção, serão analisados os casos em que o SE é utilizado junto a verbos transitivos diretos, o que a tradição gramatical chama de “passiva sintética”. Em construções como “aluga-se casas”, “casas” é analisado nas gramáticas normativas como sujeito da oração e com ele o verbo deveria concordar em número. Dividimos as ocorrências de SE com verbos transitivos diretos em:

5.2.1.1 Estruturas simples - com um único verbo - com suposto sujeito no singular

5.2.1.2 Estruturas perifrásticas - com mais de um verbo - com o suposto sujeito no singular

5.2.2.1 Estruturas simples com um único verbo, utilizado com o suposto sujeito no plural

5.2.2.2 Estruturas perifrásticas, com mais de um verbo, utilizados com o suposto sujeito no plural

A frequência de cada tipo de estrutura está representada na tabela 5.2 abaixo:

TABELA 5.2: SE sujeito indeterminado + verbos transitivos diretos (155)
Tipo de construção x Número do SN

Nº do SN	Estruturas com SN singular: 133 (85,8%)		Estruturas com SN plural : 22 (14,2 %)	
Tipo de estrutura	Simple	Perífrases	Simple	Perífrases
QTD	112	21	13	9
% com relação à quantidade de estruturas de acordo com o número do SN.	84,2%	15,8%	59%	41%
% com relação ao total	72,2%	13,6%	8,4%	5,8%

Também foi analisada a relação entre a posição do SN e o verbo no fenômeno da (não) concordância entre os tipos de estruturas com SE. O quadro geral do cruzamento destes três fatores encontra-se na tabela 5.3 abaixo:

TABELA 5.3: SE + verbos transitivos diretos (155)
Posição do argumento interno x Tipo de construção x Número do SN

Estruturas com SN singular: 133 (85,8%)				Estruturas com SN plural : 22 (14,2%)			
Simple		Perífrases		Simple		Perífrases	
Anteposto	Posposto	Anteposto	Posposto	Anteposto	Posposto	Anteposto	Posposto
31	81	3	18	2	11	1	8

O índice tão elevado de estruturas no singular com relação às estruturas no plural e das estruturas simples com relação às estruturas perifrásticas pode indicar que o SE é evitado em construções que podem implicar julgamento negativo por parte da prescrição, quanto à concordância nas estruturas “passivas” plurais e quanto à colocação do clítico em estruturas perifrásticas. A preferência pelo uso no singular deve-se ao fato de que não é possível descobrir se se buscou concordar o verbo com o suposto sujeito, já que, nesse caso, não há dúvidas por parte do falante de que a estrutura deva ser colocada no singular, mesmo segundo a norma prescrita. Além

disso, as estruturas perifrásticas envolvem um complexo raciocínio de como e quando flexionar o verbo segundo a norma prescrita, já que envolvem mais de um verbo. Supomos que o uso no plural na fala para locuções em tais construções deve ser quase inexistente no PB.

TABELA 5.4: SE + Verbos transitivos diretos (155) x Tipo de construção

Simples		Perífrases	
QTD	%	QTD	%
125	80,6	30	19,4

Além disso, vê-se que, em muitos casos, o complemento verbal é expresso por uma oração, o que leva o verbo ao singular. Em textos escritos, em que se busca um maior grau de monitoramento, expressões como “sabe-se”, “conclui-se”, “percebe-se”, “entende-se” são muito comuns para tornar o texto impessoal e esses verbos exigem complementos oracionais, ou seja, singulares. O uso de tais verbos, que pedem complementos oracionais, pode ter também favorecido a análise de SE como sujeito do verbo, a partir da cristalização da forma singular. Em nosso *corpus*, das 133 orações com SN singular, 31 (23,3%) envolviam sujeitos oracionais.

Portanto, a maior frequência de estruturas no singular pode sinalizar algo no sentido do que Bagno (2000: 227) chama de “estratégia de esquiva”: “O que se verifica, porém, é que os falantes parecem evitar o uso de SE indeterminador, preferindo em seu lugar outras estratégias de indeterminação” (Bagno, 2000: 204). Isso se daria pelo fato de os falantes escolarizados saberem que há uma regra com relação à concordância em estruturas de SE, mas não saberem exatamente como aplicá-la, o que faria com que se evitasse as construções no plural com SE indeterminador.

Outro fator interessante também é o uso do tempo verbal: apenas 3 verbos foram utilizados no pretérito perfeito. Todos os outros se encontravam no presente, o que mostra que, realmente o uso de SE como indeterminado também está, de certa forma, condicionado ao tempo [+genérico] em oposição ao tempo [+específico].

Em muitos casos, foi importante ressaltar a ineficácia da suposta co-relação entre a “pseudopassiva sintética” e a passiva analítica, como se “alugam-se casas” fosse equivalente a “casas são alugadas”. Essa substituição, se não criar enunciados ilógicos (que é o que acontece muitas vezes), cria, no mínimo, enunciados diferentes do contexto inicial, já que cada forma de se dizer alguma coisa é correspondente ao sentido que se quer atribuir ao enunciado e aos efeitos que se busca com ele:

Porque cada vez que um falante da língua escolhe dizer X e não Y, é porque nesta escolha existe um *intuito* bem definido, é uma opção que foi feita por algum motivo. Por isso é que a língua oferece tantos recursos de expressão diferentes, a começar pelo vocabulário, que está sempre crescendo. Na forma de organizar os elementos de uma frase também existem estas opções, mas isso não quer dizer que sejam “maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”... (Bagno, 1999: 135)

Novamente se pode fazer aqui paralelo entre tal concepção e a proposta funcionalista, no sentido de que esta se fundamenta na relação unidirecional *função >forma*, relação em que alteração de configuração implica alteração de conteúdo, em que dizer de outra maneira passa a significar de outra maneira (Oliveira e Coelho *in* Cunha, Oliveira e Martelotta, 2003: 93)

Por isso, questionei em alguns casos o fato de se ter escolhido usar o SE ao invés da passiva e vice-versa, se ambas seriam equivalentes. O que se nota é que a escolha terá relação com o que se quer tematizar: a ação ou o paciente da ação verbal. Nesse ponto, outro aspecto observado foi a ordem dos constituintes na oração, buscando-se perceber a intenção do autor do texto em tematizar um ou outro elemento. A ordem, sem dúvida, é o principal fator a ser observado na análise do SE. Encontra-se sublinhado o elemento que a tradição normativa chamaria de sujeito, mas que é o objeto do verbo. Nas estruturas que compreendem oração clivada, do tipo “o que (...) é (...)”, embora semanticamente o suposto sujeito seja o elemento posposto ao verbo, eu grifei o pronome O, já que o verbo concorda com ele:

(136) O que **se observa** é que as variedades dialetais das classes menos prestigiadas política e economicamente, sofrem uma estigmatização. [EL 254] [*Semanticamente, o suposto sujeito é “as variedades dialetais”*]

Com relação a alguns tipos de estruturas, foi necessário listar as “estruturas ambíguas”, aquelas que parecem se encontrar no meio do contínuo proposto por Bagno, sendo muito difícil dar uma interpretação [+reflexiva] ou [+indeterminada], por causa da ordem escolhida, da flexão verbal e da natureza semântica do verbo. À frente de cada estrutura, coloquei a interpretação que considero a mais adequada.

5.2.1 Verbos utilizados com suposto sujeito no singular

5.2.1.1 Estruturas simples

(137) Achava importante o total conhecimento sobre a imposição da língua lusitana no Brasil, as relações de poder que foram estabelecidas e como **se domina um povo** pela língua. [TP 108] [*Prestemos atenção ao uso da passiva analítica em “foram estabelecidas” e logo depois o uso da estrutura “se domina um povo”, chamada também de passiva. Por que será que o falante usou um tipo de passiva e depois um “outro tipo de passiva”? A escolha do falante mostra que as estruturas cumprem funções diferentes. Uma, passiva, que tematiza “relações de poder” e a outra, ativa, que enfatiza o processo de “dominar”.]*

(138) Aos poucos, mostrei a eles que o texto do autor era totalmente coerente com o grau de escolaridade dele e a circunstância que **se apresentou** a ele. [TP 108] [*Aqui considere que alguém tenha apresentado a circunstância a ele, que, no caso, foi a proposta de escrita de um texto, embora eu reconheça que haja, sim, a possibilidade de se interpretar essa construção como pronominal: a circunstância que apareceu a ele, sem uma aparente provocação por parte de um agente.*]

(139) Embainhada e costurada por intuição pura e latente, intuição que internalizada, viaja do menor ao maior, do inculto, ao inculto, passando do norte ao sul do país; que passa por culturas das mais variadas e indo do Oiapoque ao Chuí, mas que funciona, se faz entender e **entende-se**, mesmo sem conhecer as normas ditas, padrão. [TP 109]

(140) É possível que o que esteja acontecendo seja uma interpretação errônea das teorias de variação lingüística, pois a impressão que se tem é que a maioria dos professores perderam a noção do que sejam diferenças lingüísticas e transgressões à norma culta em geral [TP 110]

(141) Atualmente **atribui-se o valor devido** a língua materna e a língua de prestígio, pois sabemos que a linguagem utilizada pelos grandes literários não se deve deixar de ser ensinada. [TP 112]

(142) Ao se avaliar a maneira de falar de um indivíduo, **avalia-se a sua própria identidade**. [EL 201]

(143) Ao se afirmar que “fulaninho não sabe falar” **deprecia-se a própria identidade desse indivíduo, nega-se o valor de sua cultura específica**. Julgar negativamente a fala de alguém é uma maneira sutil de se discriminar aspectos estruturadores de sua identidade. [EL 201]

(144) Cientificamente não há erro lingüístico tal como **se classifica** nas gramáticas [EL 202]

(145) As gramáticas normativas surgem como difusores desse, como **se define**, preconceito lingüístico. [EL 210]

(146) No primeiro caso, **confunde-se** a norma culta com a padrão, associando que a fala da elite deve ser o modelo na língua a ser imitado. [EL 216]

(147) Em toda comunidade lingüística heterogênea **verifica-se** a presença de variação na linguagem. [EL 219]

(148) Quando **se afirma** que uma determinada variedade é a língua padrão enquanto as demais (variedades) estão relegadas ao status de dialeto, estamos colocando juízos de valor sobre seus respectivos falantes e não sobre a variedade falada por ele. Lingüisticamente, ou seja analisando apenas os, dados lingüísticos jamais podem afirmar que uma determinada variedade lingüística é superior a outra. [EL 219]

(149) **Difundiu-se** o conceito (ou melhor a classe dominante espalhou proposadamente) o conceito de norma culta na sociedade. O termo é totalmente preconceituoso e não tem nenhum fundamento lingüístico. [EL 219] *[Veja-se bem o fato de ele/a ter realizado a construção com sujeito indeterminado e depois ter enfatizado quem é o verdadeiro agente, “a classe dominante”, como se ele/a tivesse mudado de idéia quanto a revelar quem era o agente. Isso também mostra o fato que, realmente a estrutura “difundiu-se” é ativa.]*

(150) (...) há uma impossibilidade de criar este padrão dialetico e o que **se nota** é uma valorização temporária de algumas variações, com é no nosso caso do falar caipira [EL 221]

(151) **Associa-se**, geralmente, norma culta ao padrão regido pelas gramáticas normativas. Entretanto, esconde dois conceitos bem distintos: [EL 229]

(152) Conseqüentemente, a classe privilegiada, normalmente culta, torna padrão um uso não consagrado pela gramática normativa, independente da regra **torna-se** o padrão culto, obviamente, **espalha-se** a nova regra aos demais segmentos que a tornam de uso comum. [EL 229]

(153) Essas afirmações ratificam o que é dito por outros sociolingüistas, **julga-se** o falante, não a fala. [EL 230]

(154) Bortoni-Ricardo, ao destacar “competência comunicativa”, está ampliando o papel da escola, visto que **se busca** muito mais que o conhecimento da língua, **busca-se** a competência comunicativa. [EL 230]

(155) Destarte, **possibilita-se** a interação lingüística sem estigmas ou preconceitos, pois os falantes se ajustarão às situações, não ficando, desta maneira, ninguém com posição de supremacia com relação a outrem. [EL 230]

(156) Ensinar, significa algo mais restrito, ou seja, **ensina-se** algo para que a pessoa aprenda, [EL 231]

(157) No texto (a), Alkimim, ou melhor Alkmim faz referência ao uso que **se faz** da língua como instrumento de “controle” social, [EL 234]

(158) Por outro lado **acredita-se** que norma culta é aquela utilizada pelos falantes que atingiram um nível de escolarização mais elevado [EL 234]

(159) O problema se resolveria **dando-se** à gramática normativa a definição de variedade padrão [EL 235]

(160) Há também o confronto social, pois existe o preconceito lingüístico no âmbito regional, **criou-se o estigma** que pessoas que residem no sul falam mais corretamente do que pessoas nortistas ou nordestinas, e estas seriam influenciadas pelo falar sulista (forças centrípetas). [EL 236]

(161) Aos ricos e instruídos, é abonada a falta que, por ventura, **cometa-se** com a língua. [EL 237]

(162) Ao tomarmos os conceitos de “certo” e “errado”, geralmente o associamos às variantes prestigiadas e desprestigiadas da língua. Dessa forma, **dá-se espaço** ao preconceito lingüístico, em que pessoas que se auto-intitulam doutores da língua [EL 238]

(163) No entanto, esse julgamento da fala não se dá de maneira igual para todos, pois que o que se julga não é propriamente a fala, mas quem a produz. [EL 238]

(164) O que se observa dessa forma que as avaliações negativas ou positivas dadas às variantes lingüísticas não são julgamentos da fala, [EL 238]

(165) Ou seja, é “inaceitável” a utilização das formas “pranta” ou “Craúdia” (fenômeno conhecido como rotacismo), mas já **se tolera**, ou melhor, **aceita-se o emprego do pronome reto** como objeto na sentença (ex.: eu conheço ele). [EL 242]

(166) Considerando língua materna aquela que **se aprende** naturalmente no seio familiar e na comunidade na qual estabelecemos nossas primeiras relações sociais, entendemos que todo falante é lingüisticamente competente em língua materna, [EL 242]

(167) Contudo, essa realidade tem uma significância ainda mais perversa, quando **se nota** que esse “estigma” diz respeito à pessoa devido à sua condição social. Como a maioria da população de baixa renda é estigmatizada, a sua língua também é. [EL 243]

(168) Não **se julga a fala** como errada ou estigmatizada, mas **se julga**, portanto, o próprio falante e toda sua bagagem socioeconômica na qual está inserido. [EL 243]

(169) **Percebe-se** que há um abismo que separa a norma dita “cultura” e o português e suas variedades vistas no dia-a-dia no Brasil. [EL 243]

(170) **Observa-se** então que esse abismo se torna maior ainda quando os exemplos nas gramáticas são extremamente tendenciosos. [EL 243]

(171) Na imprensa também **se percebe** essa ambiguidade. [EL 243]

(172) Como **se vê**, portanto, são duas realidades completamente opostas (ambigüidade) o que a norma dita “cultura” nos propõe. [EL 243]

(173) Mesmo porque para que **se defina** uma língua padrão temos que fazer uma escolha e conforme Bagno uma escolha é uma natural exclusão. [EL 245]

(174) Na norma culta, norma padrão seguidas pelas gramáticas pelos professores de português, conforme os gramáticos que a escreveram, **se expressa** o padrão existente na fonologia, sintaxe, morfosintaxe, e vernáculos das palavras e formas de falar dentro de um padrão aceito como “certo” de escrever e falar. [EL 248]

(175) Essas citações retomam a questão do preconceito que na realidade não é linguístico, mas sim social, ou seja, **tem-se** o preconceito social travestido de preconceito linguístico. [EL 250]

(176) Logo, **tem-se** que o falante é julgado não pelo que fala mas pelo lugar em que ocupa na sociedade; se aquele ocupa um lugar de prestígio será julgado prestigiosamente, caso contrário será estigmatizado. [EL 250]

(177) Assim, quando **se faz** um julgamento a respeito do uso de uma determinada forma da língua, julga-se, na verdade, o seu falante e o contexto social em que está inserido. [EL 251]

(178) Um outro problema verificado pelo autor no termo “norma culta” refere-se ao adjetivo “cultura”. Ora, se culto é o que pertence a uma cultura, **pressupõe-se**, então, que os outros usos da língua não pertencem a uma cultura. [EL 251]

(179) **Espera-se** da Língua portuguesa uma Língua pura sem as “anomalías” que estragam o idioma que são as variantes da norma padrão. [EL 253]

(180) Ao fazerem referência ao fenômeno da dupla camada para explicar a mudança linguística, os autores explicam que na escola o aluno aprende que a Língua deve ser baseada na gramática normativa (através de conceitos e regras a serem seguidas) o que se chama de força centrípeta, e em casa ou na rua esses mesmos alunos são bombardeados por uma Língua oral que, na maioria das vezes, não se enquadra na normatização das gramáticas que são as forças centrífugas. [EL 253]

(181) O que **se observa** é que as variedades dialetais das classes menos prestigiadas política e economicamente, sofrem uma estigmatização. [EL 254]

(182) Isso fica claro, quando **se observa** que os “erros” cometidos pelos membros mais escolarizados, como o uso do pronome reto na terceira pessoa, como objeto direto, já é considerado hoje normal. [EL 254]

(183) E propõe que, **se ampliando** a competência comunicativa dos alunos, a língua seja um instrumento amplo, rico e múltiplo para a educação em geral, [EL 254]

(184) Entretanto, na passagem do Latim ao Português esse fenômeno foi era comum; **tem-se prata** do latim plata, por exemplo, entre outras. O próprio Luís de Camões, em os Lusíadas, utiliza diversas palavras escritas hoje com l, mas que em português arcaico eram com r e nem por isso ele foi tachado de ignorante. E como todos falamos português, seríamos também ignorantes. [EL 256]

(185) Ao julgar esse cidadão, **julga-se** não o rotacismo ou qualquer outro fenômeno lingüístico, e sim a pessoa em seu contexto social; [EL 256]

(186) Para desfazer essa ambiguidade o autor sugere que para norma culta com idéia de normativo **use-se norma padrão**, e com o sentido de normal **utilize-se variedades padrão**. [EL 256] *[aqui eu considerarei “variedades padrão” como um termo, por isso não coloquei na lista de construções com suposto sujeito no plural]*

(187) Na verdade, quando **avalia-se uma determinada variedade lingüística**, de fato, **julga-se o seu falante**, não como tal, mas sim como membro de determinada camada social desprestigiada. [EL 259]

(188) Porém, é na escola que **se ensina a língua padrão** e todos os conceitos e usos que a criança já fazia e trazia da língua começam a ser distorcidos pela obsessão do ensino da norma. [EL 260]

(189) Bortoni-Ricardo não utilizou o título “ensino de língua materna” porque não **se ensina língua materna**. Como? [EL 260]

(190) Bortoni-Ricardo tenta mostrar que a competência está relacionada ao conhecimento que **se tem** da língua, enquanto a comunicação está associado ao uso que **se faz** dela, ou seja, “ensinar” língua materna significa ensinar a fazer um uso proeficiente, seja no âmbito oral ou escrito. [EL 260]

(191) Língua não **se ensina**, língua se fala. aprende-se padrão e norma. Por esta razão Bortoni-Ricardo propõe uma “educação em lingua materna”, valorizando as variedades dos alunos, respeitando-as e conscientizando os professores de que a língua não se encerra numa gramática normativa. [EL 260]

(192) Ao depreciá-lo, o argumento era de que alguém que não sabia falar bem e nem tinha escolaridade poderia governar. **Nota-se** desse fato que Lula sofria preconceito social, seu jeito de falar só se avolumava como errado por sua falta de uma condição social privilegiada e não ser ele possuidor de diploma de nível superior. [EL 261]

(193) Não caberia, então, o uso da palavra ensino, pois não **se ensina o que já se sabe**. [EL 261]

(194) Há uma grande polêmica na forma metodológica do ensino de língua portuguesa. **Entende-se que a necessidade de uma transformação nos parâmetros de ensino da língua**, haja vista a mesma seja algo em constante evolução e que por isso mesmo, não pode estar atrelado ao uso de normas que cerceiam sua evolução. A língua estabelece-se como parâmetro ideológico. [TPGO 318]

(195) Se a grande polêmica está na adoção de duas práticas de ensino e levando em consideração que o momento requer estas práticas diferenciadas e que as mesmas procuram não mais reverenciarem a velha gramática normativa, vê-se um grande liberalismo no ensino da língua [TPGO 318]

(196) Sabe-se que a língua no Brasil possuem uma grande dimensão que envolve todos os (de) que dela fazem uso, principalmente os que a estudam. Desde o início da descoberta das terras brasileira, a língua torna-se desafiadora, uma vez que se interage com grupos diferentes ao usuário lingüístico, [TPGO 320]

(197) Ele não deve ter tido acesso às gramáticas para estudar o uso da norma culta, o seu convívio social-familiar não faz uso dessa norma que **se aprende** ouvindo no dia-a-dia. [TPGO 322]

(198) Discordo de professores que acham que norma culta não **se aprende** estudando gramática. Sou fascinada por um Português sem desvios (erros) e procuro falar a norma culta no convívio social, e para isso, busco a gramática como fonte de pesquisas e tenho melhorado a forma de expressar. [TPGO 322]

(199) “(...) Os professores de português. (...) o aluno que não aprende português (...) muito exercício para aprendê-la (...)”. Estas idéias levam a concluir que só **se aprende a língua materna** na escola. Como explicar a linguagem de uma criança em torno de dois anos e que não foi à escola? **Conclui-se** que tais idéias são errôneas pois todo nativo sabe falar sua língua materna, no caso do Brasil o português. [TPGO 325]

(200) O ensino de língua materna no Brasil é algo questionado e que causa uma certa inquietação em alguns professores que querem de alguma forma mudar essa visão de achar que **se aprende** uma língua determinada pro uma elite como padrão, [TPGO 327]

(201) **Conclui-se** para que haja um ensino de língua no Brasil, e esse entendido como o saber usar várias formas lingüísticas para que o cidadão não se vê diante de uma situação a qual não consegue se sobressair é preciso que haja respeito e a própria sociedade assumir e admitir variantes lingüísticas. [TPGO 327]

(202) Seria necessário mais investimento do governo em pesquisas e cursos de aprimoramento dos professores, para que a Disciplina de Língua Portuguesa seja uma “serviçal” da escola, na análise e reflexão do que se ensina: a linguagem. [TPGO 328]

(203) **Se enfatiza** muito que não se deve mais agir como agia. Mas então o que fazer? Quem diz ao professor que ele não deve comportar de determinada maneira, deve dizer como ele deve comportar? [TPGO 329] *[Note-se o uso do pronome oblíquo SE - cada vez mais sujeito- iniciando a oração, uso não-normativo no que se refere à colocação pronominal.]*

(204) Que norma padrão é essa, de uma língua que não **se usa**? [TPGO 330]

(205) **Percebe-se** que são muitos os preconceitos sobre a fala e a escrita daqueles que as vezes não se encontram com as normas gramaticais ainda valorizadas e defendidas nas gramáticas. [TPGO 331]

(206) Desde modo seria possível a mudança de consciência da sociedade quanto a importância real e a aplicabilidade da língua portuguesa, caíndo por terra os mitos pregados e defendidos por aqueles que ainda insistem em valorizar o desnecessário e o que não **se usa** mais. [TPGO 331]

(207) Diante de uma trajetória de graduação e pós-graduação, nos deparamos com as complexidade do ensino de língua materna nas escolas, a qual, não **se adquirir** em escola. [TPGO 332]

(208) Ainda **se ensina gramática** e ainda não prepara o aluno (jovem ou não) para a vida. [TPGO 335]

(209) Conhecendo a “boa educação” um jovem será mais bem recebido em um emprego, festa e até em um namoro. Uma pessoa de meia idade ou como **se diz**: “a boa idade” começa ver o seu mundo muito além do seu mundo. [TPGO 335] *[Notemos que essa expressão “se diz”, no singular, é uma expressão cristalizada. É muito rara a ocorrência de construções como “se dizem muitas coisas”, por exemplo.]*

(210) Mas não pense que o problema é tipicamente brasileiro, **sabe se que há países quase que inteiramente analfabetos** e que o governo não dá a mínima importância a isso... Vamos mudar isso com novos pensamento e novas idéias de transformação. [TPGO 335]

(211) A preocupação diária que **percebe-se** em todos os grupos sociais é se estão conseguindo se fazer entender, ou melhor dizendo, se estão se comunicando. [TPGO 336]

(212) Em nossas escolas **percebe-se que existe um grave e enorme problema no ensino da disciplina “Língua Portuguesa”**, e o que é pior é que mesmo conhecendo tal problema não **se faz quase nada** (ou nada) para saná-lo. [TPGO 336]

(213) A escola em si é um ambiente propício ao ensino, mas ainda não **se sabe** realmente o porquê de se ensinar o português que na maioria da vezes não é o português usado pela grande maioria. [TPGO 336]

(214) O desafio aqui é como e para que ensinar o que já é nato sem, de certa forma, podar a imaginação e ao mesmo tempo colocar limites à forma do que **se pensa, lê e escreve**. [TPGO 336]

(215) Não precisa ir muito longe para analisar qual é a validade de não usar a língua padrão culta, basta ler o texto 1 de Evanildo Bechara, no qual o autor usa e abusa de uma linguagem rebuscada que causa ao leitor um certo constrangimento visto ter que ler reler e até “traduzir” o que foi pretendido pelo autor. **Sabe-se que o mesmo é altamente contra a padronização de uma outra linguagem** só pela maneira que se expressa. [TPGO 336]

(216) Como professor é, e sempre será, necessário que **se perceba o valor de uma aula de português e que esse valor vai além da sistematização da gramática em si**. [TPGO 336] *[Esse suposto sujeito é composto, além de ser composto por uma oração, ele ainda engloba “o valor de uma aula de português”, será que ele deveria estar no plural?]*

(217) **Nota-se um real despreparo** do professor de Língua Portuguesa, inclusive na graduação. [TPGO 337]

(218) Ela se destina aos professores em geral, pois são formadores também do caráter, é um exercício de cidadania e deveria ser eficaz, o que não acontece, porque é difícil, é complexo. Então, **cria-se o mito** dessa complexidade, contribuindo para ampliar as dificuldades lingüísticas. [TPGO 337]

(219) Para que então estudar algo que já conhecem e praticam? Tem sido essa **um dos questionamentos frequentes que se escuta** nas escolas, principalmente no Ensino Médio. [TP 402] *[Segundo pesquisa de Marta Scherre (2005: 60), construções desse tipo - núcleo do sujeito percentual ou fracionário menor que dois, acompanhado de adjunto no plural – favorece a que o verbo concorde com o adjunto plural, numa concordância por atração ao que está mais próximo. Entretanto, nem essa tendência teria sido capaz de induzir o informante ao “erro” e fazê-lo colocar o verbo no plural. Isso poderia ser explicado por estar o sujeito SE - 3ª pessoa do singular - tão próximo ao verbo e controlando a concordância. É evidente que a quantidade dos dados não nos permite assegurar que, se o emissor interpretasse essa construção como passiva e “um dos questionamentos freqüentes” como sujeito, ele colocaria o verbo no plural.]*

(220) Ler e escrever é preciso ter motivação, estimulação e diversidade de assunto. Enfim só se escreve sobre **o que se conhece**, só **se lê** com prazer **o que é de seu interesse**. [TP 405] *[É interessante notar a ocorrência do “seu”, pronome possessivo de terceira pessoa, sem um antecedente claramente expresso, o que nos leva à conclusão de que o seu antecedente nada mais é do que o próprio SE, que se comporta como um pronome indefinido de terceira pessoa e exerce a função de sujeito da oração.]*

(221) Devemos lutar por coisas muito mais sérias, como a educação que é um direito de todos e uma escola solidária que favoreça o crescimento do “ser” como um todo, uma pessoa que seja capaz de se fazer compreender e que compreenda o outro, para que assim **se construa uma sociedade** mais justa e menos demagógica. [TP 407]

(222) Não **se pretende o caos**, a linguística apenas luta pelo seu lugar e principalmente por respeito não só à língua como a seus falantes, independentemente de sua classe, origem ou raça. [TP 410]

(223) Baseado nas informações contidas em dois textos, **sabe-se que a língua materna é bem complexa** e aí que dá a dificuldade da mesma. [TP 418]

(224) **Conclui-se que a língua materna no Brasil ainda é fonte de pesquisa inesgotável para gramáticos e lingüistas**. [TP 418]

(225) Desse modo, em vez de se refletir sobre os fenômenos e mudanças pelas quais passa a língua, **ensina-se uma série de nomenclaturas** e regras que não farão sentido para o aluno, [TP 419]

(226) Devido à propagação e aceitabilidade de tais mitos, podemos compreender o porquê do fracasso do ensino de língua na escola, pois **confunde-se estudar a língua** com estudar gramática, **confunde-se saber regras** com saber língua materna. [TP 419]

(227) Assim, teremos no futuro, talvez bem próximo pessoas que se comunicam sem medo de ser mal interpretado e pessoas que não se preocupam tanto com a forma de se falar, mas com a essência do que **se fala**. [TP 423]

(228) **Constata-se** então, que é uma necessidade informar e formar adequadamente os professores para trabalharem de forma eficaz e com êxito, a Língua Materna quanto um processo evolutivo, sabendo ensinar a língua padrão, sem, em hipótese alguma, desvalorizar e deixar de reconhecer a importância da linguagem coloquial, pois esta é totalmente capaz de estabelecer comunicação e interação entre os falantes de um mesmo idioma. [TP 431]

(229) A transformação que **se almeja** na educação e no ensino da língua portuguesa só ocorrerá se antes transformarmos nosso pensamento e prática pedagógica e de avaliação, porém, para que isto aconteça, precisamos aprofundar nosso conhecimento teórico sobre o tema e lutar pelo direito de se falar ou escrever sem o medo de ser taxado de burro ou incompetente. [TP 432]

(230) Hoje o que **se vê** e aluno que está no terceiro ano do 2º grau e não tem base da 6ª série. [TP 446]

(231) [...] observando os textos que se usam p/ ensinar uma criança a ler e a escrever **percebe-se** algo absurdo e fora da realidade do aluno. [TP 447] *[Nesse caso, a inversão da ordem resultaria em uma construção agramatical, por ter interpretação [+ reflexiva]: “algo se percebe absurdo e fora da realidade do aluno”. Esse é um caso que ilustra a importância da ordem na determinação do papel do SE e na provável reanálise de SE apassivador para sujeito indeterminado.]*

(232) Atualmente, vivemos situações diferenciadas no que se refere às séries de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e 2º grau. A cada ano sempre estão surgindo normas em relação ao ensino da língua e, no entanto, **percebe-se** que questões básicas ainda são temas de grandes dificuldades, como é o caso da leitura, interpretação e escrita. Quero ressaltar que, cada etapa de escolaridade tem um objetivo específico em relação ao ensino da língua portuguesa e que essas etapas devem estar interligadas. [TP 472]

(233) Vivemos um paradigma linguístico onde **convencionou-se** achar que o Português correto é aquele que é ensinado na escola, adotado pela Academia Brasileira de Letras, requerido nos exames vestibulares (Pobres vestibulares!). [TP 476]

(234) Mas enquanto **se vence** mais esse desafio, a melhor frase para se fechar esse texto é, parafraseando Caetano Veloso, Língua Portuguesa, lhe amo! [TPGO 460]

(235) [...] é impedir que a grossas camadas da população brasileira tenham acesso à mais poderosa arma de dominação social, **excetuando-se** o dinheiro. [TPGO 461] *[Vemos aqui que o sentido é “que alguém excetue o dinheiro” e não “que o dinheiro seja excetuado”.]*

(236) A cultura, já discriminatória, de que por estarmos num país de 3º mundo, faz com que essa prática seja ignorada e não dada o valor devido. Não **se valoriza a educação**, como processo de formativo integral do educando, [TPGO 464]

5.2.1.1. 1 Estruturas ambíguas

(237) (...)por oposição podemos dizer que norma é algo abstrato que **se materializou** em um documento escrito. Do outro lado quando falamos em culto (a) nos vem a cabeça o conceito de cultura. [EL 219] [+*reflexivo*]

(238) Ao preconceito social em relação às classes menos prestigiadas, **agrega-se um preconceito** de ordem lingüística, que julga a maneira de falar das pessoas a partir de critérios inconsistentes, como “feio ou bonito”. [EL 204] [+ *indeterminado*]

(239) O problema se resolveria dando-se à gramática normativa a definição de variedade padrão[EL 235] [+*reflexivo*]

(240) Por esta razão Bortoni-Ricardo propõe uma “educação em lingua materna”, valorizando as variedades dos alunos, respeitando-as e conscientizando os professores de que a língua não se encerra numa gramática normativa. [EL 260] [+*reflexivo*]

5.2.1.2 Estruturas perifrásticas

(241) Ao contrário do que o Evanildo Bechara afirma no texto 1, esse tipo de atividade dá maior significado aos alunos do porquê **se deve aprender a norma culta**. [TP 108]

(242) Que é preciso gosto, vontade e muito exercício para aprendê-la e ensiná-la” como diz Felinto também é importante. O que se tem que discutir é como fazê-lo [TP 108]

(243) **Pode-se afirmar** com isso que a “dupla camada” a que se refere Jean Cutchison é força inerente às próprias línguas e as de cunho ideológico na tentativa de mantê-la pura. [EL 205]

(244) Ele causa insegurança nas pessoas e um alto grau de baixa auto-estima, principalmente aqui no Brasil (pais subdesenvolvido, “ex-colônia”), onde **se costuma valorizar o** que vem de fora, ou seja, o que é nacional não presta. [EL 206]

(245) Por essa razão e pelo fato de que, logicamente, somente **se pode ensinar** a alguém aquilo que ele desconhece [EL 208]

(246) Ao julgar “certo” ou “errado” o modo de falar, não **se está julgando a fala**, mas sim o falante (a que grupo pertence, qual é o nível de escolaridade). [EL 211]

(247) **Pode-se concluir** que avaliações negativas (erros) e avaliações positivas (certas) têm relações com o poder social exercido pelo falante, [EL 213]

(248) Para tentar dirimir este “imbroglio”. Bagno propõe que **se passe a usar a expressão “norma padrão”** [EL 246]

(249) A expressão “ensino de língua materna” denota que **vai se ensinar** ao falante de língua materna a sua própria língua, ou seja, **vai se ensinar português** ao falante de português, daí a crença de que o brasileiro não sabe falar português. [EL 249]

(250) A autora pede cuidado para a educação que seria não a imposição de regras como supõe o termo ensino, o idioma não deve ser ensinado e sim avaliado através da educação. Assim, **deve-se ajudar o aluno** a compreender a competência comunicativa e suas variações e não impor regras gramáticas que só fomentam o preconceito lingüístico. [EL 253]

(251) Bortoni-Ricardo compreende que não **se pode ensinar aquilo** que já é de pleno domínio do falante: a língua materna. [EL 254]

(252) A noção de “erro” é relativa, e não absoluta, assim **poder-se-ia dizer que existem erros mais errados que outros.** [EL 256] [*mesóclise!*]

(253) Mas, se ele não fizer nada disso, e souber somente se comunicar oralmente, como **se pode dizer que ele não sabe Português?** [TP 322]

(254) Por considerar o ensino de regras gramaticais inútil **passou-se a aceitar qualquer tentativa de escrita do aluno** por ele ter conseguido se expressar. [TPGO 329]

(255) Nessa enumeração de dificuldades, **pode-se estabelecer** também, “esse ensino totalmente desconectado da realidade, não tendo nada que incentive esse aluno. O ensino de gramática é “jogado” de forma solta e aleatório, e o aluno que se “vire”, para aprender. [TPGO 330]

(256) Passando pelas idéias que circulam pela sociedade e principalmente pela parte intelectualizada dessa sociedade, **pode-se verificar que há uma grande defesa pela vigência da norma,** [TP 410]

(257) O que **se pode constatar** é que o “ensino da Língua Portuguesa” deveria se chamar (como sugestão) “práticas e usos da Língua Portuguesa”. [TP 425]

(258) [...] as formalidades de uma escrita culta e com potenciais de comunicação formada em normalidade, têm de certa forma “engessado” uma pequena parcela da sociedade dita; **pode-se observar que a potencialidade de expressão** seja escrita ou falada, numa dimensão culta, limita-se aos indivíduos que fazem parte da nação acadêmica. [TP 446]

(259) Mas por que na escola e fora dela não **se tem conseguido colocar em prática a norma dita padrão do Português?** [TP 476]

5.2.1.2.1 Estrutura ambígua

(260) O professor comprometido realmente tem como objetivo desenvolver nos seus alunos a capacidade de ler textos e produzi-los, orais e escritos, nas diversas situações em que a língua se apresenta. Para isso não pode ficar preso ao livro didático, deve tornar as aulas mais reais para os estudantes. Os professores não ensinam uma nova língua, os alunos já são falantes dela, eles aprenderão uma outra modalidade que **deve se apresentar** para ele como útil e não como uma segunda língua. [TPGO 338] [A ordem dos termos dá a possibilidade de interpretação [+reflexiva] para esse SE. Entretanto, considere que o que se quer enfatizar é que os professores vão apresentar essa “modalidade de língua” de forma “útil e não como uma segunda língua”, por isso, [+ indeterminada].]

5.2.2 Verbos utilizados com suposto sujeito no plural

Busquei nesta seção analisar os usos de verbos transitivos diretos com SE e sua relação com os seus supostos sujeitos no plural, observando especialmente se houve ou não concordância entre eles. Foram encontradas no *corpus* de textos de professores apenas 8 ocorrências ao todo, o que confirma a hipótese de que esse tipo de construção é evitada pelo falante. Destas, 1 apresenta o verbo em uma forma não-conjugada — gerúndio — o que torna inviável dizer se houve ou não concordância entre o suposto sujeito e o verbo. Das 7 restantes, 5 (71%) se apresentaram sem a concordância exigida pela norma gramatical. Quanto aos textos de estudantes, eles realizaram quase o dobro de estruturas de SE+VTD+SN plural (15), com 13 sem a concordância exigida pela norma gramatical (86,6%). Isso mostra que nem o fato de ter que ensinar essa regra nas escolas garante aos professores que eles realizem a construção normativa. Vejamos a tabela 5.5 abaixo, com a distribuição das estruturas SE +VTD+SN plural:

TABELA 5. 5: SE + Verbos transitivos diretos + SN no plural (22)

Concordância [mais padrão]	%	Concordância [menos padrão]	%
4	18,2	18	81,8

Abaixo estão listadas as estruturas com SN plural divididas em dois blocos: as de estruturas simples e as de perífrases:

5.2.2.1 Estruturas simples

(261) Acreditamos na liberdade de expressão e na democratização da língua, num sentido amplo, **respeitando-se** os dialetos regionais de uma língua plural. [TP 109] [*O verbo está numa forma não-conjugada — gerúndio — o que torna inviável dizer se houve ou não concordância entre o suposto sujeito e o verbo.*]

(262) Vivemos em uma época em que não **SE TOLERA** (publicamente) PRECONCEITOS RACIAIS, de gêneros, econômicos, sexuais ..., [EL 206]

(263) Em resumo, julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social”. **TOME-SE**, por exemplo, AS PESSOAS ORIUNDAS de regiões mais pobres do país, como o Nordeste.[EL 235] [*Observe-se como ficaria estranha a oração “equivalente” passiva: “Sejam tomadas, por exemplo, as pessoas oriundas de regiões mais pobres do país.”*]

(264) Por outro lado, **TEM-SE** FALANTES MORADORES DE CENTROS URBANOS, com nível de escolaridade superior, classificados, portanto, de cultos mas que na sua forma de falar (e mesmo de escrever, em alguns gêneros), não se atêm as definições da gramática normativa. [EL 235]

[*Esse caso também é um pouco complexo por dois fatores: primeiro, envolve uma estrutura existencial, já que não há alguém na relação de posse com “falantes” e impessoal - embora haja uma estrutura semelhante na 1ª pessoa do plural, “temos”. Temos um caso em que não se quer nem uma estrutura passiva, nem focalizar um agente indeterminado, nem reflexivo, simplesmente uma estrutura impessoal, indeterminada - para qual já se usa o SE. Segundo, esse verbo só tem um sinal gráfico, o acento, para distinguir o número na terceira pessoa, já que fonologicamente as duas formas são iguais.*]

(265) No entanto, **VERIFICA-SE** no meio social DUAS VARIAÇÕES DE LÍNGUA que comumente são rotuladas como norma culta. A primeira refere-se ao padrão da língua adotado pelas gramáticas, [EL 238]

(266) TODOS OS USOS CORRENTES que **SE FAZ** na língua. [EL 246]

(267) Bagno sugere, então, que **SE UTILIZE OS TERMOS** “VARIEDADES PRESTIGIADAS” OU “VARIEDADES DE PRESTÍGIO”. [EL 251]

(268) Mesmo assim, no Brasil, o preconceito, ou melhor, o estigma à maneira de falar das classes sociais menos favorecidas é muito forte e até mesmo excludente. Não **SE LEVA** em consideração nem mesmo OS ARCAÍSMOS que ainda sobrevivem na língua. [EL 257]

(270) No texto de Marilene Felinto **ENCONTRA-SE AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES:** [TPGO 325]

(271) Como ensinar normas gramaticais sem ser de forma tradicional em que os alunos decoram as regras; em que **SE ISOLA TERMOS DA LÍNGUA** para estudar. [TPGO 329]

(272) **COBRA-SE** muito NORMAS, mas de fato só normas gramaticais. O uso da nossa Língua deveria seguir rumos diferentes. [TP 422] [*Não há “concordância” entre o verbo e o suposto sujeito, que, como já vimos, é, na verdade, o objeto. Observe-se que, além de o termo que é dito sujeito estar posposto ao verbo, o que contribui enormemente para a interpretação de que ele é objeto, ainda há um “muito” intercalado entre o verbo e o suposto sujeito, o que dificulta ainda mais uma concordância exigida pela norma-padrão. A estrutura aqui realizada é VSO, em que o S é o SE.*]

5.2.2.2 Estruturas perifrásticas

(273) [...] que comporta os “erros” que vão desaparecendo conforme **VAI SE ANALISANDO AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS** de classes sociais mais privilegiadas. [EL 208]

(274) Entretanto, como a língua possui várias formas de expressão, **DEVE-SE LEVAR** aos alunos ESSAS DIVERSAS FORMAS, expondo-lhes as que são mais prestigiadas, a fim de que tenham um instrumento de inserção social mais amplo, porém sem hierarquizá-las. [EL 216]

(275) Esse, talvez, o preconceito menos percebido pelas pessoas, assim corrigir a forma de falar de alguém se torna normal atualmente na sociedade brasileira. Existe uma forma considerada padrão na Língua a que **SE DEVE ENQUADRAR** (*acredita-se* uma minoria letrada) TODOS OS FALANTES, os que fogem a essa norma, também conhecida como culta, são estigmatizados pela maioria que muitas vezes nem sequer fala sempre de acordo com a bíblia da norma padrão, [EL 253] [*o uso do SE em “acredita-se” parece ter sido um lapso na hora da produção, já que o sujeito é “uma minoria letrada”.*]

(276) Nenhum aluno necessita que lhe seja ensinado português, pois ele já o sabe, e o aprendeu em contexto familiar e em outros contextos não-formais. A criança com idade escolar se comunica perfeitamente, a escola deve ampliar sua competência lingüística, não supor que ele é uma “folha em branco em que **SE DEVE COLOCAR LETRINHAS**”. [EL 256]

(277) O verbo ensinar implica que alguém deve aprender algo que desconhece, e talvez esse seja um dos maiores equívocos e a maior dificuldade ao se ensinar uma língua materna. No primeiro caso, por não se valorizar o conhecimento prévio do aluno, e no

segundo porque ao se trabalhar com a língua materna **DEVE-SE** não **REPETIR FÓRMULAS PRONTAS E PRÉ-MOLDADAS**, mas fazer com que o aluno reflita a sua própria prática lingüística. [EL 256]

(278) Como exemplo, **PODE-SE ILUSTRAR OS JOVENS** da classe média de Brasília. [EL 259]

(279) Sendo assim, por se tratar de uma característica de cunho biológico, **DEVE-SE EVITAR OS ESTEREÓTIPOS** de que aquele aluno “não sabe”, “não aprende mesmo”, “é um burro”. [TP 441] [*O uso de verbos transitivos diretos acompanhados de SE em perifrases verbais contribui para que não haja a “concordância” entre o argumento interno e o verbo, o que contribui para que o “se” seja analisado como sujeito e “estereótipos” como objeto.*]

(280) O maior problema do ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, não é necessariamente a falta de formação dos professores, seja ela formação pedagógica ou de conhecimento da língua, mas a falta de clareza dos objetivos **OS QUAIS SE PRETENDE ATINGIR** com o ensino da Língua Materna. [TPGO 457] [*É interessante notar que o pronome relativo utilizado foi justamente aquele que permite enfatizar o gênero e o número do antecedente, ainda assim, tal fato não foi suficiente para obrigar o verbo a concordar com o seu suposto sujeito, que seria “objetivos”.*]

Quanto às 4 estruturas [mais padrão], 3 envolviam um suposto sujeito posposto composto de núcleos singulares, que, pela prescrição gramatical, permitem que o verbo concorde com o núcleo do sujeito mais próximo. “Também o verbo que tem mais de um sujeito pode concordar com o sujeito mais próximo: a) quando os sujeitos vêm depois dele” (Cunha & Cintra, 2001:509). Portanto, mesmo que se considere o SN como sujeito composto, o verbo, segundo a norma prescrita, pode ficar no singular:

(281) Assim, quando se faz um julgamento a respeito do uso de uma determinada forma da língua, **JULGA-SE**, na verdade, **O SEU FALANTE E O CONTEXTO SOCIAL EM QUE ESTÁ INSERIDO**. [EL 251]

(282) Língua não se ensina, língua se fala. **APRENDE-SE PADRÃO E NORMA**. Por esta razão Bortoni-Ricardo propõe uma “educação em língua materna”, valorizando as variedades dos alunos, respeitando-as e conscientizando os professores de que a língua não se encerra numa gramática normativa. [EL 260]

(283) [...]se faz necessário também o compromisso dos educadores e a conscientização de que ao ensinar um aluno, **DEVE-SE MOSTRAR A IMPORTÂNCIA E UTILIZAÇÃO DA LÍNGUA PARA TODOS**. Agindo desta forma contribuiremos para um ensino de qualidade. [TP 470]

Se considerarmos que não foi essa a análise feita pelo falante na hora da produção, mas que ele seguiu a tendência geral e natural de colocar o verbo no singular, chegaremos a um índice de (94,45%) de não-concordância entre o verbo e o SN plural. O único caso em que realmente se pode dizer que houve concordância entre o verbo e o SN plural traz o argumento interno anteposto e envolve uma oração relativa com pronome relativo:

(284) Observando os textos que **se usam** para ensinar uma criança a ler e a escrever percebe-se algo absurdo e desconexo com a realidade do aluno. [TP 406] [*Com “concordância”! Explica-se essa concordância pelo conhecimento da norma gramatical pelo falante, que pode ser profundo ou ter sido ajudado pelo fato do argumento interno estar preposto ao verbo.*]

5.2.2.3 Estruturas ambíguas

A seguir, apresento as estruturas que ficam no meio do contínuo de interpretação [+reflexiva] ou [+indeterminada]. Considerei todas [+reflexivas], especialmente pela ordem em que se apresentam, todos os argumentos internos e o pronome SE estão antepostos aos verbos.

(285) “As variedades lingüísticas vão receber AS AVALIAÇÕES NEGATIVAS E POSITIVAS, que **SE DIRIGEM** de fato, não ao modo de falar, mas ao próprio falante como ser humano e como ser social”, [EL 235] [+*reflexivo*]

(286) OS JULGAMENTOS DE VALOR comumente observados nas sociedades não **SE JUSTIFICAM** por argumentos científicos, quando se trata do variado uso da língua. [EL 258] [+*reflexivo*] [*O “por argumentos científicos” não é agente da passiva, senão adjunto adverbial de instrumento.*]

(287) Quando se fala em certo ou errado já existe o preconceito firmado que defende a idéia de que existe uma única maneira de falar e ou escrever e que é preconizada pelas FAMOSAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS que como já **SE INTITULAM**, prescrevem normas que necessariamente deveriam ser seguidas. [EL 245] [*Observe-se o uso de “se intitulam”. Essa construção está muito obscura. Pode ser um uso de SE “passivo” em que há concordância entre o verbo “intitulam” e o suposto sujeito “gramáticas normativas”, no sentido de “são intituladas”. Entretanto, é possível uma análise [+reflexiva] para tal construção*]

(288) (...) em face dessa postura incoerente e mecanizada de se ensinar a língua, surgem MITOS que **SE PROPAGAM** em todo o meio escolar e na sociedade de um modo geral como verdades incontestáveis: “que a língua é muito difícil”, que a “ausência de normas é a barbárie”, que saber a língua portuguesa é privilégio de poucos. [TP 419] [*Essa estrutura parece ser [+reflexiva] com o sentido de “generalizar-se”, “desenvolver-se rapidamente”*]

Mesmo que incluamos essas estruturas ambíguas entre as estruturas SE +VTD + SN plural com concordância [mais padrão], considerando-as, como podem querer os defensores da norma prescrita, teremos a tabela 5.6 abaixo. Note-se que ainda assim a quantidade de estruturas [menos padrão] é bem maior que as estruturas [mais padrão]:

TABELA 5. 6: Taxa de concordância entre o verbo transitivo direto + SE e o argumento interno, incluindo as orações ambíguas (26)

Concordância [mais padrão]	%	Concordância [menos padrão]	%
8	30,76	18	69,23

Pode-se dizer que o uso em que apareceu uma suposta concordância entre o verbo e o SN se deve à pressão normativa e não à intuição dos seus falantes que até, ao que tudo indica, evitam construções plurais com SE indeterminador. Sendo um texto de professor e, teoricamente, conhecedor da norma-padrão, vê-se um esforço de artificializar tal construção para que ela caiba nos moldes da norma.

Esse esforço foi ajudado por alguns fatores: o SN está preposto ao verbo, em uma estrutura relativa e imediatamente antes do pronome relativo, que, por sua vez, está imediatamente antes do verbo. Scherre (2005: 55) demonstra que o fator distância tem um efeito relevante no controle da concordância. Em sua pesquisa, a frequência de concordância do verbo com o seu sujeito anteposto, dele separado por 1 a 4 sílabas, teve média de 74%. Assim, o esforço por parte deste professor de interpretar o complemento verbal como sujeito foi ajudado pela sua proximidade ao verbo.

Além disso, vê-se que a estrutura [mais padrão] e as ambíguas envolvem o pronome relativo QUE que, segundo Nunes (1990: 39), faz com que o sintagma nominal a que foi atribuído o papel de argumento interno não ocupe a posição estrutural de sujeito da oração. Assim, mesmo que haja um esforço consciente em se interpretar tal elemento como sujeito, o QUE quebra essa estrutura SVO, em que o S seria o sintagma nominal preposto ao QUE. Por outro lado, vejamos o que diz Scherre

(2005:107) a respeito do papel do QUE na concordância: “sua principal função é a de obliterar a relação do verbo com o sujeito, provocando concordância com elementos nominais mais próximos ao verbo da construção.” Esse trecho de Scherre nos ajuda a compreender que é fácil para o falante concordar o verbo com o termo que está imediatamente antes do QUE, facilidade que é aumentada quando esse termo está também próximo ao verbo.

Entretanto, se formos explicar o uso [mais padrão] nas três perspectivas sugeridas por Bagno (1999: 137), sintática, semântica e pragmática, veremos que o verbo “usar” exige um agente [+animado]. Assim, a análise de “textos” como sujeito do verbo não corresponde à intuição nativa dos falantes. Se o falante quisesse realizar uma estrutura passiva e não ativa — que focaliza o fato de haver alguém que realiza a ação de “usar” — teria usado realmente a passiva analítica que, veremos é preferida com relação às estruturas de SE. Como já vimos, cada forma de expressão é usada de acordo com a intenção do falante, sendo que cada forma tem uma função específica na língua. Além disso, a ordem da frase proporciona também uma segunda interpretação, a reflexiva, que só é rejeitada por restrições semânticas, já que “textos não se usam a si mesmos”.

Já das 18 estruturas “sem concordância”, 16 têm “sujeitos” pospostos, das quais 7 têm perífrases verbais. O fator posição do sintagma nominal com relação ao verbo tem se mostrado, em muitos estudos, fundamental para a sua interpretação como sujeito. Scherre (2005: 24), por exemplo, diz que “Há discussão lingüística se de fato esses *sujeitos pospostos* são realmente sujeitos – as crianças sabem intuitivamente que *estes sujeitos* são de difícil identificação, tanto que costumam ter bastante dificuldade em questões de provas que envolvem análise desta natureza” e que “sujeito expresso à direita do verbo (sujeito posposto ao verbo) desfavorece de forma contundente a concordância plural” (p. 54). Bagno (2000: 226), por sua vez, relata que, nas estruturas pseudopassivas, “sendo sempre verbos transitivos e dado o caráter predominantemente nominativo do português – cristalizado na seqüência SVO — , tudo o que se puser depois de V será analisado como [-sujeito]. É o que acontece, na língua falada, com o chamado *sujeito posposto* (VS)”. Vejamos na tabela 5.7 a seguir a distribuição de uso de estruturas com SE + VTD e sua relação com a posição do SN:

TABELA 5.7: SE + VTD + SN plural (22)
Concordância [menos padrão] x Posição do objeto x Tipo de estrutura

Tipo de construção	Posição do objeto	Quantidade de concordância [menos padrão]	% com relação ao total de construções [menos padrão]	
			SN posposto	SN preposto
Simples (13)	Preposto (2)	1 (50%)	88,8	11,2
	Posposto (11)	9 (81,8%)		
Perífrases (9)	Preposto (1)	1 (100%)		
	Posposto (8)	7 (87,5%)		

Quanto às estruturas com perífrases verbais, houve um índice de não-concordância entre o objeto e o verbo de 88,9%. Entre elas, um uso chama a atenção, o exemplo (280), sendo o único em que o suposto sujeito está preposto ao verbo e por ser retomado pelo pronome relativo “os quais”. É interessante notar que o pronome relativo utilizado foi justamente aquele que permite enfatizar o gênero e o número do antecedente. Ainda assim, tal fato não foi suficiente para obrigar o verbo a concordar com o seu suposto sujeito, que seria “objetivos” e que está anteposto ao verbo.

(280) O maior problema do ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, não é necessariamente a falta de formação dos professores, seja ela formação pedagógica ou de conhecimento da língua, mas a falta de clareza dos objetivos **OS QUAIS SE PRETENDE ATINGIR** com o ensino da Língua Materna. [TPGO 457]

TABELA 5. 8: SE + VTD + SN plural (22)
Taxa de concordância [menos padrão] segundo o tipo de construção

Tipo de construção	Concordância [menos padrão]		
	Quantidade	% com relação ao tipo de construção	% com relação ao total de construções de se + SN plural [menos padrão]
Simples (13)	10	77%	55,5%
Perífrases (9)	8	88,9%	44,5%

Das construções com SN plural, só foram encontradas 2 estruturas no *corpus* de Goiás e eram “sem concordância”.

Das construções [menos padrão], 13 eram de estudantes de Letras, 2 de professor de Goiás e 3 de professores do Distrito Federal.

Das construções [menos padrão], 8 vieram de estudantes cujos pais têm até 8 anos de estudo (alguns só até 4); 5 vieram de estudantes cujos pais ultrapassaram o nível médio. O fato de os pais terem pouca escolarização provavelmente faz com que eles não realizem a construção [menos padrão], que não faz parte do repertório lingüístico deles, em casa e, conseqüentemente, seus filhos também não o façam. Entretanto, o fato de os pais terem mais escolaridade também não garante que eles empreguem tal construção [mais padrão], nem seus filhos.

Oito deles concluíram o Ensino Médio em escolas públicas e quatro em escolas privadas. Os dados são muito poucos e, como não houve nenhum caso de concordância [mais padrão] realizada por estudantes, a não ser as 2 com sujeito composto posposto com núcleos singulares (1 estudou em escola pública e outra em privada), não é possível dizer se isso mostra alguma superioridade da escola privada nesse sentido.

Nove construções [menos padrão] (50%) foram realizadas por estudantes nascidos no Distrito Federal, ou seja, [+urbano]. Quatro nasceram em outros estados, mas não se pode afirmar que tenha sido em lugares [-urbano].

Dos professores que realizaram construções [menos padrão], cada um nasceu em um estado diferente, o que pode sugerir a pesquisas futuras investigar se o uso do verbo no singular nas construções estudadas já é um fenômeno realizado em todo o território brasileiro. A hipótese é que sim.

Dos 5 professores que realizaram construções [menos padrão], 4 lecionam há, no mínimo, 5 anos (1 há 14 anos) para alunos de 5^a a 8^a séries, os quais já aprendem sobre sujeito indeterminado, embora não devam ser tão instigados quanto à regra de concordância de construções VTD+SE. Um dos professores leciona para o ensino médio. Três deles têm especialização. Os professores estão numa faixa etária entre 28 e 45 anos, o que faz com que não digamos que a generalização do verbo no singular seja um fenômeno dos mais jovens (que são tão acusados de “mancharem” a língua com seus modismos), nem dos mais velhos (que poderiam ser acusados de não estudarem há muito tempo. O/a professor/a mais velho/a se formou em 2001). O fato de terem terminado sua graduação em instituição pública ou privada também não influenciou porque cada tipo de instituição formou metade dos nossos informantes que realizaram construções [menos padrão].

Das construções [mais padrão], duas (50%) eram de estudantes. Entretanto, eram construções com sujeito composto, posposto (p.e. “**aprende-se** padrão e norma”), que pode ser interpretada como se o verbo concordasse com o núcleo mais próximo, que está no singular. Considerar que foi esse o raciocínio do falante para colocar o verbo no singular parece pouco

provável. Inclusive uma das estudantes (267) realizou uma construção com o núcleo do argumento interno plural, também posposto ao verbo, e não realizou a “concordância”, o que pode mostrar que o uso de verbo plural +SE não faz parte do repertório dela, ficando o verbo no singular. Isso pode nos dar a possibilidade de que os usos dos estudantes de Letras cheguem a 100% de não-concordância entre verbo e SN em estruturas de SE. As outras duas [mais padrão] eram de professores do Distrito Federal e uma delas é daquele tipo com sujeito composto posposto, cujo verbo pode estar concordando com o mais próximo. Assim, só 1 realmente inclui um sujeito com um único núcleo plural e o verbo com ele concordando. Essa professora nasceu e se formou (em Pedagogia) no Piauí, leciona há 9 anos para as séries iniciais (portanto, não ensina essa regra) e seus pais têm só até 4 anos de estudo. Portanto, não há nenhum fator que possamos dizer que a ajudou a realizar a concordância. Na construção realizada, o SN encontra-se preposto e imediatamente antes do pronome relativo QUE, que, por sua vez, está imediatamente antes do verbo, o que favorece a concordância.

A partir de todos esses dados, a conclusão a que se chega é que a estrutura com suposta concordância entre um “sujeito” plural e o verbo em construções VTD+SE é adquirida por meio do ensino formal e esse não está sendo suficiente para garantir a realização de tal construção sequer em textos escritos mais monitorados. Tampouco o ambiente [+urbano] ou a escolaridade dos pais garantem a realização da construção [mais padrão]. Provavelmente, por isso, ela é uma construção evitada, sendo vencida, em relação à frequência, pela primeira pessoa do plural e pelas verdadeiras passivas.

É importante ressaltar que todas as vezes que aqui tratei de “falta de concordância”, me referi à norma-padrão, já que analiso que, nesses casos, o que ocorre, na verdade, é que há uma concordância entre o verbo e o SE, pronome oblíquo e indefinido de 3ª pessoa do singular, que funciona como sujeito simples e indeterminado da oração (utilizando uma terminologia mais tradicional).

5.3 SE sujeito de infinitivos

Aqui estão listados todos os usos de SE junto a infinitivos. O que pude observar é que a presença de uma preposição é fator preponderante para a inserção do SE junto a infinitivos. Não fiz um levantamento dos usos de infinitivo com preposição sem SE. Tal questão pode ficar para um próximo trabalho.

5.3.1 SE sujeito de infinitivo com preposição

(289) Por influência de colegas, que lecionavam em escolas elitistas de Brasília, mantinha os estigmas em torno do ensino de língua portuguesa na escola ao reforçar como poucas pessoas dominam a norma culta, ou língua difícil **de se aprender**. [TP 108]

(290) É importante ressaltar, entretanto, não se tratar de um discurso maniqueísta. O fato **de se questionar** a atribuição de valor hierarquicamente superior à norma “cultura”, não significa uma proposição apriorística de abolição inconsequente do ensino (também) dessa modalidade da língua, *mas de rediscutir* a sua inclusão entre as demais variantes, dando à comunicação efetiva uma posição de maior destaque. [TP 111] *[É interessante notar que parece haver uma co-referência entre o pronome indefinido sujeito “se” em “o fato de se questionar” e o Ø de “mas de rediscutir”, o que faz com que esta construção venha sem o SE. Talvez isso ilustre a proposta de Galves (apud Nunes, 1991:49) de que o sujeito nulo de infinitivo necessite de um antecedente na sentença que seja o seu sujeito, assim o Ø de rediscutir encontra como antecedente o SE, que já foi lá colocado para assegurar a ele uma interpretação indeterminada. Esse uso vem confirmar também a proposta de Marcos Bagno (2000: 240), de que o falante não analisa mais o infinitivo como impessoal, precisando preencher a posição de sujeito.]*

(291) Acredito que o necessário é que esse ensino aconteça de forma reflexiva, construtiva, partindo sempre da realidade social e cultural do aluno para que ele cresça e perceba a riqueza de possibilidades **de se dizer** a mesma coisa e também a riqueza *de significar e interpretar* o dito. [TP 113] *[Novamente, o segundo e o terceiro verbos não apresentam o SE, já que o Ø que marca o seu sujeito é co-referencial ao SE de “de se dizer”.]*

(292) **Ao se avaliar** a maneira de falar de um indivíduo, avalia-se a sua própria identidade. [EL 201]

(293) **Ao se afirmar** que “fulaninho não sabe falar” deprecia-se a própria identidade desse indivíduo, nega-se o valor de sua cultura específica. Julgar negativamente a fala de alguém é uma maneira sutil **de se discriminar** aspectos estruturadores de sua identidade. [EL 201]

(294) Exemplificando: o próprio fato **de se estudar** a norma-padrão nas escolas sem ser levada em consideração a procedência lingüística dos alunos em que nela estudam é um ato autoritário das camadas privilegiadas [EL 207]

(295) [...] por isso usam de seu poder para impor a obrigatoriedade **de se aprender** somente, **de se pensar** apenas a norma dita culta. [EL 207]

(296) O preconceito lingüístico revela-se primordialmente como mecanismo social ou preconceito, pois, **ao se analisar** o que constantemente é chamado de ‘erro’ é possível classificá-lo em dois grandes grupos: [EL 208]

(297) Variação lingüística é o fenômeno que ocorre quando existe duas ou mais formas **de se dizer** a mesma coisa em uma mesma língua, permitindo a comunicação. [EL 209]

(298) **Para se resolver** esse impasse, Bagno, em *Norma Oculta*, sugeriu que a variante falada pela elite, em vez de ser chamada norma culta, fosse chamada de variante prestigiada [EL 216]

(299) Os estudiosos de lingüística sabem hoje que não existe um modo errado **de se falar** uma língua quando se é falante nativo [EL 219]

(300) A opção de Bortoni-Ricardo pelo título de seu livro se relaciona com uma proposta mais esclarecida feita pelos lingüistas sobre como deveria ser o ensino da língua nas escolas: deveria ser ensinada a norma padrão, uma vez que esta sempre existirá e a sociedade continuará julgando e oferecendo oportunidades ou não baseando-se na maneira como as pessoas falam, mas além disso, a escola deve apresentar também a seus alunos a noção de variação, a noção de que existe uma maneira melhor **de se usar** a língua do que outras. [EL 219]

(301) Um modelo a ser buscado **para se falar e escrever** bem. [EL 219]

(302) Em um contexto de letramento, sala de aula, se viu órfão de uma língua que o acompanhou toda sua vida, embora em casa tivesse agilidade e “falasse por trinto.” Nesse sentido não **há de se falar** em ensino, mais em educação para a comunicação com o mundo. [EL 229]

(303) Hoje, o falar e o escrever se diferenciam, pois são usadas normas **para se escrever** de forma “correta” é necessário o uso da norma culta, rotulada por alguns, o que para eles seria a maneira mais adequada, e esquecem que o falar adquire formas pessoais para determinadas regiões, que muitas vezes são marcadas e criticadas por suas características “inculta”. (3) [EL 232]

(304) Pessoas da zona rural, periferia, etc. são estigmatizados como pouco “conhedores” do português ou da maneira correta **de se falar**. [EL 233]

(305) A maneira **de se falar** é uma e o de escrever é outro. [EL 233]

(306) Uma das personalidades(?) é o fato **de se definir** norma culta como a gramática normativa, baseada na escrita, em textos literários. [EL 235]

(307) (...) para que ele se sinta a vontade para se expressar em qualquer ambiente em que ele estiver inserido. A expressão “ensino de língua materna” não se encaixa, não é coerente, pois não há necessidade de **se ensinar** a língua materna a nenhum nativo, [EL 241]

(308) Cada círculo social “família, amigos, escola, trabalho, funciona dentro de um conceito convencionado por eles próprios e que distingue as mais diversas maneiras de **se falar**. [EL 245]

(309) Isso atrelado a crença de que as camadas altas da sociedade falam mais aproximado do padrão pré-estabelecido, ou que a forma correta **de se dizer** algo deve ser condizente com o ensinado nas gramáticas normativas em contexto escolar, entre outros preconceitos. [EL 256]

(310) O verbo ensinar implica que alguém deve aprender algo que desconhece, e talvez esse seja um dos maiores equívocos e a maior dificuldade **ao se ensinar** uma língua materna. No primeiro caso, **por** não **se valorizar** o conhecimento prévio do aluno, e no segundo porque **ao se trabalhar** com a língua materna deve-se não repetir fórmulas prontas e pré-moldadas, mas fazer com que o aluno reflita a sua própria prática lingüística. [EL 256]

(311) A dificuldade **em se lidar** com ‘norma culta’ está na ambigüidade que esse termo pressupõe. [EL 258]

(312) Coisas assim caracterizam a aula de português sempre como algo desinteressante, desmotivante levando o aluno sempre a questionar o porquê **de se estudar** a língua portuguesa nas escolas. [TPGO 314]

(313) As vezes consigo explicar a um e a outro a necessidade **de se dominar** esta língua, mas observo que as vezes tento convencer a mim mesmo sobre esta importância, e até que ponto precisamos dominar a língua culta, cheia de regras Gramaticais. [TPGO 317] *[Neste texto, também se usou dois recursos de indeterminação do sujeito: o SE em “de se dominar” e a primeira pessoa do plural em “precisamos dominar”. Vê-se no primeiro uso a vontade de indeterminar mais aqueles a quem o/a informante tentou explicar a necessidade de dominarem “esta língua”. Já com a primeira pessoa do plural, o/a informante já se inclui ao refletir se ele/a mesmo/a precisa dominar tal norma.]*

(314) Se tivéssemos ensinando Português para um aluno de origem “grega”, eu concordaria com ela sim, com a dificuldade “captada” por ela, **em se ensinar** ou **se aprender** o português que é uma língua cheia de regras; mas, parafraseando Marcos Bagno, se somos todos do mesmo balaio não importa se somos malhados, brancos ou negros, todos “miaremos” iguais; ou seja, saberemos falar e muito bem a nossa língua. [TPGO 319]

(315) Na grande maioria dos casos o que se é possível observar é a presença de professores nas aulas de português apenas **para** o cumprimento de um horário na grade curricular ou apenas **se receber** um pagamento no final do mês. [TPGO 314] *[O uso do SE como sujeito de “receber” e co-referencial a “professores” mostra uma intenção do autor de indeterminar quem é o beneficiário de “receber”, mas que, pelo contexto, sabe-se que está incluso no conjunto de professores.]*

(316) A escola em si é um ambiente propício ao ensino, mas ainda não se sabe realmente o porquê **de se ensinar** o português que na maioria da vezes não é o português usado pela grande maioria. [TPGO 336]

(317) Partindo do ponto de vista de que cabe ao professor mais do que mostrar o real sentido **de se aprender** é mostrar o quão maravilha e complexa é a nossa língua e que devemos fazer uso total dela. Para tanto é necessário que os professores se “apaixonem” por ela e passe isso a seus alunos. [TPGO 336]

(318) É uma ciência que ganha espaço a cada minuto e que se apresenta nas mais variadas formas. Basta pensar na complexidade de fazer uma análise sintática que para tantos não tem valor, para alguns mostra-se fundamental **para se escrever** com mais coesão e coerência. Há uma transitividade fantástica em toda a nossa língua e que é preciso que os professores passem isso a seus alunos; e que se preparem para tanto, [TPGO 336]

(319) Desse modo, em vez **de se refletir** sobre os fenômenos e mudanças pelas quais passa a língua, ensina-se uma série de nomenclaturas e regras que não farão sentido para o aluno, [TP 419]

(320) Em face dessa postura incoerente e mecanizada **de se ensinar** a língua, surgem mitos que se propagam em todo o meio escolar e na sociedade de um modo geral como verdades incontestáveis: “que a língua é muito difícil”, que a “ausência de normas é a barbárie”, que saber a língua portuguesa é privilégio de poucos. [TP 419]

(321) Assim, é cada vez maior o desafio e a dificuldade **de se ensinar** língua materna no Brasil, pois existem cobranças em todos os setores da sociedade que recaem principalmente sobre o professor de língua. [TP 419]

(322) A sociedade cobra o aprendizado de regras e normas acreditando ser o melhor caminho **para se ler e se escrever** melhor. [TP 419]

(323) Ao invés **de se ensinar** as classes gramaticais, deveria-se colocar o aluno em contato com os diferentes gêneros textuais, ao invés **de se ensinar** sintaxe com exemplos descontextualizados, deveria-se tornar a escrita como parte integrante de uma aula, [TP 419]

(324) Cobra-se muito normas, mas de fato só normas gramaticais. O uso da nossa Língua deveria seguir rumos diferentes. Às vezes *dão* maior valor a um idioma estrangeiro ao invés **de se investir** na Língua Materna. [TP 422] *[Neste texto, encontramos dois diferentes recursos para a indeterminação do agente: o uso da terceira pessoa do plural sem antecedente expresso e o SE em “de se investir”- o primeiro reconhecido como padrão e o segundo, não. Entretanto, há uma co-referencialidade entre o sujeito indeterminado de “dão” e o SE de “de se investir”. Essa co-referencialidade é confirmada pelo uso da expressão “ao invés”. Destarte, as pessoas que “dão maior valor a um idioma estrangeiro” são as mesmas que não “investem na Língua Materna”.]*

(325) Todos precisam se comunicar independente da classe social, religião ou sociedade em que vivem. Portanto, não há receitas prontas sobre o que é certo ou que é errado falar, deve ser levado em consideração o grau de dificuldade que há **em se usar** a norma culta da nossa língua. [TP 423]

(326) Contudo, se a língua é considerada como algo que está em constante mudança, é importante despertar nos alunos o gosto e a vontade em aprendê-la mostrando a eles que o mais importante é que a mensagem a ser passada deve ser compreendida. Assim, teremos no futuro, talvez bem próximo pessoas que se comunicam sem medo de ser mal interpretado e pessoas que não se preocupam tanto com a forma **de se falar**, mas com a essência do que se fala. [TP 423]

(327) Como se torna difícil trabalhar com o ensino de Português, se ainda carregamos as exigências e a obrigatoriedade **de se falar e escrever** corretamente, como determina a norma padrão. [TP 432]

(328) A transformação que se almeja na educação e no ensino da língua portuguesa só ocorrerá se antes transformarmos nosso pensamento e prática pedagógica e de avaliação, porém, para que isto aconteça, precisamos aprofundar nosso conhecimento teórico sobre o tema e lutar pelo direito **de se falar ou escrever** sem o medo *de ser taxado* de burro ou incompetente. [TP 432] *[Temos uma co-referencialidade entre o sujeito não expresso de “de ser taxado” e o SE de “de se falar ou escrever”. Os mesmos que poderão ser tachados de burros ou incompetentes são os que vão falar e escrever.]*

(329) Como educadora da língua, reconheço a ausência quase que total de um suporte teórico mais consistente e consciente **para se explicar** os fenômenos que ocorrem com a língua mãe nas suas variadas manifestações. [TP 438] *[A indeterminação se faz evidente neste caso, já que ela [a educadora] também se inclui entre os que não conseguem explicar “os fenômenos que ocorrem com a língua mãe”. Assim, ela indetermina o sujeito para que não seja apenas ela a “culpada” de não conseguir explicar tais fenômenos, pois outros também não o conseguem.]*

(330) Mas enquanto se vence mais esse desafio, a melhor frase **para se fechar** esse texto é, parafraseando Caetano Veloso, Língua Portuguesa, Ihe amo! [TPGO 460] *[Interessante observar a necessidade cada vez maior que o falante sente de preencher o sujeito do verbo, mesmo no infinitivo, no fato de que qualquer pessoa que leia esse texto, saberá quem vai fechar o texto – logicamente, o (a) seu (sua) autor (a). Como este quis escrever de forma impessoal, ele (a) usou o SE para indeterminar o sujeito.]*

(331) Falar em língua Portuguesa nos remete logo a vários pensamentos: escrever certo e errado; Regra gramatical; O Português é difícil **de se aprender** etc. [TP 476] *[Nesse mesmo texto, há uma ocorrência de “difícil de” com passiva: “É interessante perceber nas duas idéias mencionadas, que o Português ou é tratado como um objeto a ser conquistado ou como algo completamente difícil de ser aprendido e que seja preciso muito esforço e persistência (quando não capacidade) para aprendê-la.”. Se a expressão “difícil de aprender”, já tivesse um valor passivo, o (a) informante não acharia necessário colocar o verbo realmente na voz passiva. Quando se escreve “difícil de ser aprendido”, tematiza-se “o português”. Quando se escreve “difícil de se aprender”, na voz ativa, tematiza-se “todas as pessoas”, sujeito indeterminado, que vão aprender o português e o achariam difícil. Assim, cada forma se relaciona com uma função específica.]*

5.3.2 *Infinitivo sem preposição*

Foram encontrados só 6 casos de SE como sujeito de infinitivo sem ser antecedido de preposição, sendo 3 deles encontrados na expressão “há que” ou “há como”. Logo, o que se pode observar é que quando o infinitivo é claramente o sujeito de outra oração, ele é, sim, usado como impessoal, sem precisar que se preencha a posição de sujeito com o SE. Aqui estão alguns exemplos de infinitivos sem SE, que funcionam como sujeitos de outras orações, retirados do *corpus*:

(332) *Discutir* criticamente a gramática com os alunos é muito mais interessante e não percebi nenhum aluno encarcerado “nos limites da potencialidade” como afirma Bechara. [TP 108]

(333) É importante *ressaltar*, entretanto, não se tratar de um discurso maniqueísta. [TP 111]

(334) *Apagar* toda a base de produção lingüística acumulada culturalmente para que esse aluno “aprenda” a escrever (e só depois falar!) a norma culta é, no mínimo, uma atitude irresponsável. [TP 111]

(335) *Privilegiar* a língua de prestígio em detrimento da língua materna é realmente uma abordagem complicada. [TP 112]

(336) *Ensinar* língua vai além do ensino de regras, é ensinar a elaborar, construir, interpretar compreender o fenômeno língua como prática oral e escrita que externaliza idéias na produção de textos. [TP 113]

(337) É preciso *viver* a L. Portuguesa. [TPGO 316]

(338) É interessante *notar* que este liberalismo possui duas faces: um disvincula-o do padrão preestabelecido pela gramática, o outro estabelece distância do fazer da norma culta ou do bom expressar-se pela escrita. [TPGO 318]

(339) É que a língua não é um fim em si mesma, logo, ela não é a mais importante disciplina vista na escola. *Considerar* isto, é, de fato, desconhecer a língua. [TPGO 319]

5.4 Passivas verdadeiras

As passivas verdadeiras são aquelas compostas do verbo SER (o mais freqüente, mas também *estar, ficar, parecer* etc.) acompanhado de particípio passado de um verbo transitivo direto, o único tipo de verbo que aceita ser apassivado, com algumas “exceções”²⁵. Só considerei as passivas com SER, já que as construções com outros verbos ainda enfrentem discussões quanto a realmente serem passivas. As chamadas passivas analíticas foram encontradas em número muito maior do que as chamadas passivas sintéticas, principalmente quando se trata de construções no plural, com perífrases verbais e, principalmente, com perífrases verbais no plural, o que confirma a hipótese de “estratégia de esquiva” de Bagno (2000: 227). Para efeito de contagem, só contabilizei os casos em que não havia agente da passiva exposto, ou seja, construções que se constituiriam em mais uma estratégia para a indeterminação do agente. Vejamos na tabela a seguir, a freqüência de cada tipo de construção.

**TABELA 5. 9: Quantidade de ocorrências referentes a cada tipo de estrutura:
passiva analítica X VTD + SE**

<i>PASSIVA ANALÍTICA</i>	<i>VTD + SE</i>
312	155

O uso de passivas analíticas é o dobro do uso das chamadas passivas sintéticas. Ora, na nossa língua, o uso de orações passivas é bem menor que o uso de orações ativas. Logo, o que poderia explicar a baixa incidência de SE, que, como já vimos, pertence a uma estrutura ativa, senão o fato de ela ser uma construção evitada, por ter uma prescrição gramatical diferente dos usos reais e por ela ser substituída por outras formas de indeterminação? Veremos que o NÓS é um grande concorrente para o SE. Além disso, embora façam parte do mesmo fenômeno de indeterminação do agente, são estruturas diferentes e cumprem funções diferentes. As estruturas de SE são apenas um dos tipos de orações ativas disponíveis. Já as orações passivas têm exatamente a função de tematizar o paciente da ação verbal, colocando o agente em segundo plano. Quanto à estratégia de esquiva,

25. Os verbos “perdoar”, “assistir” e “obedecer”, exemplos de exceções citadas pelas gramáticas de verbos ditos transitivos indiretos que podem ser apassivados, na verdade são usados como verbos transitivos diretos na fala do PB: “Eu assisti o filme”. “Os filhos obedecem os pais”.

observemos que as estruturas no plural e perifrásticas favorecem o uso de orações passivas. Enquanto o número de passivas no singular é 46,6% maior que o número de construções VTD + SE +SN SINGULAR, o número de passivas no plural é 413,6% maior que o de estruturas VTD + SE +SN PLURAL. Já com relação às perífrases, enquanto o uso de passivas analíticas simples é 60% maior que as estruturas VTD+SE simples, as estruturas de passivas analíticas perifrásticas é 256,6% maior que as estruturas VTD+SE perifrásticas. Quando se soma os dois fatores, o número de passivas analíticas plurais perifrásticas é 322,2% maior que o de construções VTD + SE +SN PLURAL perifrásticas, mesmo sendo o número de passivas perifrásticas plurais baixo.

TABELA 5. 10: Relação entre o tipo de construção (VTD + SE + SN no singular x Passivas analíticas no singular) e o índice de concordância [menos padrão]

VTD + <u>SE</u> +SN SINGULAR			PASSIVAS ANALÍTICAS NO SINGULAR			
	Total	Concordância [menos padrão]		Total	Concordância [menos padrão]	
Simples	112	NSA	Simples	130	10	7,6%
Perífrases	21	NSA	Perífrases	69	0	0%
TODAS	133	NSA	TODAS	199	10	5%

NSA: não se aplica, já que se o argumento interno é singular, só há como o verbo estar no singular.

TABELA 5.11: Relação entre o tipo de construção (VTD + SE + SN no plural) e o índice de concordância [menos padrão]

VTD + <u>SE</u> + SN PLURAL				PASSIVAS ANALÍTICAS NO PLURAL			
	Total	Concordância [menos padrão]			Total	Concordância [menos padrão]	
Simples	13	10	77,9 %	Simples	75	4	5,3%
Perífrases	9	8	88,8%	Perífrases	38	2	5,2%
TODAS	22	18	81,8%		113	6	5,3%

Pelo que vemos, o índice de concordância [menos padrão] entre as passivas analíticas é baixo, enquanto nas chamadas “passivas sintéticas” é altíssimo. Dentre os fatores que favorecem a concordância [mais padrão] nas passivas, estão o fato de o sujeito passivo ser realmente interpretado como tal pelos falantes e o fato de a maioria dos sujeitos estarem prepostos (90,4%). Já com relação às estruturas de VTD+SE, a predominância de SN pospostos mostra que esses não são interpretados com sujeitos e sim como objetos.

TABELA 5.12: Posição do argumento interno em passivas analíticas e em construções VTD + SE

	<i>Passivas Analíticas</i>	<i>VTD+SE</i>
<i>Total</i>	312	155
<i>SN pospostos</i>	30	118
<i>% de posposição</i>	9,6%	76,1%

Das concordâncias [menos padrão] entre as passivas analíticas, a maioria segue as tendências naturais com relação à concordância. Das 15 [menos padrão], 5 (33,3%) têm os sujeitos pospostos, favorecendo uma flexão menos marcada [+masculino] [+singular]; 6 (40%) tinham o sujeito distante do verbo, favorecendo, muitas vezes a concordância com o adjunto (o elemento mais próximo) ou flexão menos marcada [+masculino] [+singular].

Conclui-se, por estas tabelas, que a baixa frequência de “pseudopassivas sintéticas” com suposto sujeito no plural deve-se também a um alto uso de passivas analíticas verdadeiras, principalmente com perífrases verbais. Além disso, ficou comprovado que, com relação às passivas analíticas, não se percebe grande índice de concordância [menos padrão], inclusive em perífrases verbais. Ou seja, nestes casos, pode-se, sim, falar em “sujeito paciente” que controle a concordância do verbo. Já com relação às pseudopassivas sintéticas com suposto sujeito no plural, percebe-se que é muito elevado o índice de concordância [menos padrão], principalmente em perífrases verbais.

5. 5 Outras formas de indeterminação

Como a nossa proposta é inserir o SE entre as estratégias de indeterminação, fez-se importante fazer um breve levantamento de outras estratégias de indeterminação do agente. Elas estão distribuídas na tabela 5.13 abaixo. Nela foram incluídas as ocorrências de passivas analíticas sem agente expreso:

TABELA 5.13 Frequência das formas de indeterminação investigadas no *corpus*

Formas de indeterminação	Quantidade	% com relação ao total de estratégias encontradas
<i>Você</i>	1	0,1
<i>A gente</i>	0	0
<i>Se</i>	241	27,9
<i>1ª pessoa do plural</i>	278	32,1
<i>3ª pessoa do plural</i>	8	0,9
<i>3ª pessoa do singular</i>	5	0,6
<i>A(s) pessoa (s)</i> <i>O (s) indivíduo(s)</i> <i>O (s) sujeito (s)</i>	21	2,4
<i>Passivas analíticas sem agente expresso</i>	312	36
<i>Total</i>	866	100

Por essa tabela, percebe-se que as estruturas mais utilizadas na fala para indeterminar o agente, que são o VOCÊ, A GENTE e sujeito nulo foram as formas menos encontradas no nosso *corpus*, que é escrito. Conclui-se que essas estratégias gozam de baixo prestígio em textos escritos monitorados, ao contrário do NÓS e do SE, que são as formas preferidas, além das passivas.

5.5.1 1ª pessoa do plural (nós)

Tradicionalmente, ensina-se nas escolas e cursinhos que, para escrever um texto mais formal e impessoal, pode-se usar tanto a 3ª pessoa + SE, quanto a 1ª pessoa do plural. Vê-se, a partir da análise do *corpus*, que o uso da 1ª pessoa do plural como recurso para a indeterminação do sujeito foi a forma mais produtiva encontrada. É evidente que precisamos considerar que, sendo o tema proposto para a escrita dos textos relacionado à educação, é natural que os professores se incluam no seu texto, o que seria um motivo para o alto índice do uso da 1ª pessoa do plural. Por outro lado, a 1ª pessoa do plural é naturalmente uma forma de indeterminar o sujeito, que tem por característica incluir o produtor do texto, mas indeterminar os outros que estão incluídos dentro do conjunto englobado pelo “nós”:

(345) Quando no trecho cita: “é preciso gosto, vontade e muito exercício” demonstra que **temos** que gostar do que **fazemos** e **devemos** inovar com novas práticas, novos textos, mudanças de atitude, tentando sempre conquistar nosso aluno.[TP 405]

(346) Penso que o nosso desafio maior é formar a consciência de valores nos educadores para **termos** no futuro mais oportunidades de discutir com os *nossos* educandos o uso da língua em sua íntegra e não fragmentada com informações peneiradas e massacradas.[TP 411] [*observe-se aqui o uso do possessivo ‘nossos’ duas vezes, caracterizando a inclusão do autor*]

Entretanto, numa análise mais detida destes usos, percebe-se que o NÓS é usado, em sua maioria, mais ligado a um sentido genérico como em:

(347) No entanto, não **podemos julgar** que seja de menor importância ou que deva ser desprezada a valorização do “falar melhor” ou a norma culta, pelo contrário, se faz tão importante, conhecer e saber utilizar a língua padrão, para todos os fins e em variadas situações, quanto saber respeitar o outro, ainda que lhe pareça absurdo o seu dialeto, o seu regionalismo. [TP 109]

(348) Regras existem em qualquer lugar que **passamos**, e conforme o local, seja escola, empresas **devemos** adequar e aprender da melhor forma possível, [TP 408]

ou para “mascarar” as atitudes do próprio autor:

(349) Gostaria de ressaltar que quando **citamos** o professor como alguém que ficou confuso com as propostas de mudanças não **estamos** dizendo que ele é responsável por isso. [TPGO 329]

(350) Por exemplo, **podemos citar**: “fala bem quem escreve bem”, “português é difícil”, “português de Portugal é que é correto”, entre outras. [TP 114]

5.6 Textos de Professores (TP) X Textos de Estudantes de Letras (EL)

Busquei identificar a relação entre os índices das estratégias mais usadas nos dois *corpora* (professores de um lado e estudante de outro), objetivando localizar diferenças no uso do SE entre as duas classes de informantes.

Primeiramente, foram separados os usos de SE e NÓS realizados pelos estudantes de Letras de um lado e pelos professores de outro. As outras estratégias de indeterminação, por terem tido tão baixa frequência, foram excluídas dessa tabela. Como analisei mais linhas de texto de professores do que de estudantes de Letras, fiz a média de usos por linha de texto e então fiz todos os cálculos a partir desse número.

TABELA 5.14: EL X TP em frequência de uso de SE sujeito indeterminado x 1ª pessoa do plural

Autor do texto \ Tipo de estratégia	EL		TP	
	QTD	Média de frequência por linha de texto	QTD	Média de frequência por linha de texto
SE	132	0,060	109	0,039
NÓS	90	0,041	188	0,068

A hipótese era que o SE como estratégia de indeterminação seria mais frequente entre os professores, já que são mais escolarizados e, teoricamente, lidam mais tempo com a norma-padrão, já que têm que ensiná-la. Entretanto, não foi o que ocorreu. Os estudantes de Letras usaram o SE 53,8% a mais que os professores. Por outro lado, os professores usaram o “nós” 68,2% a mais que os estudantes de Letras. O que essa tabela nos mostra é que os professores procuram substituir o SE pelo NÓS mais do que os alunos.

Já com relação às passivas, temos os seguintes quadros:

TABELA 5.15: TP X EL em quantidade de “Pseudopassivas sintéticas” com SN singular x Passivas analíticas no singular

	TP			EL		
VTD +SE	60	0,021 por linha	38,9%	73	0,033 por linha	68,1%
PASSIVAS ANALÍTICAS	82	0,030 por linha	35,7%	117	0,054 por linha	64,3%

Os estudantes de Letras usaram a passiva analítica no singular 63,3% a mais do que estruturas de VTD+SE. Já os professores usaram a passiva analítica no singular 42,8% a mais do que estruturas de VTD+SE. Como os estudantes utilizaram mais passivas de SE e mais passivas analíticas no singular do que os professores e estes usaram mais estruturas com NÓS, é de se imaginar que os professores preferiram estruturas ativas, com o uso do sujeito na primeira pessoa do plural. Para um trabalho posterior, seria interessante ver se os professores usaram alguma outra estratégia para omitir o agente.

TABELA 5.16: TP X EL em “Pseudopassivas sintéticas” com SN plural x Passivas analíticas no plural

	TP			EL		
VTD +SE	7	0,003 por linha	30%	15	0,007 por linha	70%
PASSIVAS ANALÍTICAS	66	0,024 por linha	53,3%	47	0,021 por linha	46,7%

TABELA 5.17: TP X EL em frequência de concordância [menos padrão] em estruturas VTD +SE + SN plural

Total	TP		Total	EL	
	Concordância [menos padrão]	%		Concordância [menos padrão]	%
7	5	71,4	15	13	86,6

Os estudantes de Letras utilizaram a passiva analítica plural 3 vezes mais do que a construção VTD +SE (200% a mais). Os professores utilizaram a passiva analítica plural 8 vezes mais do que a estrutura VTD+SE (700% a mais). Assim, vê-se que a passiva analítica plural foi muito mais usada que a construção VTD+SE, tanto por professores quanto por alunos, o que parece sinalizar que a estrutura VTD+SE é evitada, inclusive na escrita, em que ela é encontrada em maior número do que na fala.

Quanto aos estudantes, o que parece ocorrer é que, na verdade, eles evitaram outros tipos de estruturas de indeterminação, inclusive a primeira pessoa do plural. Procurando escrever predominantemente na terceira pessoa, eles tentaram evitar as estruturas VTD+SE e usaram mais

passivas analíticas, principalmente quando envolviam SN plural. Um fator que pode explicar essa preferência por escrever na terceira pessoa talvez seja a recomendação dos cursinhos pré-vestibular, além do que já se aprende na escola para os textos argumentativos e mais impessoais:

A visão que o emissor tem do assunto aparece no texto argumentativo não necessariamente pelo uso da 1ª pessoa, que, aliás, deve ser evitada para atribuir maior equidade ao texto. (Apostila de Redação Pré-Vestibular ALUB, 2006:15)

Quanto aos professores, a estrutura evitada foi realmente a construída com SE, principalmente quando o SN é plural. Talvez porque os professores são muito vigiados quanto ao que socialmente se considera “um bom uso da língua portuguesa”, já que eles são os seus “guardiões”. Dessa forma, estruturas duvidosas quanto à “correta” forma de ser usada é evitada.

Quando o SN era singular, os alunos utilizaram as passivas analíticas 63,3% a mais que as estruturas VTD+SE, quando o SN era plural, esse número subiu para 200%! Quanto aos professores, a variação é de 42,8% para 700%! O que vemos é que, quando o SN é plural, evita-se contundentemente a estrutura VTD+SE.

Pode-se explicar a baixa incidência desse tipo de estrutura pelo temor de ser avaliado negativamente por não saber colocar em prática a forma prescrita gramaticalmente. Entretanto, é necessário refletir que aqui estamos falando de falantes escolarizados que, em tese, sabem que há uma prescrição normativa com relação às estruturas VTD+SE. E quanto àqueles que jamais sequer ouviram falar dessa regra? Por que evitariam o SE, especialmente com construções plurais? Será que a construção VTD + SE + SN plural faz parte da nossa língua, efetivamente? Essa são questões para reflexões futuras.

Conclusão

Embora não possamos ter certeza de que a “passiva sintética” realmente existiu na fala natural e espontânea dos brasileiros, já que só possuímos registros escritos deste uso e que podem ter sido frutos de uma tentativa consciente por parte dos escritores de igualar os usos portugueses aos usos latinos, consideremos que tenha havido uma mudança, o que os registros escritos parecem apontar. Considerando que, no PE atual, a construção com concordância entre o verbo e o SN plural nas ditas passivas sintéticas ainda é majoritária e que constam registros de tal construção, predominantemente, no período anterior à implementação das mudanças significativas que diferenciaram o PE e o PB, inclusive em registros escritos deste último, falemos de mudança. Se não na estrutura lingüística (caso o SE passivo nunca tenha existido), pelo menos na *avaliação* que se fez e que se faz dessa estrutura. Seguindo o caminho que toda a nossa pesquisa nos levou a traçar para a mudança do uso no PB (reflexivo → passivo → símbolo de indeterminação → sujeito indeterminado [inclusive de infinitivos] → desaparecimento nas orações finitas na fala), tentemos encaixar essa mudança no roteiro descrito por Weinreich, Labov e Herzog:

Sugere-se que uma mudança lingüística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala. Este traço lingüístico então assume uma certa significação social – simbolizando os valores sociais associados àquele grupo (cf. Sturtevant 1947: 81ss.). Uma vez que a mudança lingüística está encaixada na estrutura lingüística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala, de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária. Destas alternâncias da mudança lingüística e social provém a extraordinária complexidade das estruturas sociolingüísticas encontradas em estudos recentes. O avanço da mudança lingüística rumo à completação pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social. Por fim, a completação da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exhibe é o produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma constante. (Weinreich, Labov e Herzog, 2006: 125)

Assim, podemos dizer que o SE passivo co-ocorreu com o SE indeterminador (e depois sujeito indeterminado) durante todos esses séculos (desde o XVI) no PB, ao menos na escrita. Hoje, estamos assistindo a uma completação da mudança. Os defensores e codificadores da norma-padrão tentaram atribuir um significado social negativo para o uso sem concordância entre o verbo e o SN plural em estruturas indeterminadas com SE, ditas passivas. Entretanto, o que parece ocorrer atualmente é que qualquer significação social negativa relacionada ao uso sem concordância com SE se perdeu. Tal uso não é identificado a nenhuma variedade estigmatizada. Amostra disso é a sua grande frequência de uso na escrita mais monitorada, como mostrado, mais uma vez, nesta pesquisa. Assim, o uso do verbo no singular + SN plural em estruturas com SE tornou-se a constante, sendo os usos discordantes ainda existentes frutos exclusivos de muita pressão da norma-padrão, não se constituindo em uma variante natural da língua.

Podemos relacionar esse processo de mudança que envolveu o pronome SE dentro de um quadro geral de mudanças que se encontram correlacionadas e que desembocaram na emergência de um português brasileiro, como por exemplo:

- a mudança no paradigma flexional do PB (com a entrada dos pronomes VOCÊ e A GENTE em tal paradigma) – a que parece ser a mudança que impulsionou várias outras;
- o enfraquecimento da concordância como elemento identificador do sujeito;
- obrigatoriedade cada vez maior de preenchimento lexical do sujeito;
- orientação do PB para o tópico;
- enrijecimento da ordem SVO;
- favorecimento cada vez maior à próclise.

Além disso, pode-se colocar também as locuções verbais como favorecedoras do processo de mudança do pronome SE em direção a ser sujeito, entre outros motivos, por inibir a restrição fonológica com relação ao uso de SE mais clíticos de terceira pessoa e por possibilitar variadas posições para colocação do clítico.

Sincronicamente, temos, no PB, um contínuo onde se pode estender os usos do pronome SE, que vai do [+reflexivo] ao [+indeterminado], o que seria dizer do [+acusativo] ao [+nominativo]. Para a localização do uso em tal contínuo são preponderantes a ordem e a concordância, fatores que estão condicionados à intenção do falante de tematizar o verbo ou o SN.

Por outro lado, a construção de SE sujeito indeterminado agora entrou em uma outra disputa lingüística, com outros tipos de preenchimento de sujeito com referência arbitrária, especialmente o uso da terceira pessoa do singular pura e simples para expressar a indeterminação do agente. A percepção de que o uso do SE na fala está diminuindo cada vez mais, embora o seu uso ainda seja plenamente produtivo na escrita mais monitorada, pode querer nos mostrar que o SE seja uma variante fruto da escolarização. O uso de SE como sujeito indeterminado pode já ter adquirido valor social de prestígio, identificado com grupos mais elevados na hierarquia social (especialmente em uma sociedade que cada vez mais identifica prestígio com escolaridade e esta com saber). Assim, em situações em que o falante sente necessidade de impressionar o ouvinte, ou seja, de monitorar o seu estilo, ele usa o SE, embora o uso mais natural seja o uso da 3ª pessoa do singular sem SE, ou, mais ainda, outras formas de preenchimento lexical como VOCÊ e A GENTE. O uso do sujeito nulo indeterminado, a não ser de acordo com a avaliação dos normativistas mais engajados, não tem ainda um *status* social que o identifique com classes em níveis inferiores da hierarquia social. Prova disso são os índices de seu uso em amostras de falantes cultos (Duarte, 2003, e Nunes, 1990). Uma pesquisa futura com amostras da fala e da escrita de crianças em fases iniciais de escolarização e da fala e da escrita de adultos em diferentes situações de interação e de diferentes graus de escolaridade pode tentar comprovar essa hipótese.

Mas como a norma-padrão também influencia a língua e o seu processo de mudança, alguma consequência deveria advir da tentativa de insistir na concordância entre o verbo e o SN plural nas estruturas de SE: a insegurança lingüística. Os falantes mais escolarizados e, portanto, mais acostumados ao uso de SE, parecem evitar a construção com SE, especialmente com sintagmas nominais plurais, à qual está relacionada a estranha regra de concordância, que não se encaixa na intuição lingüística dos falantes. Uma das evidências que apontam para esse fato é a enorme diferença entre o índice de uso dessas estruturas e o de uso de verdadeiras passivas plurais (com relação às estruturas no singular, a diferença também é grande, mas quanto às plurais, a diferença é impressionante), mesmo sendo mais freqüente na língua o uso de orações ativas do que de orações passivas. Por outro lado, se considerarmos os estudantes de Letras que contribuíram com o nosso *corpus* como falantes de faixas etárias mais baixas que os professores, podemos aventar a possibilidade de o uso de SE estar em processo de consolidação cada vez maior na escrita para marcar a impessoalidade do texto, já que eles usaram o SE muito mais que os professores (os professores preferiram o uso de NÓS ao SE). Talvez o que esteja impulsionando essa consolidação sejam as instruções dadas para o uso da 3ª pessoa em textos impessoais e formais, nas escolas e especialmente em cursinhos preparatórios para o vestibular. Além disso, as outras estruturas de indeterminação que estudamos aqui (A GENTE, VOCÊ, \emptyset) ainda não atingiram prestígio suficiente

para serem usadas nos gêneros escritos mais monitorados. É também interessante procurar investigar que outro tipo de estratégia de indeterminação é relevante na escrita e que pode estar concorrendo com o uso de SE.

Finalmente, todas essas considerações nos levam a um reflexão no tratamento dado ao uso de SE nas escolas e nos livros didáticos brasileiros. Estes últimos enchem os livros de apêndices e sobrecarregam o trabalho do professor. Seria interessante estudá-lo dentro do amplo quadro de estratégias de indeterminação que estão disponíveis a nós, falantes nativos do português brasileiro, fundamentando o estudo em vários tipos de texto, nos quais constariam os vários tipos de estratégias. Assim, seria possível mostrar a relevância social de cada tipo de estratégia e os contextos próprios de cada uma. Esse ensino deve abranger noções da história deste pronome e do seu valor social, de maneira que os alunos possam compreender a sua função social hoje e todo o jogo ideológico que está por trás da norma prescrita (cf. Bagno, 2000). Por fim, seria interessante unir o estudo das estratégias de indeterminação com o estudo e a prática de escrita de gêneros textuais nos quais mais se emprega a impessoalidade, como, por exemplo, a partir da proposta de escrita de um relatório²⁹. Conjugando o estudo da norma-padrão, da sua história e a sua relação com os usos verdadeiros e a história destes e sua função social com a prática de ler e escrever é um caminho interessantíssimo para uma verdadeira educação em língua materna.

29. Agradeço a sugestão a minha amiga Paula Cobucci, agora Mestre, que também faz parte do grupo de orientados pelo professor Marcos Bagno.

Referências Bibliográficas

AMARAL, VASCO BOTELHO DE (1938). *Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa*. V. II. Editora Educação Nacional.

BAGNO, Marcos (1999). *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 4ª ed. São Paulo: Contexto.

_____ (2000). *Dramática da Língua Portuguesa: Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (2004). *Português ou Brasileiro?: um convite à pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial.

_____ (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

BARBOSA, P; DUARTE, Eugênia M.L.D & KATO, Mary. “Sujeitos indeterminados em PE e PB.”, in: *Boletim da ABRALIN, II Congresso Internacional da ABRALIN, pp.405-409* (em versão digital)

BECHARA, Evanildo (1985). *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.

_____ (2004). *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.

BERLINCK, Rosane de Andrade (1989). “A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”, in: TARALLO, Fernando (org). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

BOURDIEU, Pierre (1996). *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2004). *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial. (Lingua[gem] 4)1

BUENO, Francisco da Silveira (1967) *Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa*. 3.ed. v7. São Paulo: Edição Saraiva.

CAMARA, JR. J.M. (1977). *Dicionário de lingüística e gramática*. 7. ed., Petrópolis: Vozes.

_____ (1956). *Dicionário de fatos gramaticais*. 7.ed. MEC. Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa.

_____ (1989). *Princípios de Lingüística geral*. 7ªed. Rio de Janeiro: Editora Padrão

CASTILHO, Ataliba T. (1997). “A gramaticalização”, in: *Estudos lingüísticos e literários* nº 19 / março 1997.

CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira (2006). *O uso do SE com infinitivo na história do português: do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos*. Tese de doutorado. Orientadora: Dra Charlotte Marie Chambelland Galves. Campinas: UNICAMP

CARVALHO, Castelar (1990). *O pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese de doutorado. Orientador: Dr Wilton Cardoso de Sousa. Rio de Janeiro: UFRJ.

CERQUEIRA, Vicente V. (1996). “A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro”, in: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1996). “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos”, in: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. (2001). *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, Eugênia M. E. L. (1989). “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”, in TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, UNICAMP.

_____ (1995). *A perda do princípio “Evite pronome” no português brasileiro*. Doutorado, UNICAMP.

_____ (1996). “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil.”, in: ROBERTS, Ian & KATO, Mary. *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ªed.

_____ (2002). “Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX.”, *in*: ALKMIM, Tânia (Org.) *Para a história do português brasileiro*. vol. III, *Novos estudos*, São Paulo: Humanitas. (p. 155-176 em versão digital)

_____ (2003^a) “O sujeito expletivo e as construções existenciais.”, *in*: RONCARATI et al. (orgs.) *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Letras. (p. 123-131 em versão digital)

_____ (2003b). “A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos”, *in*: PAIVA, M. C. & DUARTE, M.E.L. *Mudança Lingüística em Tempo Relat.* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Faperj. (p.115-128 em versão digital)

_____ (2004). “On the Embedding of a Syntactic Change. In Language Variation in Europe”, *in*: Papers from ICLAVE2. Uppsala, Sweden: Universitetstryckeriet (p.145-155 em versão digital)

FARIA, Ernesto. (2003) *Dicionário Latino-Português*. 17 ed. Belo Horizonte: Livraria Garnier.

GALVES, Charlotte C. (1996) “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”, *in*: ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2^a ed. Campinas: Editora da Unicamp.

_____ (1995). “A gramática do Português Brasileiro”, versão substancialmente revisada da comunicação apresentada na mesa redonda “Politiques Linguistiques”, no Colóquio “Cultures Langues et Patrimoine”, organizado pela UNESCO, nos dias 6 e 7 de março de 1995.

GALVES, Charlotte Marie Chambelland. BRITTO, Helena de Sousa, & PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. “The Change in Clitic Placement: from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus”. *Journal of Portuguese Linguistics* 4: 39–67.

GARCIA, Janete Melasso (2000). *Introdução à teoria e prática do latim*. 2^a edição revista. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

ILARI, Rodolfo. (2000). *Lingüística Românica*. 3^a edição. São Paulo: Ática.

KATO, Mary (1996). “Apresentação “Como, o que e por que escavar?””, *in*: ROBERTS & KATO.(orgs) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas:Pontes, UNICAMP

LOPES, C. R. dos S. (1999). *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Tese de Doutorado, UFRJ.

MACHADO, José Pedro (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4.ed. v 5. Livros Horizonte.

MAGALHÃES, Telma Moreira Viana (2006). *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*. Tese de doutorado. Orientadora: Dra Charlotte Marie Chambelland Galves. Campinas: UNICAMP

MARCUSCHI, Luiz Antonio (2002). "Gêneros textuais: definição e funcionalidade.", *in*: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002

MARTELOTTA, Eduardo, CUNHA, Maria Furtado da e OLIVEIRA, Mariangela Rios (orgs.) (2003). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A

MATEUS, Maria Mira *et al* (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho. Série Lingüística.

MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina Figueiredo e LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos (1999). *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular.

NARO, A.J. (1976). "The genesis of the reflexive impersonal in portuguese: a study in syntatic change as a surface phenomenon", *in*: **Language** 52. 4.

NEVES, Maria Helena de Moura (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.

NUNES, Jairo M. (1990). *O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com SE passivador e indeterminador*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Dr. Fernando L. Tarallo. Campinas: UNICAMP

_____ (1991). "SE Passivador e SE indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro", *in*: SILVA, Giselle Machline Oliveira e & TARALLO, Fernando. "Cadernos de Estudos Lingüísticos". Campinas: Unicamp. Jan/ Jun. 1991

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. (2005) A voz passiva portuguesa: um estudo diacrônico. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA.

PAIVA, M. da C. A. & DUARTE, M.E.L (2006). “Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira”, in: WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, - (Lingua[gem]; 18). Tradução: Marcos Bagno. Posfácio.

PAREDES SILVA, V. L. (2003). “Motivações sociais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real”, in PAIVA & DUARTE (orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Faperj 97-114.

PONTES, Eunice (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

RAPOSO, Eduardo Paiva. (1992). *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho.

ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs) (1996). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, UNICAMP

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (2000). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 38.ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

SÁ, M. Piedade M. et al. (orgs.) *A linguagem falada culta na cidade do Recife*, vol. 1, Diálogos entre informante e documentador. Recife, UFPE, 1996.

SACCONI, Luís Antônio (1977). *Nossa Gramática*. São Paulo: Moderna.

SAID ALI, M. (1966). *Dificuldades da língua portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

SCHERRE, Maria Marta Pereira (2005). *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.

TARALLO, Fernando (org). (1989) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

_____ (1996) “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro”, in: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes, UNICAMP

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. (1989). “Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil.”, in: ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William e HERZOG, Marvin I. (2006). *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, - (Lingua[gem]; 18). Tradução: Marcos Bagno.